



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

JUDITH ALVES DOS SANTOS

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA**

PORTO

2015

JUDITH ALVES DOS SANTOS

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO FUNDAMENTAL
E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA.**

Dissertação apresentada para Obtenção de
Título de Mestre em Docência Superior ao
Programa de Pós-graduação em Educação,
do Curso de Mestrado, da Universidade
Fernando Pessoa, sob a orientação da Prof^a
Dr^a Isabel Ponce de Leão.

PORTO

2015

JUDITH ALVES DOS SANTOS

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO FUNDAMENTAL
E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA.**

Este exemplar corresponde à redação da dissertação defendida por Judith Alves dos Santos e aprovada pela comissão julgadora.

Data ___ / ___ / ___

Assinatura: _____

Comissão Julgadora

Agradecimentos

Agradeço primeiramente á Deus, que me deu saúde, sabedoria e tudo o que precisei neste percurso de minha vida e que tem me abençoado e me dado oportunidade de me enriquecer com grandes experiências e aprendizagens. Agradeço-te Senhor, por todas as coisas que me aconteceram, sendo elas boas ou não, pois cada uma contribuiu ao seu modo e me ajudaram a chegar ao final de mais uma conquista. Percebo que foi com os erros e acertos, vitórias e derrotas, que me fizeram enxergar o verdadeiro significado tudo e a beleza da vida e perceber o quanto a amo. Senhor continue me abençoando e também olhando por todos aqueles que prontamente me ajudaram com este trabalho, dando-lhes saúde, segurança, conforto, paz e alegria. Que as minhas preces e a minha gratidão cheguem ao Senhor. Querido Deus, neste momento não quero pedir, somente agradecer. Obrigado!

A professora

É com enorme carinho que profiro algumas palavras de admiração a professora Isabel Ponce Leão, por ter acreditado em meu potencial e me oferecido todo apoio devido com seu grande conhecimento e experiência docente. Agradeço não somente por me orientar, mas também por sua paciência e dedicação para com meu trabalho. Ressalto ainda que, além de sua excelência como docente, soube me acolher em meio a dificuldades ocorrentes de minha vida particular, me motivando assim a seguir em frente na realização desta pesquisa. Muito Obrigada Professora!

Aos Mestres

Que me presentearam com suas experiências, me mostrado que nada é impossível quando realmente se quer atingir um objetivo. Muito Obrigada a todos!

A minha Família

Dedico também este trabalho á toda minha família que com muito amor e carinho, contribuiu para o meu crescimento, me incentivando nos momentos difíceis para que eu conseguisse concluir minha pesquisa e realizar mais essa conquista.

Não poderia deixar de mencionar meus pais Rufino Alves dos Santos e Aurelina dos Santos, minha mãe que infelizmente veio a falecer, mas ainda assim me sinto feliz, pois, ambos conheciam meus objetivos e sempre me apoiaram em tudo, ensinaram-me que temos que acreditar em nossa capacidade e ter vontade de vencer, mesmo enfrentando muitas lutas, pois no fim conquistamos nossos idéias. Pai, Mãe quero dizer á vocês que estou quase lá! Se eu pudesse gritar e dizer pessoalmente diria que Amo muito vocês. Obrigado por tudo que me ensinaram!

Agradeço também as minhas filhas Anny Carolinny, Carilly Vitória, Andreza Camilly, Giovanna Gabriella pela força que me foi dada e compreensão, apesar de crianças participaram do desenvolvimento deste trabalho, nos momentos de estudos, nas madrugadas frias, nos finais de semana, e durante a realização desse trabalho, tive que abrir mão de quase tudo em desfavor delas. Muito Obrigada.

Ao meu esposo Dejanir Guilherme dos Reis, pelo apoio e pelo incentivo e segurança que sempre me passou. Muito Obrigada.

Aos meus irmãos: João Alves dos Santos, Sebastião Alves dos Santos, Maria Helena Alves dos Santos, Tereza dos Santos. Sempre acreditaram em mim e em meu sucesso.

Muito Obrigada!

Aos meus irmãos que já se foram, Antonio Alves dos Santos, Guilhermina Alves dos Santos, Ana Maria Alves dos Santos e Valdemar Alves dos Santos, que durante este tempo estiveram junto comigo, me ensinaram que é preciso persistir sem desanimar, os

problemas as derrotas, as lágrimas, as dores, o cansaço, a alegria os erros, os acertos, sempre vem, mas é aí que temos que ser mais fortes do que eles, não desanimar, só assim conseguimos a realização de todos nossos objetivos e chegamos onde queremos. Tive que fazer tudo isso que me ensinaram, vivi todos esses momentos durante esse meu estudo, tive perdas de mãe, de 3 irmãos ,em alguns momentos me deu vontade de abandonar tudo, mas o que me ensinaram era mais forte e consegui. Muito Obrigada por tudo que vocês me deixaram.

Aos meus sobrinhos: André Luiz e Natália Julianny, pela força, dedicação, companheirismo e colaboração nas digitações. Muito Obrigada.

Amigos especiais que contribuíram de forma significativa, Adilson, Rogiane,

, Ederlânia Correia dos Prazeres, Gerci, Maria do Carmo de Oliveira, Sandra, Leiva, Edelânia, Moisés, Natan, Edilena, Adelane, Edulviges, Maria Bernadete, Jussara Batista - de uma forma direta e indireta me ajudaram. Muito Obrigada!

Ao Reitor e funcionários da Universidade Fernando Pessoa, pela atenção dispensada e orientação fornecida. A todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, me ajudaram a chegar até aqui. Muito Obrigada!

Minha vida Pessoal

“Um bom leitor não somente encontra maior prazer nos livros, mas também pode pensar e aprender melhor” (Bamberger, 2004).

Interessei-me em pesquisar sobre o tema Como a leitura é tratada nas séries iniciais do Ensino fundamental do curso de pedagogia com Interlocução com a Educação Básica.

Durante as etapas de minha carreira no Magistério esse assunto tem me preocupado muito.

Quando trabalhamos com a formação a leitura é um instrumento que sempre será tratado.

“Quando discutimos sobre ensino e aprendizagem nas séries finais, é um conteúdo que sempre foi e será tratado.”?Será que não conseguem despertar o encanto pela Aprendizagem?

Essas perguntas me fazem refletir, questionar sobre os processos de ensino na educação. Entendo que são perguntas difíceis de responder por que são complexas.

Com isso, a pesquisa coloca em discussão a produção de conhecimentos dentro da instituição escolar, pois é dela a responsabilidade a de continuar a disseminar o conhecimento sócio educacional e repassá-lo as novas gerações. É, pois de fundamental importância ampliar meus conhecimentos nessa área de pesquisa.

O sistema educacional vigente exige um profissional cada vez mais capacitado para oferecer aos educando uma educação de qualidade.

Certamente este curso irá trazer grandes benefícios na área educacional da qual faço parte. Salientemos que os nossos conhecimentos devem ser aperfeiçoados a cada dia.

È através dessas conquistas que devemos transformar nossa sociedade, preparando os nossos educando para serem cidadãos críticos, construtivos e defensores dos próprios direitos, lutando sempre em prol dos seus objetivos. Devemos exercer nossa cidadania e como educadora, sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da participação de todos.

RESUMO

A pesquisa apresenta uma análise da importância da leitura para a formação intelectual da sociedade, e conseqüentemente sua evolução enquanto nação. É uma reflexão sobre o papel do Ensino Fundamental na formação inicial do leitor. Nesse contexto, a leitura é vista como a ponte para o processo educacional eficiente, proporcionando a formação integral do indivíduo, no entanto, os educadores se vêem impotentes face aos problemas levantados pela leitura. É necessário que se investigue os fatores determinantes das motivações para o desenvolvimento da leitura. É importante que se compreenda cada papel na formação leitora, escola, família e sociedade organizada. Até que ponto a escola cumpre o seu papel social, será que família vem fazendo o seu papel de contribuir com a escola, como a sociedade organizada posiciona-se na garantia dessa prática, dar condições para o desenvolvimento de leitores competentes? São reflexões que se devem fazer enquanto co-responsáveis pelo processo de formação de leitores, no passo em que, se a escola cumprisse com seu ofício, não teríamos um índice tão alarmante de analfabetismo no país. Diante dessas questões é preciso que se conheça como se dar o processo de construção da motivação para a leitura, é imprescindível que o próprio aluno sinta necessidade da leitura, da pesquisa. Para tanto, o motivador primordial nesse processo é exatamente quem estiver mediando, em casa a família, na escola o professor. Falar em motivação para a leitura é analisar de que forma podemos estar veiculando o ato de ler como a necessidade humana. É fazer com que crianças e jovens compreendam o valor social da leitura.

ABSTRACT

The research presents an analysis of the importance of reading for the intellectual formation of society, and therefore its evolution as a nation. It is a reflection on the role of primary education in the reader's initial training. In this context, the reading is seen as the bridge to the efficient educational process, providing the integral formation of the individual, however, educators find themselves powerless deal with threats posed by reading. It is necessary to investigate the determinants of the motivations for the development of reading. It is important to understand each role in reader training, school, family and organized society. The extent to which the school fulfills its social role does family has been doing its part to contribute to the school, such as organized society stands on ensuring this practice, provide conditions for the development of competent readers? They are reflections that They should do as co-responsible for the players training process, the step that if the school fulfilled with their craft, we would not have such an alarming rate of illiteracy in the country. Faced with these issues it is necessary to know how to get the process of building the motivation to read, it is essential that the students themselves feel the need to read, research. Therefore, the primary motivator in this process is exactly who is mediating, home to family, school teacher. Speaking of motivation to read is to examine how we can be conveying the act of reading as a human need. It is to make children and youth understand the social value of reading.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETO E PROBLEMA DA PESQUISA	17
1.2 JUSTIFICATIVA	6
1.3 OBJETIVOS	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 FORMAÇÕES DOCENTES: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA	10
2.1.1 MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LEITURA DA ESCRITA E DAS ATIVIDADES	12
2.2 METODOLOGIA	13
3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	14
3.1 LEITURA: O ATOR DE LER	14
3.2 A PRESENÇA DO ATO DE LER NO PROJETO HUMANO	16
3.2.1 Modalidades de leituras	18
3.2.2 A estrutura do ato de ler na perspectiva comunicacional	22
3.2.3 O ato de ler no diálogo educacional	26
3.2.4 Leitura crítica-Explicitação	29
3.3 MODALIDADES E DIMENSÕES: TIPOS DE LEITURAS	30
3.3.1 Na leitura prevalece a liberdade	30
3.3.2 A leitura é fator determinante do êxito ou fracasso escolar	31
3.3.3 A leitura permite articular os conteúdos culturais	34
3.3.4 A leitura expande a memória humana	35
3.3.5 A leitura determina processos de pensamento	36
3.3.6 A leitura e as funções da linguagem	38
3.3.7 Tipos de leitura	45
3.3.8 O Leitor	49
3.3.9 A Formação do Leitor	54
3.4 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PEDAGOGIA DA LEITURA	57

3.4.1 A importância da formação do professor para trabalhar a leitura de maneira plural e reflexiva com alunos.....	57
4 O PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	61
4.1.FORMAÇÃO PEDAGÓGICA VERSUS QUALIDADE.....	62
4.2 “EU FINJO QUE ENSINO, VOCÊ FINGE QUE APRENDE”	65
4.3 A PESQUISA COMO UM ALICERCE PARA ENSINAR	67
4.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM ESPAÇO PARA COLOCAR A TEORIA EM PRÁTICA	69
4.5 A INDISSOCIABILIDADE DA TEORIA E A PRÁTICA NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS	70
4.6 FORMAÇÃO CONTINUADA: PARA QUE TE QUERO?	73
4.6.1 Problemas do ensino aprendizagem	74
4.7 LEGISLAÇÃO SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.....	84
4.7.1 Limitações Legislativas	86
4.7.2 O plano nacional de Leitura.....	90
4.7.3 Eixos de Ação.....	112
4.7.4 Educação e Leitura: Contextos de intervenção.....	118
4.8 PROPOSTAS PARA A OTIMIZAÇÃO DO ATO DE LER: MOTIVAÇÃO E PROMOÇÃO.	123
4.8.1 A importância da leitura para o indivíduo e para a sociedade.....	123
4.8.2 Leitura-Processo Cognitivo e de Linguagem	124
2.8.3 O lugar do na educação permanente.....	126
4.8.4 A não-ficção no processo educativo	128
4.9 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS INTERESSES E MOTIVAÇÃO DA LEITURA E DO HÁBITO DE LER.	129
4.9.1 Desenvolvimento interesses e hábitos de leitura em vários níveis de idade	130
4.9 ATIVIDADES PARA PROMOVER O INTERESSE PELA LEITURA.....	147
5 ESTUDO DE CASO	149
5.1 INTRODUÇÃO: A LEITURA E A FORMAÇÃO DE LEITORES	149
5.2 METODOLOGIA.....	151
5.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO 4ANOº DO ENSINO FUNDAMENTAL I, DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REGIÃO DE CURITIBA-PR.	158
5.3.1 Discussão.....	158

5.3.2	Frequência e sistemática de leitura	159
5.3.3	Interesse e motivação.....	160
5.3.4	Tipos de textos mais frequentemente lidos.....	161
5.3.5	A compreensão dos textos	161
5.3.6	Algumas idéias a respeito da leitura	162
5.3.7	Modelos de leitores.....	163
5.3.8	Preferência de leituras e disponibilidade de textos	164
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169

1 INTRODUÇÃO

“Para mim, ler é como observar no interior de um livro as cores do arco-íris. Cada gama define os cinco sentidos. Se estamos tristes, o preto abre inquietamente a introdução e o branco termina em paz o capítulo final.”
Marina Bernal.

Tema: A leitura nos anos iniciais do ensino fundamental e a prática pedagógica dentro do curso de Pedagogia.

1.1 OBJETO E PROBLEMA DA PESQUISA

Como a leitura é tratada no curso de pedagogia na formação de professores para o trabalho nas séries iniciais?

Quando trabalhamos com a formação escolar nas séries iniciais, a leitura é um instrumento que sempre será tratado. Por isso, todos aqueles que concluíram a educação básica, de certo modo conheceu algum livro (didáticos, infantis, adultos, infanto-juvenil). Nesse período de alfabetização as crianças assim como jovens adultos conhecem outras realidades, que estavam presentes no cotidiano, porém não faziam sentido antes de aprender a ler. Logo, os signos que antes não eram compreendidos, são reconhecidos agora dentro do mesmo contexto. A leitura amplia a visão de mundo trabalhado nossa subjetividade e nos possibilita reconhecer que sempre a algo novo para conhecermos. Então, sendo a leitura ampla e contagiante, porque o índice de alunos que praticam a leitura é pequeno?

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

O que então dizer para justificar, que muitos alunos além de não gostarem de ler até mesmo perdem o ânimo com a leitura? Aquele encantamento que tínhamos de quando aprendemos a ler vai desaparecendo com o passar do tempo? Será que as práticas pedagógicas não conseguem despertar a necessidade pela leitura? Por que ensinamos a ler e não conseguimos formar leitores? Dessa maneira essas perguntas nos fazem pensar, em qual processo que a leitura perde seu encanto. A escola é uma instituição que interfere diretamente na educação do indivíduo, partimos dela como referencial e ponto inicial do trabalho.

O referido projeto visa à leitura nos anos iniciais do ensino fundamental, e caracteriza o encontro e desencontro na prática docente abordado no curso de pedagogia. A formação do professor é entendida, neste trabalho, como um processo contínuo através do qual, ao longo de sua trajetória profissional, constrói conhecimentos para responder às demandas vigentes no contexto educativo. A formação inicial, nesta perspectiva, torna-se condição principal para o exercício da atividade docente, no entanto, nossas experiências nos mostram que esta formação não tem o poder de transformar a globalidade da profissão docente.

A pesquisa apresenta uma análise da importância da leitura para a formação intelectual da sociedade, e conseqüentemente sua evolução enquanto nação. É uma reflexão sobre o papel do Ensino Fundamental na formação inicial do leitor. Nesse contexto, a leitura é vista como a ponte para o processo educacional eficiente, proporcionando a formação integral do indivíduo, no entanto, os educadores se vêem impotentes frente ao domínio da leitura. É importante que se compreenda cada papel na formação leitora, escola, família e sociedade organizada. Até que ponto a escola cumpre o seu papel social, será que a família vem fazendo o seu papel de contribuição com a escola, como a sociedade organizada posiciona-se na garantia dessa prática, dar condições para o desenvolvimento de leitores competentes? São reflexões que se devem fazer enquanto cor responsável pelo processo de formação de leitores, no passo em que, se a escola cumprisse com o seu ofício, não teríamos um índice tão alarmante de analfabetismo no país. Diante dessas questões é preciso que se conheça como se dar o processo de construção da motivação leitora, é imprescindível que o próprio aluno sinta necessidade da leitura, da pesquisa. Para tanto, o motivador primordial nesse processo é

exatamente quem está mediando, em casa a família, na escola o professor. Falar em leitura é analisar de que forma podemos estar veiculando o ato de ler como a necessidade humana. É fazer com que crianças e jovens compreendam o valor social da leitura.

1.2 JUSTIFICATIVA

Considera-se este projeto de grande relevância, porque será através deste, que se tentará esclarecer a importância da leitura nas séries iniciais do Ensino Fundamental dentro das práticas docente no curso de pedagogia. É a vida de um ser humano, que se constitui uma das chaves para a compreensão da transformação da sociedade. A leitura tem sido abordada em todos os meios de comunicação de massa, mas ainda de modo insuficiente. Não basta falar de leitura, da necessidade de ler, de grandes propostas e intenções, é preciso que a leitura faça de fato, parte da vida de todas as pessoas. A formação de um indivíduo leitor é uma construção coletiva da qual participavam a família, o professor, toda a equipe escolar, em que pesam as condições que a escola oferece aos alunos, o apoio da comunidade, das autoridades e, de modo muito forte, programas especiais voltados diretamente para a criança e para a escola. A leitura se constitui como um dos avanços à busca do conhecimento sistemático e aprofundado. É através desta que o aluno desperta para interpretação dos fatos e ainda sente-se estimulado para desenvolver aprendizagem, posto que a leitura se encarregue de amadurecer o intelecto. Ao se fazer uma retrospectiva da história encontra-se elementos preponderantes que se associam ao fato do indivíduo desenvolver uma leitura que transcende os livros, documentos ou registros e se insere no contexto vivido. O interesse em investigar a influência das leituras nas séries iniciais dentro das práticas pedagógicas surge em virtude da ânsia de se conhecer os motivos que levam as crianças a procurar tão pouco ou quase nunca as bibliotecas. Desta forma este estudo tentará proporcionar conhecimentos que possibilitam uma contribuição não só relacionados ao aprendizado da leitura, mas também a melhoria do ensino.

Pensar em um ensino de qualidade, se associa de imediato com o ato da leitura, talvez em função de sua grande importância para uma aprendizagem concreta das

diversas áreas do conhecimento em que a escola hoje tem tentado abraçar, não depende apenas do papel importante é claro do professor, mas que se pensamos como o ambiente em que a criança convive diariamente, é fundamental para a aquisição desses hábitos, estaremos dando ou partilhando com a família uma responsabilidade, que passa a ser de todos. A formação de crianças leitoras. Nesse sentido esta pesquisa busca contemplar tais aspectos de maneira que todos, escola, família e sociedade tenham responsabilidade, nesse processo de formação de leitores. E aqui, temos o cuidado de estarmos refletindo sobre o papel de diversos pensamentos em relação à aprendizagem da leitura, cabe então, ao leitor construir a partir dos textos sua compreensão do ato de ler.

1.3 OBJETIVOS

- ✓ Desenvolver a capacidade de ler, interpretar e produzir textos linguísticos escritos.
- ✓ Motivar para leitura e produção textual.
- ✓ Investigar se o curso de pedagogia como formação inicial está contribuindo com a formação do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental e analisar a prática pedagógica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A leitura é um processo bastante complexo, mas de grande importância para se ter acesso aos saberes organizados que fazem parte de nossa cultura. Para Fernandes (2001 p.91), a leitura é um processo no qual realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir do que está buscando nele, do conhecimento que já possui a resposta do autor e do que sabe a língua. Principal forma de comunicação; dela utilizavam-se as pessoas para repassarem, de geração para geração, os conhecimentos acumulados ao longo do tempo. As estratégias para a aquisição da leitura nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Não se quer aqui mostrar como se deve fazer para iniciar o processo de aquisição da leitura, nem ao menos receitar formula milagrosas, mas refletir sobre como podemos estar buscando novas estratégias para o desenvolvimento das aulas de língua portuguesa e como esta pode estar se interagindo com as demais áreas do conhecimento. A criança na idade de sete anos, que é o nosso foco, se interessa por leituras que estimulem suas mais fascinantes fantasias, nesse momento ela é capaz de ser envolvida na leitura através dos contos de fadas, principalmente os que retratam os ambientes familiares. A leitura é um dos principais elementos que promovem à aquisição e a construção do conhecimento na formação integral do indivíduo. A prática da mesma não se limita apenas em decodificar símbolos, mas significa uma compreensão clara do que se lê. Onde o leitor é capaz de refletir sobre o que leu e possa a partir daí construir uma concepção crítica do mundo e de si mesmo. De acordo com Villardi, (1999.p, 4)

Numa visão mais ampla, ler é construir uma concepção de mundo, é capaz de compreender o que nos chega por meio da leitura, analisando e posicionando-se criticamente frente a informações colhidas, o que se constitui como um dos atributos

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

que permitem exercer, de forma mais abrangente e complexa, à própria cidadania.

Sabe-se que a leitura é base fundamental para que o ser humano desde a sua infância passe a desenvolver certa compreensão de seu papel na sociedade de forma crítica e participante diante de qualquer situação. Para que isso ocorra é necessário que ele saiba ler, interpretar e compreender o que ler e o mundo a sua volta. Para SILVA (2002, p,55), “Ler é em última instância não só uma ponte para a tomada de consciência, mas também um modo de existir no qual o indivíduo compreender e interpreta a expressão registrada pela escrita”. A leitura é um dos principais instrumentos que permite o ser humano a se inteirar com os outros, podendo se posicionar de forma crítica diante de qualquer situação, possibilitando diferente ponto de vista e desenvolver a autenticidade e a compreensão de mundo e de si mesmo.

Neste sentido, nos embasamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL 2001, p.53):

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto [...] não se trata simplesmente de extrair informação da escrita decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita.

Diante desta afirmação entende-se que a verdadeira leitura é aquela em que o leitor desenvolve uma compreensão clara do que ler e consegue interpretar e transmitir contidas nas entrelinhas da leitura realizada. Para os PCNs (2001, p.53) “o trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura [...].(SOARES, 2001.p.,81..).

No processo de aprendizagem, os indivíduos não podem deixar de levar em consideração que a escrita e a linguagem escrita obedecem a regras ou convenções de

funcionamento. Nem todas as regras e convenções, porém, são evidentes por si mesmas; algumas delas requerem uma prática mais ajustada, compreendida e compartilhada com outros, isto é, requerem o ensino.

Concepções Teóricas sobre A Formação de Professores E Aprendizagens da Docência.

2.1 FORMAÇÕES DOCENTES: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA

O tema formação de professores tem sido objeto de estudo e discussão nos últimos tempos, gerado um movimento de aspirações e de novos paradigmas que tem desencadeado um repensar do processo de formação do profissional docente. A temática formação de professores, de um modo geral, é vista sob muitos olhares, mas teoricamente se apresenta com duas características distintas e complementares, ou seja, a formação inicial e/ou a Continuada. A formação inicial é fundamental e necessária para a aquisição dos conhecimentos inerentes ao acesso e realização do trabalho docente. As informações adquiridas nessa etapa inicial é uma base que fundamenta a ação docente, no entanto precisa ser renovada constantemente. Conforme (IMBERNÓN 2002. p, 39)

A formação inicial tem o papel de fornecer bases para construção de um conhecimento pedagógico especializado, enfatizando que essa formação constitui o começo da socialização profissional e da assunção de princípios e regras práticas necessárias ao desenvolvimento da prática docente.

Quanto ao conteúdo da formação inicial, Imbernón (2002.p, 60) destaca que essa formação deve dotar o futuro professor de:

Uma bagagem sólida nos âmbitos científicos, cultural, contextual, psicopedagógicos e pessoal que o capacite para

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

assumir a tarefa educativa em toda sua complexidade, atuando reflexivamente com a refletividade e o rigor necessário, isto é, apoiando suas ações em uma fundamentação válida para evitar cair no paradoxo de ensinar a não ensinar.

Portanto, entendemos que a formação inicial deve possibilitar aos futuros professores conhecimentos que lhes permitam visualizar de maneira global as diversas situações que ocorrem no contexto educativo. Essa formação deve proporcionar aos futuros professores conhecimentos que os levem a valorizar a necessidade de uma atualização permanente em função das mudanças que se produzem, assim como prepará-los para entender as transformações decorrentes da dinâmica social. Conforme Garcia (1997, p. 49) acrescenta que a formação de professores é um processo que tem de manter alguns princípios éticos, didáticos e pedagógicos comuns, independente do nível de formação seja inicial ou continuada. Isso implica a necessidade de se manter uma conexão entre os currículos de formação inicial e o currículo de formação permanente ou continuada.

Assim, esse mesmo autor destaca que a formação inicial não deve ser oferecida como um produto acabado, mas sim como a primeira fase de um longo processo de desenvolvimento profissional. No que se refere ao processo de formação continuada, são diversas as formas de conceber o que é e como acontece esse processo. Essa categoria da formação pode acontecer de maneira formal, quando é oferecida pelas instituições de ensino superior principalmente nos cursos de pós-graduação, e informal quando é realizada por meio de encontros sistemáticos organizados pelos próprios professores, ou pelas escolas, ou ainda por outras instituições educacionais. Encontramos diferentes formas de olhar para a questão da formação docente, o que favorece o enriquecimento do assunto. Por exemplo, para alguns pesquisadores o foco da formação está nos processos de aprendizagem da docência (MIZAKAMI, 2004 e 2006).

Segundo Imbernón (2002), concebe a formação docente como um processo contínuo de desenvolvimento profissional, que tem início na experiência escolar e prossegue ao longo da vida, incluindo questões relativas a salários, carreira, clima de trabalho, estruturas, níveis de participação e de decisões. Para García (1999) o que

constitui o objeto da formação docente são os processos de formação inicial ou continuada, que possibilitam aos professores adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades, disposições para exercer sua atividade docente de modo a melhorar a qualidade da educação que seus alunos recebem.

Portanto, percebemos que as discussões sobre formações de professores implicam na necessidade de buscar novos entendimentos e novas maneiras de organizá-las, pois, por muito tempo, os processos formativos foram desenvolvidos através de fornecimentos de conhecimentos relacionados aos conjuntos de técnicas através das quais os procedimentos, os conteúdos e os métodos eram ensinados no intuito de garantir o desempenho docente na sala de aula. Atualmente percebemos que esses tipos de formação não contribuem para as soluções dos problemas constituídos no interior das salas aulas e nem favorecem para proporcionar autonomia ao professor.

2.1.1 MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LEITURA DA ESCRITA E DAS ATIVIDADES.

Nos últimos anos, tem sido grande a preocupação dos estudiosos com o processo de aquisição da lecto-escrita. Entre as pesquisas de destaque sobre o tema, podemos citar o trabalho de Emília Ferreiro e Ana Teberosky 1987, acerca da psicogênese da língua escrita. Essas autoras firmam divisor de águas sobre as concepções a respeito do desenvolvimento da leitura e da escrita e, principalmente, sobre o papel ativo da criança no processo de alfabetização. Como sabemos os achados de Piaget 1973, afirmam que a criança precisa deixar de ser vista como um ser passivo que está simplesmente à espera da adultez, o estado perfeito. A criança passa a ser compreendida como um sujeito ativo que constrói concepções e hipóteses sobre o mundo que a rodeia. Ele age no mundo e não apenas se deixa envolver por ele. Baseada nesse pressuposto, Ferreiro e Teberosky 1987, passam a estudar o processo de desenvolvimento da língua escrita. Os resultados de seus trabalhos tiveram grande repercussão e hoje são tomados como base para muitos outros estudos na área. Entre os achados de sua pesquisa, salientamos a evolução pela qual passa a criança no processo de construção da lecto-escrita.

2.2 METODOLOGIA

Espera-se com esta pesquisa, contribuir com a formação do Pedagogo engajados nas próprias práticas, na contribuição de saberes, no desenvolvimento de novas habilidades e nos aperfeiçoamentos daquelas já dominadas, no prazer de expor os seus conhecimentos, na construção de uma visão coletiva no processo educativo, visando à qualidade do ensino. Para tal optou-se por um estudo de caso.

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1 LEITURA: O ATOR DE LER

O ato de ler: As reflexões feitas até agora já permitem configurar um paradigma humano para o ato de ler. O paradigma destaca e cristaliza os elementos que, no percurso do inquérito, mostraram ser relevantes para a elaboração de uma estrutura para o ato de ler.

Cabe destacar que o paradigma procura retratar, inclusive e esquematicamente, a natureza da leitura, ou seja, o que ocorre quando um sujeito estabelece um projeto de ler um documento escrito e a resultante desse projeto. Os relacionamentos entre os elementos do paradigma são feitos em função daquilo que o inquiridor conseguiu manifestar quando da sua penetração nos horizontes da Hermenêutica, Comunicação e Psicologia.

O Ato de Ler:

- Abertura de consciência
- Compreensão
- Leitura

Como qualquer texto é uma possibilidade, a leitura do paradigma que se segue também deve ser feita em termos de uma estrutura possível, isto é, não final e abertura a críticas e transformações.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Antes de enumerar e relacionar os aspectos significativos do fenômeno da leitura, como expressos nos limites do paradigma proposto, destacaram-se, a título de ênfase e revisão, alguns pressupostos subjacentes à investigação efetuada. Em verdade, esses pressupostos já foram explicitados, de forma mais detalhada, em reflexões anteriores; eles são aqui reelaborados, mais sistematicamente, a fim de servir como suporte aos conceitos “entrelaçados” na descrição do paradigma.

1. O Homem, na inacabável busca de sua existência, deve situar-se com outros seres humanos nos diferentes horizontes da cultura.

2 - O situar-se do Homem no mundo somente é possível de ser específicas, que realizado através de linguagens específicas, que fazem circular o sentido.

3- Essas linguagens expressam significados, produtos culturais e históricos, gerando Comunicação. Então, para participar da História e da cultura, o Homem deve compreender os significados através presentes das linguagens presentes na cultura.

5. O Ato de Ler é uma necessidade concreta para a aquisição de significados e, conseqüentemente, de experiência nas sociedades onde a escrita se faz presente.

O ato de ler inicia-se quando um sujeito, através da sua percepção, toma consciência de documentos escritos existentes no mundo. Ao buscar a intencionalidade, o sujeito abre-se para possibilidades de significação, para as proposições de mundo que os signos do documento evocam ou sugerem.

Ao buscarem a compreensão do texto, a partir das referências sugeridas pelos signos impressos que compõem o documento, o sujeito executa as atividades de constatação, o sujeito situa-se nos horizontes da mensagem, destacando e enumerando as possibilidades de significação;no cotejo,o sujeito interpreta os significados atribuídos;na transformação,o sujeito responde aos horizontes evidenciados,reelaborando-os em temas de novas possibilidades.

A leitura se manifesta, então, como a experiência resultante do trajeto seguido pela consciência do sujeito em seu projeto de desvelamento do texto. É essa mesma experiência (ou vivência dos horizontes desvelados através do texto) que vai permitir a emergência do ser leitor. Por sua vez, os novos significados apreendidos na experiência do leitor fazem com que este se posicione em relação ao documento lido, o que pode gerar possibilidades de modificação do texto evidenciado através do documento, ou seja, a incrementação dos seus significados. (SILVA, 2011, p. 109-110).

3.2 A PRESENÇA DO ATO DE LER NO PROJETO HUMANO

Qualquer inquérito na área de Ciências Humanas deve ser efetuado a partir da intersubjetividade (um ser com os outros, falando sobre si). Sendo assim, passo a discorrer no entremeio desta reflexão, com o pronome eu - com isso evito a impessoalmente, falo diretamente ao leitor e facilito, assim espero a compreensão do objeto que é foco desta reflexão: o ato de ler.

O alargamento de meus horizontes bem como a descoberta de novos horizontes culturais somente é possível de serem efetuados através da intencionalidade de minha consciência ou sua direcionalidade para o objeto. Isto quer “dizer que consciência está sempre aberta para o mundo e que ‘consciência’ significa sempre consciência de alguma coisa. Como afirma (Schutz, 2011, p. 71-99)

O caráter básico de nossas cogitações é o fato de serem ‘consciência de “alguma coisa. O fenômeno que aparece na reflexão é o objeto intencional da intenção, sobre o qual eu penso, o qual eu percebo, do qual eu tenho medo etc. Toda experiência é assim caracterizada não só pelo fato de que é uma consciência, mas também simultaneamente determinada pelo objeto da intenção da qual é uma consciência.”

A busca constante de minha existência e, portanto, de minha inserção no mundo é movida por atos que me colocam na situação de confronto com diferentes horizontes

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

de significados. Existo e ganho a minha individualidade à medida que desvelo e vivendo o plexo de significados, atribuído ao meu mundo, pelos outros e por mim.

Falo, ouço; escrevo, leio; volto-me ao outro, comunico-me. Situo-me com os outros; busco a união através das coisas do mundo. Esta busca é medida por um determinado tipo de linguagem - sem ela inexistiria a possibilidade de expandir as minhas experiências e de participar da transformação da cultura. Ganho a minha existência, passo a existir, á medida em que me situo dentro do mundo significativo que me envolve, dentro das linguagens captadas pela minha percepção e levadas até a minha consciência. (Von Zuben, 2011, p.75-78) lembra que

Ek-sistere significa que o homem é um ser que se posta (sistere), projetando-se, voltando-se para o outro. É no face a face que o homem se realiza com o outro: ek-sistere significa abertura ao outro que si mesmo.

Sou também no mundo com os outros através dos signos: a minha possibilidade de ser, de viver em propriedade, está em função de compreender, de e ser, de viver em propriedade pelo outro com quem me comunico.

O mundo se me abre em forma de horizontes de conhecimentos, cada um deles pede a minha presença, a minha participação. È a penetração consciente nesses horizontes que garante o caráter ontológico de minha existência; emerge como sujeito, sou á medida em que me sinto conscientemente nos objetos que compõem os horizontes com os quais me defronto.

Mas a minha presença consciente nos diversos horizontes da cultura demanda comunicação, requer emissão e recepção de significados, de idéias. A minha intencionalidade permite-me emitir e simboliza os significados que aparecem a partir de minha inserção em determinados que aparecem a partir de minha inserção em determinado horizonte. O ato de escrever (simbolizar) permite ao outro compartilhar daquilo que vi; ao ler (compreender), compartilho daquilo que outro viu-é nesse situar-me continua que se coloca toda a busca do meu SER. Sou mais serão- mundo através da comunicação e, portanto, da leitura.

A escola, através da alfabetização, deveria ensinar-me uma nova forma de ler os horizontes determinados da cultura: a compreensão do discurso escrito em suas diferentes formas. Se antes comunicava através da audição e da fala, após a fase da alfabetização passaria a escrever e ler. Esses atos permitiriam a definição de novos horizontes, ou seja, aqueles veiculados através da escrita. Assim, a literatura, em suas diversas formas, aumentaria as minhas possibilidades de conhecer o outro e de me autoconhecer, alargaria as minhas alternativas de ver o mundo, permitiria a minha entrada e participação no mundo da escrita.

Ora, o domínio de novos signos (verbais escritos), definidos novos horizontes, novos significados e/ ou novas alternativas, somente vem ampliar o meu projeto de existência, tanto em termos de participação cultural como em termos participação cultural como em termos de autodeterminação, busca de autenticidade e vida em propriedade.

3.2.1 Modalidades de leituras

Leitura dentro do problema hermenêutico

Qualquer discurso sobre a leitura, visando ao desvelamento de sua natureza, seria incompleto sem uma reflexão sobre alguns dados propostos pela hermenêutica, vista aqui segundo a definição proposta por (Ricœur,1997,p.17)

Hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação de textos.

Assim, uma via de acesso para se buscar um sentido mais profundo para a leitura é situá-la dentro das referências pertinentes, propostas pela Fenomenologia existencial hermenêutica. Com isto se ilumina, em bases mais concretas, a afirmação anterior de que ler é, antes de tudo, compreender.

Por outro lado, um embasamento filosófico voltado á ontologia da compreensão parece ser o melhor caminho para a fundamentação parece ser o melhor caminho para a fundamentação e sustentação de uma Psicologia da Leitura não distanciada da existência humana.

Se a leitura é, antes de tudo, compreensão, então o que vem a ser compreensão? Heidegger, na análise que faz da existência humana, assim a caracteriza.(SILVA, 2011, p. 78-79).

Compreensão é o Ser existencial da potencial idade da própria existência humana; e é assim de tal modo que este Ser descobre em si o de Ser é capaz.

Isto significa que o Homem ascende ao Ser, ou seja, preenche suas potencialidades, vem a ser, através da compreensão. Deve-se lembrar que, nos contextos fenomenológicos e ontológicos, o homem é um ser no e ao mundo e, por isso mesmo, estabelece para si projetos, coloca-se no “aí”, a fim de se tornar aquilo que ainda não é.

Este tornar-se nunca é desprovido de compreensão. Assim, a saída da facilidade (isto é, a condição do homem de ser lançado ao mundo sem sua vontade) vai depender de atos, orientados pela compreensão, que permitam ao homem objetivar e apropriar-se das coisas do mundo.

A ontologia heideggeriana ainda nos ensina que o Homem tem diante de si uma série infinita e possibilidades de SER, sobre os quais se projeta. A projeção em direção ao vir-a-ser, dentro de um horizonte de mundo, constituiu a inquietação. Existir autenticamente, dentro dessa perspectiva na tentativa de compreender a si mesmo no mundo.

Isto posta existiria uma forma da leitura tornar-se uma fonte de inquietação e abrir-se como uma possibilidade de Ser para o Homem? È possível que uma mensagem escrita aponte novas possibilidades de existência para homem?A compreensão do mundo e a compreensão de si podem ser enriquecidas através da leitura? A busca de

respostas parece exigir, num primeiro momento, uma melhor caracterização do conceito de mundo. Para (Coreth,1973,p.43).

“(...) nosso mundo, a saber, o todo do nosso horizonte de compreensão, pelo qual se torna possível a compreensão de cada uma das coisas, é sempre um determinado “mundo lingüístico”, ou seja, um mundo aberto pela linguagem, linguisticamente interpretado, linguisticamente mediado, e isso numa língua sempre determinada, historicamente recebida por tradição, língua em que crescemos em que vivemos e pensamos e na qual se realiza a nossa compreensão. (SILVA, 2011). Esta referência remete ao fato de que a existência humana se manifesta, se concretiza através da linguagem. Mas a base ontológico-existencial da linguagem é o discurso, ou seja, o “encontro” homem-mundo articulado e expresso através de símbolos. Ora, se o discurso (oral ou escrito) tem uma dimensão de expressão, que documenta a vida, ela exige também uma dimensão de recepção que procura interpretar e compreender o que foi documentado. A expressão e a recepção geram situações de comunicação: ao falar e ouvir, o homem comunica-se ostensivamente com o outro na proximidade; ao escrever e ler, o homem comunica-se, na distância, com as expressões referenciais do mundo (documentos), inscritas por outra numa determinada obra.

A obra do discurso, enquanto reveladora de um contexto existencial, deve conter em si proposições de mundo.

Enquanto tal, a obra não responder (como faz o interlocutor de um diálogo), ela evoca, refere-se à referência da obra é a sua capacidade de abrir um novo mundo e adicionar novas possibilidades á existência do homem. Nestes termos, ler é o modo de manifestar a referência midiaticizada através de uma obra ou, ainda, encontrar uma nova possibilidade de existir.

Se a compreensão, na perspectiva ontológica, significa habitar o mundo através de projetos existenciais, então a leitura, por necessariamente envolver compreensão, também vai significar uma saída ou um projeto de busca de novos significados. Por outro lado, se compreender é enriquecer-se com novas proposições de mundo, então ler

é detectar as possibilidades de ser-o mundo apontado pelos documentos que fazem parte do mundo da escrita.

Compreensão e Interpretação – Um documento escrito, simbólico, tem a capacidade de evocar uma multiplicidade de significados ao ser confrontado por diferentes leitores ou por diferentes leituras. A abertura do leitor para esse documento, em si contendo uma constelação de possibilidades de significação, exige um trabalho interpretativo no sentido de destacar aqueles aspectos que serão apropriados pela compreensão.

Ricoeur assim define a interpretação:

“(…) é o trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal. (SILVA, 2011, p. 82.

O projeto de busca da referência do documento escrito (obra) vai, então, colocar o leitor diante de uma tarefa hermenêutica: aquela da decifração e desdobramento dos símbolos impressos que tem diante de si. Importante ressaltar que a referência do documento (ou seja, o conteúdo de sentido que foi destacado pelo leitor através da interpretação) é sempre idiossincrática, pois depende do repertório experiencial do leitor.

Tarefa interpretativa inerente à leitura pode ser ainda melhor explicitada através das seguintes palavras de (Ricoeur:1978,p.15) (...) o texto deve poder, poder, tanto de vista sociológico quanto do psicológico, descontextualizar-se de maneira a deixar-se recontextualizar numa nova situação: é o que justamente faz o ato de ler.

As tarefas de descontextualização e recontextualização, empreendidas dentro de um projeto prévio da compreensão do documento, é que vai mais propriamente caracterizar a interpretação. O trabalho interpretativo, portanto, revela-se como o desvelamento, elaboração e explicação das possibilidades de significação do

documento, projetadas pela compreensão. Em última análise, pode-se dizer: a interpretação dêscobre aquilo que a compreensão projeta.

3.2.2 A estrutura do ato de ler na perspectiva comunicacional

Procura-se, aqui, situar o ato de ler no contexto da comunicação humana. Para superar qualquer caracterização simplista, que coloca o ato de ler como mera interação receptora-mensagem busca-se na Fenomenologia algumas descrições que permitem uma reflexão mais profunda sobre a questão.

Deve ficar claro que, através desta discussão, tenta-se ultrapassar os limites do como (facilmente conseguindo em manuais de comunicação ou de leitura), para se chegar ao horizonte dos porquês. Isso é necessário na medida em que tal penetração fenomenológica permite o descarte do ante-os-olhos (pronto-a-mão), colocando o inquiridor em face das essências.

Assim, os conceitos de fenômeno e estrutura evidenciam-se como sendo um bom ponto de partida.

FENÔMENO: aparece como uma estrutura, reunido dialeticamente na intencionalidade, o homem e o mundo, a significação e a existência:

ESTRUTURA: multiplicidade unificada por uma ordem, cujo sentido é correspondência intencional a uma situação existencial.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

O que significa, neste ponto, referir-se ao ato de ler como fenômeno? Significa descrevê-lo a partir de outro ponto de vista fenomenológico -a fim de descobrir outros de seus aspectos, os essenciais.

Quais são os aspectos da comunicação que os conceitos de **fenômeno e estrutura** levam o inquiridor a descobrir? O fenômeno não é mais desvelado como uma simples estrutura dinamizada pelas relações superficiais entre os seus elementos; ele se desvela isto sim, como uma estrutura dinamizada pela reunião da existência Homem-Mundo. Mais especificamente: o fenômeno da comunicação deixa-se conhecer como uma estrutura que reúne uma multiplicidade de elementos distintos e únicos, em pela correspondência intencional entre seus elementos e o mundo.

A intencionalidade que movimenta essa correspondência dialética, também deve ser mais bem explicitada: ela produz a unidade natural e não predicativa do mundo e da vida, estando presente em todos os atos humanos. È ela, também, a geradora do texto que o conhecimento do inquiridor tenta traduzir numa linguagem precisa. Intencionar através de atos ou compreender fenomenologicamente é chegar à coisa como uma forma peculiar de existir; é situar-se na coisa a fim de captar a sua essência.

Pode-se dizer que a um eixo horizontal, caracterizar caracterizador do ato de comunicar (isto é, da relação emissor-receptor), deve-se acrescentar um eixo vertical, representativo da correspondência intencional e significativa desses elementos com o mundo.

A partir desse esquema começa-se a perceber, na situação de comunicação (redação, leitura etc...) uma estrutura fenomenal. Isto quer dizer que nessa estrutura pode-se constatar:

- a) Uma multiplicidade de elementos que entrega a mesma significação estrutural e cuja descrição se faz necessária para o reconhecimento dessa significação:
- b) Que essa multiplicidade se encontra unificada por uma ordem, cuja função é dinamizar e manter o relacionamento entre os elementos:

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- c) Que essa ordem não é imposta ou externa à situação; pelo contrário, é uma ordem que emana das próprias relações entre os elementos, gerando significado;
- d) que o significado ultrapassa o na sua forma espaço da comunicação, achando-se íntima e essencialmente relacionado á existência humana, na sua forma historia e cultural.

Isto posta, um fenômeno da comunicação deixa de ser somente o emissor, uma mensagem e um receptor (conforme os esquemas simplistas do canal de comunicação). Ele passa, agora, a definir-se pela estrutura SER-NO-MUNDO-COM-OS-OUTROS-ATRAVÈS-DE-SIGNOS; sendo assim, passa a ser de ler. Mas os elementos da comunicação (esquemáticos anteriormente) ainda pedem uma melhor caracterização:

ESTRUTURA DO SUJEITO (EMISSOR)- O sujeito do discurso, enquanto Ser-Homem constituiu-se numa multiplicidade e identificação. Enquanto SER-NO-MUNDO-COM-OS-OUTROS vive a experiência fenomenal e do frente –aos - olhos (interbujtiva, histórica e cultural), assumido, através da intencionalidade (isto é, da consciência dialética homem-mundo).

ESTRURURA DA MENSAGEM- A mensagem, enquanto expressão da um sujeito é portadora de um significado é portadora de um significado.

Significado este gerado pelo diálogo do seu criador com o mundo. Como tal, a mensagem é uma estrutura que se supera, sempre remetendo o leitor á estrutura dessa relação dialógica. Enquanto comunicativa, destina-se a um receptor (leitor, ouvinte, espectador etc...) e se encontra estruturada por um código lingüístico

ESTRURURA DO CÓDIGO- instituído ou convencionalizado é uma estrutura na medida em que dele faz parte uma multiplicidade de elementos cuja expressão referencial se evidencia através das relações de oposição, existentes entre esses elementos. Em se tratando de comunicação, um código instituído significa um campo de compreensão: domínio comum aos dois pólos da comunicação.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Como qualquer mensagem, por ser humana, é uma mensagem, do mundo, o código também deve ser representativo desse mundo. Sendo assim, o código não pode ser um sistema fechado, mas um sistema que se reconstrói a partir da constante renovação e transformação do mundo.

ESTRUTURA DO MUNDO-O mundo é a estrutura que se constitui através e a partir das diversas formas de intersubjetividade dialética homem-mundo. Define-se como uma complexidade de aspectos significativos ou de regiões de significados (horizontes), que se relacionam entre si. Para a Fenomenologia, o mundo não é uma realidade objetiva ou sequer um dado abstrato e universal, mas é um mundo, histórico e cultural. De Sendo assim, é possível falar de um mundo que se define e que o grupo humano lhe deu através de sua existência.

A estrutura do mundo é a estrutura do discurso, enquanto um discurso vivido que gera mensagens ou significados acontece ou concretiza-se através da comunicação, aqui entendida como diálogo existencial. A Fenomenologia apresenta um mundo humano, região de sentido e de valores, que não é possível de ser concebido sem o homem - um mundo que é projeto na medida em que se abre à existência do homem; um mundo que, através do trabalho humano que se volta o homem e o interpela: um mundo comunicativo.

O enfoque fenomenológico para os canais de comunicação abre caminhos para uma compreensão do ato de ler. Para isso é ainda necessário que cada um dos elementos seja analisado no desempenho de suas funções, isto é, enquanto sujeito do discurso do (emissor), mensagem em circulação e receptor da mensagem (leitor). Isso se fundamenta no fato de que o fenômeno só se desvela quando vivido por um sujeito.

Tal análise é colocada em seguida a fim de que se possam adicionar, no desenrolar da reflexão, alguns aspectos relacionados com o fenômeno da educação. Em outras palavras: tenta-se buscar a caracterização do ato de ler a partir da problemática comunicacional, mas procurando dirigir as conclusões para o contexto educacional. (SILVA, 2011, p. 71-89)

3.2.3 O ato de ler no diálogo educacional

Da mesma forma que somente tem sentido discorrer sobre comunicação enquanto ATO DE COMUNICAR, falar em leitura é refletir ao ATO DE LER, existencializado por um sujeito-leitor na trajetória de vida ou no seu constante vir a ser. Conseqüentemente, a análise do ato de ler deve ser inserida, definitivamente, no contexto do diálogo existencial, em suas diversas formas.

O fenômeno da educação ocorre no interior do fenômeno da existência humana, pois a educação somente se concretiza no homem, pelo homem e para o homem que, através dos objetos de sua percepção, mostra (aponta para) um horizonte externo. Esclarecendo: a totalidade dos objetos da percepção está unida ao campo total de percepções e cada objeto surge como uma figura especial no horizonte de significados. A percepção real dos objetos inclui necessariamente o seu horizonte. Dessa forma, há vários horizontes no mundo para o homem á medida em que vai percebendo os diferentes objetos da cultura.

Nesse sentido, educação é o exercício da liberdade do homem para estruturar o seu projeto de existência, para viver os diferentes da cultura.

A existência humana se realiza através da dialética homem-mundo. Educação é o resultado dessa dialética; como tal evidencia-se como sendo um projeto através do qual o homem apreende os significados que estão em circulação no interior do seu mundo histórico e cultural. Esta apreensão é dialética por que o homem somente existe enquanto dialoga no dialogo recorrente das várias épocas, a verdade plena vai paulatinamente abrindo caminho através do choque de posições antagônicas. A dialética é, enfim, a lei fundamental do Ser.

Nesse sentido, educação é o projeto de conscientização do mundo; de hominização, mesmo porque homem e mundo são elementos inseparáveis.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Mas homem e mundo sempre se configuram num contexto histórico e cultural; sendo assim, um mundo que não esgota ou abarca todos os mundos, isto é o mundo presente não é a única possibilidade. È por isto mesmo que educação é projeto (mais do que processo), pois recuperando os significados em circulação no contexto social, podem propor outros, abrindo perspectivas para novas formas de existência.

A partir disto, fica ainda mais claro que educação é transformação do homem e do mundo. Para que essa transformação se estabeleça, é necessário que o homem se movimente de um lugar significado para outro, isto é, pratique em sua vida o exercício dialético da libertação. No ato de libertar-se, isto é, de tomar consciência da sua necessidade é que o ato de ler passa a ganhar a sua necessidade é que o ato de ler passa a ganhar a sua significação maior e primeira.

Realmente, se a educação for tomada como projeto, a importância das mensagens escritas e do ato de ler torna-se bastante evidente. Uma mensagem escrita deixa de ser o mero conteúdo informativo para se transformar no pretexto (condição) para a formação da consciência crítica. Mais especificamente: o documento escrito deixa de ser o simples instrumento de produção que o professor fornece ao aluno, para transformar-se num a partir de veiculador da tradição histórica e cultural, passada e presente.

No diálogo educacional e, portanto, existencial, a mensagem escrita assume o papel de um horizonte cultural possível, tendo algo a dizer ou uma idéia significativa a propor. Representa, pois, o ponto de partida-a partir dele o professor e o aluno desenvolvem a reflexão para a conscientização. Funciona, metaforicamente falando, como um trampolim para o mergulho no conhecimento; e deixa de ser conhecimento; e deixa de ser conhecimento dado ou “pronto-á-mão”, verdadeiro ou absoluto (o que poderia caracterizar ou gerar um tipo de leitura mecânica ou decorativa).

Para assumir esse novo papel, quais as exigências que devem ser atribuídas á mensagem didática escrita?Uma primeira diz respeito ao seu criador (emissor): o texto deve ser expressivo do diálogo existencial entre o seu criador e o mundo, isto é, representativo da caminhada para fora de si mesmo, da sua penetração em horizontes da

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

cultura. Sendo expressivo, estará sendo original. Sendo representativo, estará sendo relativo: um homem, um ponto de vista.

A segunda exigência diz respeito ao contexto no qual o documento escrito se insere. O contexto não é outro senão o mundo histórico, cultural e existencial. O documento deve objetivar esse mundo a fim de permitir a observação por parte do aluno-leitor; deve, em outras palavras, expressar o mundo em sua significação, simbolizando a sua estrutura.

A terceira da mensagem é que ela deve voltar-se ao aluno-leitor. “Não basta ao documento escrito ser expressivo do ser-no-mundo, é necessário que ele se constitua numa tentativa de comunicação com o outro, pois o” texto “só se manifesta á medida em que é lido. Comunicativo é,então,o documento que provoca,questiona,interpela e

dá a sua palavra, levando em conta a presença do leitor em situação de aprendizagem.

A quarta exigência diz respeito á linguagem, código por excelência, através da qual veicular-se a mensagem escrita.

Esta deve constituir-se, antes de tudo, no campo de compreensão do diálogo. Deve ser criativa para o emissor (isto é, permitindo-lhe expressividade máxima) e simbólica para o leitor, ou seja, permitindo-lhe a atribuição de significado. Estas são funções que cabem ao código somente por força de expressão, pois na verdade a língua é produzida pelo homem e somente existe através dele.

Uma quinta e última exigência diz respeito á própria participação ou presença da mensagem escrita no diálogo educacional. Ela deve ser ABERTA a fim de permitir a concretização do diálogo. Isto é: a presença do documento escrito, na situação em que o homem se coloca para atribuir significados, significa uma QUESTÃO ou DÚVIDA. Como toda questão existe para ser respondida, a resposta á mensagem escrita é o próprio ATO DE LER, o exercício do leitor no diálogo educacional.

3.2.4 Leitura crítica-Explicitação

A leitura crítica é condição para a educação libertadora, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas. A explicitação desse tipo de leitura, que está longe de ser mecânica (isto é, não geradora de novos significados), será feita através da caracterização do conjunto de exigências com o qual o leitor crítico se defronta, ou seja, CONSTATAR e COTEJAR e TRANSFORMAR.

È importante ressaltar que essas exigências não são definidas em termos de um conjunto de habilidades segmentadas (o que seria operacionalizável). Pelo contrário, trata-se de uma constelação de atos da consciência, que são acionados durante o encontro significativo do leitor com uma mensagem escrita, ou seja, quando o leitor se situa no ato de ler-o leitor. È este situar-se (isto é, estar presente com e na mensagem) que garante o caráter libertador do ato de ler-o leitor se conscientiza de que o exercício de sua consciência sobre o material escrito não visa o simples reter ou memorizar, mas o compreender e o criticar.

A constatação do significado do documento escrito, nada mais é do que sua compreensão. O leitor crítico, movido por sua intencionalidade, desvela o significado pretendido pelo autor (emissor), mas não permanece nesse nível-ele reage, questiona problema, aprecia com criticidade. Como empreendedor de um projeto, o leitor crítico necessariamente se faz ouvir. A criticidade faz com que o leitor não só compreenda as idéias veiculadas por um autor, mas leva-o também a posicionar-se diante delas, dando início ao cotejo das idéias projetadas na constatação.

Através dos atos de decodificar e refletir (implícitos na constatação e cotejo), novos horizontes abrem-se para o leitor, pois ele experimenta outras alternativas. Mas o encontro de novas alternativas somente pode ser plenamente efetivado na transformação, ou seja, na ação, sobre o conteúdo do conhecimento, neste caso o documento escrito, proposto para leitura. Por outro lado, caracterizar a práxis da leitura em termos de constatação, cotejo, transformação por parte do leitor, nada mais é do que excluir qualquer aspecto opressor de uma mensagem escrita (ou do uso que se faz

dela);é,ao contrário,colocá-la em termos de uma possibilidade para a reflexão e recreação.

A leitura crítica sempre leva á produção ou construção de outro texto: O texto do próprio leitor. Em outras palavras, a leitura crítica sempre gera expressão: o desvelamento do SER leitor. Assim, este tipo de leitura é muito mais do que um simples processo de um simples processo de apropriação de significado; a leitura crítica deve ser caracterizada como um PROJETO, pois se concretiza numa proposta pensada pelo ser-no mundo, dirigido ao outro.

3.3 MODALIDADES E DIMENSÕES: TIPOS DE LEITURAS

SITUAÇÃO DA LEITURA EM NÍVEL INTERNACIONAL E LOCAL

Importância e Justificativa da Leitura

As principais razões que justificam a importância, as vantagens e a persistência da leitura, apesar da irrupção dos meios massivos de comunicação, são as seguintes.

3.3.1 Na leitura prevalece a liberdade

Em comparação com os meios de comunicação audiovisual, o leitor tem liberdade para escolher: o lugar, e a modalidade de leitura que queira e julgue conveniente. Ele pode escolher por si mesmo, de acordo com os seus interesses, os seus gostos ou suas necessidades pessoais, os melhores e mais necessidades pessoais, os melhores e mais adequados textos do passado e do presente. O indivíduo pode ler no seu próprio ritmo, adaptando flexivelmente a sua velocidade aos propósitos que se apresente. Se o material é interessante, fácil ou conhecido, pode lê-lo com rapidez; mas

quando o material é complexo, novo, ou quando se quer ler criticamente, pode diminuir a velocidade.

Nos outros meios, pelo contrário, prevalece a imposição. O rádio e a televisão oferecem uma variedade limitada de programas, escolhidos com critério comercial ou razões de gosto massivos, em horários predeterminados. Os conteúdos geralmente são apresentados com uma simplificação necessária ao consumo massivo, o que impede satisfazer adequadamente, na televisão necessidades pessoais. Por outro lado, na televisão, as imagens se movem rapidamente com um ritmo ou velocidade que não leva em conta se o receptor quer se deter para pensar, voltar a atrás, ou omitir passagens que considere óbvias ou desagradáveis. Essa pode levar a uma compreensão superficial do conteúdo. A leitura, ao contrário, por ser manejável, permite ao indivíduo ser crítico diante da informação recebida.

3.3.2 A leitura é fator determinante do êxito ou fracasso escolar

A leitura é a única atividade que constitui, ao mesmo tempo, disciplina de ensino e instrumento para o manejo das outras fases do currículo. Primeiramente, uma das maiores metas na educação básica era “aprender a ler”; agora, a ênfase está em “ler para aprender”. Isso não significa que o primeiro lema não tenha espaço na escola atual: nas séries fundamentais, a aprendizagem do código dentro de contextos significativos para a criança é de grande importância; mas, posteriormente, a leitura é utilizada como instrumento para a aquisição dos outros setores do programa de estudo.

Naturalmente, a eficiência na leitura se relaciona de forma íntima com o êxito escolar.

O leitor rápido e preciso possui um instrumento precioso para penetrar no amplo mundo do conhecimento que jaz sob as capas dos livros.

O leitor deficiente lê de maneira tão lenta que não pode processar diretamente o significado.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Deve, então, depender em grande parte do que aprende por meio da escuta, motivo pelo qual tende a fracassar nas disciplinas que necessitam de leitura. Esse fracasso é maior à medida que o aluno muda de ano, quando aumenta a necessidade da leitura no processo da aquisição de conhecimentos.

A matemática, a ortografia, a redação, as ciências naturais e sociais e todas as demais áreas de estudo que necessitam do uso de livros estão relacionados com a habilidade de leitura.

Os problemas aritméticos são apresentados, geralmente, de forma impressa e devem ser lidos para serem resolvidos. Existe uma alta correspondência entre os alunos bons na solução de problemas e os bons leitores.

A habilidade para reconhecer e lembrar-se de palavras é fundamental tanto na leitura como na ortografia. A criança que tem dificuldade para reconhecer palavras quando as vê terá ainda maiores dificuldades ao tentar reproduzir de memória uma seqüência de letras.

A leitura e a ortografia estão altamente relacionadas, porque exigem muitas habilidades em comum. A correlação entre os scores de testes de leitura e ortografia se situa, geralmente, numa média de 0,80 a 0,85 (PEAKE, 1940). Essa alta correlação indica que são raros os bons leitores que sejam deficientes em ortografia. A grande maioria de leitores que lê mal apresenta, ao mesmo tempo, uma má ortografia. Em comparação, a leitura e a escrita não estão estreitamente correlacionadas.

A leitura também é um fator determinante no fracasso ou êxito escolar por razões como as seguintes:

-Nos primeiros anos, o ensino do código absorve um tempo importante dos professores interessados em aplicar estratégias baseadas na imersão de seus alunos na linguagem escrita e no domínio dos processos visuais, auditivos e articulatórios próprios de sua aprendizagem. Esse esforço se justifica amplamente quando os professores observam a alegria e o incremento da auto-estima que seus alunos experimentem,

quando descobrem que podem “decifrar” significativamente um meio de comunicação e expressão tão importante para o seu desempenho presente e futuro.

-Quando os alunos se tornam leitores independentes, a sua familiarização com os textos impressos não só enriquece o seu vocabulário e as estruturas gramaticais que conhece, como também aumenta a sua competência ortográfica. As palavras ditas ou ouvidas têm múltiplas identidades semânticas, gustativas, olfativas, visuais; mas carecem de identidade gráfica e ortográfica. Escutar a palavra “maçã,” pode despertar associações, tais como “torta de maçã”, ”maçã verde”, ou “a maçã da Branca de Neve”, ela também pode ser desenhada; mas, para escrevê-la com cedilha, é indispensável tê-la visualizado em sua forma escrita ou impressa. Como a ortografia não é lógica, mas histórica, e a identidade gráfica, e ortográfica da palavra da palavra não aparece em sua forma oral, para dominá-la é necessário ser um bom leitor.

-Na medida em que os estudantes passam para séries intermediárias ou superiores, os conteúdos temáticos das distintas áreas de estudos aumentam em variedades e quantidade, de maneira que não podem ser transmitidos apenas oralmente pelo professor, nem retidos na memória de longo prazo, apenas ouvindo-os visualizando num vídeo. Assim, a leitura torna-se, progressivamente, a principal fonte de informação para o estudante interessado em processá-la em profundidade.

Ao contrário da leitura narrativa, destinada, destinada especialmente ao prazer durante o tempo livre, a real aprendizagem dos conteúdos informativos depende, progressivamente, do estudante e de seu processamento pausado e paciente, por meio em sublinhar as idéias e os detalhes relevantes, em fazer resumos, esquemas ou gráficos organizadores d texto, consultar notas, deter-se para pensar.

Assim, a leitura enriquece e estimula o intelecto do estudante. Ao ler compreensivamente, ele não recebe com passividade à informação; enriquece o texto graças á sua própria contribuição. À medida que vai lendo, o estudante vai antecipando os conteúdos, forjando suas próprias hipóteses, confirmando-as ou descartando-as; também raciocina, crítica, infere, estabelece relações, tira suas próprias conclusões. Tudo

isso se traduz numa poderosa estimulação intelectual que repercute na aprendizagem em sua totalidade.

Quem lê mais “alerta” e em melhores condições para enfrentar novos desafios intelectuais. De Por outro lado, a leitura intensiva, seja de conteúdos narrativos, poéticos ou expositivos, enriquece os esquemas cognitivos do leitor, os quais naturalmente retroalimentam futuras compreensões. Esse círculo virtuoso ou “em espiral” justifica a constatação de que estudante se transforma em pessoa culta só quando é um bom leitor. A leitura permite a máxima organização da informação.

3.3.3 A leitura permite articulares os conteúdos culturais

Sem dúvida alguma, a televisão também é um meio de transmissão da cultura; mas a apresentar de forma não-sistemática e justaposta: um documentário histórico pode vir seguido de desenhos animados, telenovelas ou notícias, sempre interrompidos por anúncios comerciais, contudo, a leitura, especialmente a do livro, oferece, na maior parte das vezes, uma seqüência articulada do começo ao fim.

Pelo fato de construir meios de difusão massivos, os meios audiovisuais proporcionam uma informação “grosseira”, ao alcance de todos. Essa seleção para todo público impede aprofundar os detalhes, as nuances, as diferenças sutis. Assim, a verdadeira profundidade em relação aos personagens e aos fatos só pode se dada pela leitura. É difícil conceber que a televisão livro como *Madame Bovary*, embora represente com fidelidade o enredo do romance e encarne adequadamente situações e personagens.

Rádio, o cinema e a televisão se caracterizam pelo rápido desvanecimento. As relações entre as partes de seus programas e projeções somente podem ser feitas com base na lembrança. A leitura, por outro lado, caracteriza-se pela permanência; as relações entre as partes dos textos podem ser feitas por confrontação.

3.3.4 A leitura expande a memória humana

As pessoas que vivem em culturas principalmente orais têm uma série de recursos (técnicas mnemônicas) para reter a informação em sua memória de longo prazo, como também para recuperá-la quando é necessário. Por exemplo, a utilização de padrões rítmicos que facilitam a lembrança de letras de canções, adivinhações, fórmulas de brincadeiras, poemas, etc.; a lembranças de frases memoráveis (“Atacar, rapazes!”, “Governar é educar”) de personagens “de peso” que realizaram façanhas históricas, esportivas ou de outro tipo; a prática constante, como é o caso das orações ou do hino nacional, a utilização de provérbios, máximas, refrões, ditados e outras fórmulas lingüísticas que circulam de boca em boca, de geração, sempre em situações comunicativas que lhes atribuem sentido e que constituem uma forma de cunhar e sintetizar a sabedoria, geralmente, em breves agrupações binárias: “filho de peixe, peixinho é”, “Errar é humano, perdoar é divino”.

Sabe-se muito bem que os recursos empregados pela oralidade (Ong, 1982) para reter a informação na memória são muito poderosos, mas vale à pena perguntar: o que acontece com todas as reflexões, as idéias e outros produtos da sabedoria e criatividade humana que não incluem “frases memoráveis”, nem utilizam padrões rítmicos, provérbios e outras fórmulas lingüísticas para serem recuperados quando a situação exigir?

Sem dúvida, somente quando as palavras se transferiram do exclusivo mundo do som para um sistema alfabético, tornou-se possível a ampliação da memória humana. Na oralidade, ela está limitada pelo número de itens que a memória imediata é capaz de processar, número limitado a sete, ou aproximadamente dois, sejam palavras ou blocos de informação. Assim, somente a linguagem escrita/impresa, ao permitir o registro e a recuperação da informação, expandiu a memória humana a um limite jamais sonhado. Graças à escrita, o discurso se torna autônomo, quer dizer, livra-se de seu contexto vivencial. A condição espacial, estável e seqüenciada da palavra, iniciada pela escrita manuscrita, logo intensificada pela imprensa, atualmente é maximizada graças às possibilidades proporcionadas pelo computador de arquivamento e recuperação

imediatos. Assim, a cultura impressa ou informática, ao vincular fisicamente seus conteúdos textuais e facilitar a recuperação global de qualquer classe de organização do pensamento, aperfeiçoa a um nível nunca sonhado tanto a produção de textos como domínio do conhecimento cunhado em romances, textos científicos, históricos, filosóficos, biográficos, legais ou explicativos da literatura, das artes e da própria linguagem oral.

A referência à “oralidade” aponta tanto para a oralidade “primária” como para a “secundária”. A “primária” alude a uma cultura totalmente intocada por qualquer conhecimento de escrita manuscrita ou impressa. A “oralidade secundária” refere-se a uma nova oralidade sustentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão e outros implementos escrita para sua existência e seu funcionamento.

3.3.5 A leitura determina processos de pensamento

A cultura letrada, ao mobilizar a linguagem do mundo oral auditivo para o mundo sensorial da visão, transforma a comunicação oral e os esquemas cognitivos das pessoas. Nas culturas orais, a limitação das palavras apenas a sons, num contato “face a face”, determina não só modos de expressão, como também processos de pensamento. O acesso à linguagem escrita não só realimenta o escutar, o falar e o produzir texto como também modifica as representações, a consciência e a ação, analisamos algumas causas.

As formulas lingüísticas aparecem nos livros ocasionalmente, mas nas culturas orais elas são incessantes. A essência do pensamento está formada e consiste nelas. Se alguém conta “oralmente” a uma pessoa sobre um acidente que acabou lhe trazendo benefícios, sem duvida nenhuma ouvirá como resposta o provérbio: “Há males que vem pra bem”; se conta que um filho repetiu os erros de seu pai, sem dúvida ouvirá: “filho de peixe, peixinho é” ou “quem puxa aos seus não degenera”; ninguém comentará o efeito do modelo dado pelo progenitor a menos que o ouvinte tenha estudado um texto psicológico naturalmente, a utilização das formulas tem força porque sintetiza uma sabedoria secular, quase sempre em dois tópicos; mas se se apela a elas com demasiada

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

freqüência, as respostas se estereotipam, e limita-se a variedade de apreciações e as nuances próprias de uma expressão pessoal, de um pensamento alimentado pelas idéias ou por outros produtos da sabedoria e criatividade humanas.

Assim, a oralidade tende a estabilizar um pensamento majoritariamente rígido por causa das limitações inerentes à capacidade de retenção e recuperação da memória humana enquanto a linguagem escrita, por ser estável em si, libera a mente da tarefa de conservação e permite construir seus próprios saberes, a partir de uma interiorização e seleção de variadas informações alternativa e de pontos de vista convergentes ou divergentes dos próprios. Também interioriza várias vozes: um bom leitor, bem provido de livros para suas horas livres, pode interagir não apenas com pessoas tão lúcidas como Juan Rulfo, Maria Luisa Bombal, Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa, Gabriel Garcia Marquez, para citar algumas, como também com os vários personagens criados por elas. Também pode modificar crenças, preconceitos, opinião, documentos, testemunhos impressos, artigos ou livros de ensaio. Tudo isso ensina que há muitas verdades, múltiplas possibilidades e resoluções (nenhuma definitiva) diante de soluções problemáticas.

Vista a leitura como determinante de processos de pensamento, ela cumpre uma importante função social. Por algum motivo, é evidente a correlação que existe entre os hábitos de leitura e o desenvolvimento social e cultural dos povos. As pessoas que não lêem, ou que são leitores mínimos, não só tendem a ser rígidas em suas idéias e ações, como também guiam suas vidas e suas ações pelo que lhes é transmitido diretamente. Em troca, o hábito da leitura tende a formar pessoas abertas ao mundo, voltadas para o futuro, capazes de valorizar o planejamento e aceitar os princípios científicos e tecnológicos emergentes, com a conseqüência incerteza que eles implicam. Somente as pessoas situadas num mundo aberto estão aptas para chegar a conhecimentos úteis para melhorar a sua saúde, a sua alimentação, o seu entretenimento, a criação dos filhos; para adaptar-se às mudanças sociais e culturais, para viver e trabalhar com dignidade, para desenvolver plenamente suas possibilidades de progresso e bem-estar.

Dada importância da leitura, existe o desafio prioritário para os educadores e para as famílias de alcançarem a meta de que os estudantes leiam cada vez mais e

melhor; isto é, que desfrutem a leitura, maneje-a como uma atividade permanente e gratificante prefira materiais de qualidade literária e com valores, identifiquem os textos que lhes trazem informação relevante e nutram seus interesses e indagações. Quer dizer, que consigam uma “apropriação” da linguagem escrita, avaliando a sua própria habilidade para ler e escrever e demonstrá-la em suas atitudes e hábitos cotidianos; por exemplo, em sua leitura diária e voluntária.

Em resumo: a leitura tem características e vantagens únicas que a diferenciam dos outros meios de informação audiovisual, por sua capacidade de transmissão de grande quantidade de informação, por seu poder de estímulo da imaginação, por sua flexibilidade e, especialmente, por sua potencialidade de ser controlada pessoalmente pelo indivíduo.

3.3.6 A leitura e as funções da linguagem

São três as funções mais importantes da linguagem: apelativa, expressiva e representativa. Essas três funções assumem modalidades próprias na leitura. A partir delas, podemos entender a importância da leitura para a vida pessoal e social e o seu papel na vida escolar.

Halliday (1975) observa que, a partir de certas funções de tipo normativo, internacional, instrumental, pessoal, imaginativo, informativo e heurístico, que se encontram na linguagem escrita e comprovar, assim, a sua importância.

Analisaremos as funções apontadas por Halliday para a leitura, enquadrando-as nas funções básicas da linguagem e completando-as com as contribuições que este enquadramento significa.

3.3.6.1 Função apelativa (ativa, conotativa, interativa)

È a função que prevalece nas expressões lingüísticas que utilizam o modo imperativo e nos diversos modos de dar ordens ou indicações. No entanto, encontra-se

presente em todo texto escrito que por si só construiu uma apelação ao leitor, um modo de inter-relacionar com ele: pede-lhe que desenvolva a atividade de ler.

Alguns textos escritos, além disso, têm funções específicas em relação a outras atividades do leitor. Esses textos seriam, especificamente, "sinais" (indicações ou indícios, para o leitor). Tais textos são os que desempenham as funções de tipo normativo, intencional, instrumental e heurístico dentro das funções apontadas por Halliday.

3.3.6.2 Função Normativa

Esta função aparece nos textos que servem para estabelecer regras e advertências.

As crianças, desde muito cedo, estão expostas a esta função através dos letreiros que proíbem ou, "permitem certas ações ou advertem sobre outras: as placas de trânsito (" "Pare", "Siga"), as indicações "Sobre" ou Desce "dos elevadores, os letreiros de "Entrada" e Saída" de alguns lugares públicos.

As formas mais complexas desta função são de fundamental importância para a vida social: Leis, regulamentos, decretos que estabelecem normas para a atividade dos indivíduos das sociedades letradas. As sociedades numerosas, complexas e dispersas em grandes territórios não podem prescindir deste tipo de textos.

3.3.6.3 Função Interacional

È a função que ocorre quando o emissor quer obter, diretamente por meio da linguagem, uma determinada atividade do destinatário ou produzir nele um determinado efeito.

Na linguagem escrita, este tipo de função se cumpre com recados ou mensagens: convites (se quer que o destinatário vá a um casamento, a um aniversário ou a outra

atividade); cartões de cumprimentos ou felicitações (se quer que o destinatário se sinta lembrado, felicitados); há cartas, faxes, telegramas, comunicações entre professores e pais, e outros textos, como os e-mails, em que esta função prevalece.

Os anúncios publicitários, que combinam em diversas proporções o informativo e o interativo, mas que são redigidos com o modo que a sua função é fundamentalmente internacional: São redigidos com o fim de um ou muitos destinatários dos textos realizem uma ação vinculada com o emissor. Grande parte das relações nas sociedades se baseia neste tipo de textos. Por exemplo, s anúncios sobre empregos buscados ou oferecidos permitem a interação entre as pessoas ou instituições que necessitam contratar alguém e os que desejam trabalhar.

3.3.6.4 Função instrumental

È a função que ocorre quando a linguagem serve de meio para orientar o leitor na realização de uma atividade ou no manejo de certos objetos. Esta função aparece nas instruções que acompanham os jogos, nas receitas para elaborar alimentos, nos trabalhos mecânicos, nas formulas de diferentes tipos. Também é posta em prática na leitura dos sinais de segurança, dos anúncios, das mudanças de regulamentações. A automatização própria da sociedade moderna não limitou a necessidade da leitura instrumental; pelo contrário, a tecnologia avançada a requer em níveis mais altos e mais específicos. Uma das formas mais complexas que esta função instrumental assume dentro dos textos é os manuais, que às vezes chegam a se transformar em livros extensos.

3.3.6.5 Função heurística

Esta função permite á linguagem à busca da informação necessária. È representada pelas perguntas e por algumas expressões de desejo. Dentro dos textos, as formas mais simples correspondentes a esta função são os questionários, que permitem coletar todo tipo de informação.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

As formas mais avançadas desta função se dão em certos textos de índole reflexiva que apresentam os grandes problemas que o homem deve enfrentar. Quando não dão soluções, quando se limitam a mostrar o que se deve procurar, estão acentuando a função heurística.

Deparamo-nos, então, com a função heurística na leitura cada vez que a linguagem escrita não se propõe a representar algo, nem produzir algum tipo de interação, nem expressar sentimentos, mas formular perguntas, dúvidas, consultas, buscas, problemas, exploração, indagação.

3.3.6.6 Função dramática

Esta função permite a representação de ações. As obras de teatro e os roteiros de rádio-novela, cinema e teledramas são os textos típicos para se alcançar esta função. Em nível escolar, corresponde a todos os textos que permitam aos alunos representar ações (peças teatrais, textos básicos para dramatizações criadoras, roteiros para representações, brincadeiras).

3.3.6.7 Função expressiva (emotiva imaginativa)

Os textos podem ser considerados como “sintomas” das emoções, dos sentimentos, das idéias e da imaginação do autor. Ao ler um texto, o leitor reconhece tais sintomas. Mas a leitura cumpre funções e imagens no leitor. A leitura produz emoções e imagens no leitor. Nesta categoria, podemos colocar as funções de tipo pessoal e imaginativo de Halliday (1975).

3.3.6.8 Função pessoal

Esta função é posta em prática quando o indivíduo registra e re-lê seus próprios pensamentos e idéias, seus diários de vida; quando planeja por escrito suas atividades semanais ou diárias; quando busca textos que resolvam um problema ou uma necessidade pessoal; quando lê conteúdos vivenciais ou emocionais com os quais se identifica. A leitura num plano pessoal proporciona experiências por meio das quais o

indivíduo pode expandir suas limitações, identificar e estender seus interesses, obter conhecimentos mais profundos de si mesmo e de outros seres humanos e da sociedade em que vive. A leitura organiza a experiência pessoal, relaciona e enriquece idéias próprias com as de muitas outras fontes. Utilizando as experiências pessoais como ponto de partida, o leitor pode alcançar as registradas pelos outros e transcender as limitações do espaço e do tempo.

3.3.6.9 Função imaginativa

È função se evidencia na capacidade de estimular a imaginação e as emoções do indivíduo. As leituras de poesia e prosa poética geralmente estimulam o adolescente a criações pessoais; a criatividade é seguidamente incitada por uma idéia extraída de um texto, pela oportunidade que a leitura proporciona em criar imagens na mente. Na leitura, a mente transforma os símbolos gráficos abstratos em sons em palavras, e as palavras, em estruturas lingüísticas, que ao refletir experiências, vão unidas a uma imaginação rica e geradora de sentimentos.

3.3.6.10 Função representativa (referencial, denotativa, conotativa)

È a função que se encontra mais disseminada na linguagem. “Assim como a língua, em relação às funções anteriores, aparece como sinal “(função apelativa) ou com” sintoma “(função expressiva), nesta função representativa aparece como” símbolo”.

A função representativa é a mais importante da leitura para a transmissão do patrimônio cultural. Esta função prevalece nos tratados, nos livros-textos nas obras históricas, filosóficas e em todos os textos de tipo informativo. Por causa desta função, a leitura é a atividade mais importante em disciplinas como português, filosofia, história, ciências sociais e religião.

A função informativa da linguagem escrita destacada por Halliday cabe dentro desta função mais ampla que é a representativa.

3.3.6.11 Função informativa

Como se descreveu na parte dedicada á importância e á justificativa da leitura, esta não só é importante para todas as áreas de estudo, como também desempenha um papel em toda a vida escolar.

3.3.6.12 Outras funções da leitura

À margem das três funções básica da língua já descritas, podem-se incluir também línguas já descritas, pode-se incluir também uma função metalingüística, quer dizer, a capacidade da língua de refletir-se a si mesma.

A leitura tem claros efeitos sobre a própria linguagem, tanto falada como escrita; esses efeitos, de algum modo, podem ser atribuídos a uma função metalingüística cujas principais manifestações poderiam ser a familiarização com estruturas lingüísticas próprias da linguagem escrita. O leitor, por meio da leitura, familiariza-se com modos de expressão que não são utilizados em outras formas de linguagem.

Estas estruturas são à base do uso da língua num nível “culto firmal”, que é o modo básico da comunicação no mais alto nível e, geralmente, se transferem para a fala e para a comunicação no mais alto e, geralmente, se transferem para a fala para a comunicação escrita.

Há ainda o fato de que a leitura é a grande fonte de incremento do vocabulário. Graças ás pistas dadas pelo contexto, o leitor pode incorporar sem dificuldade novas palavras a seu da palavra léxico; a imagem gráfica da palavra serve de ajuda eficaz para sua lembrança e explica a correlação positiva que existe entre leitura e ortografia, tal como foi descrito no primeiro item.

Todas as funções da leitura que se destacaram na vida escolar continuam, naturalmente, na vida adulta. A pessoa que terminou sua educação formal segue necessitado da leitura, especialmente devido á sua função informativa. A leitura pode

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

satisfazer inumeráveis propósitos para um adulto: com ela pode obter informação econômica, esportiva, política, médica, científica, filosófica. Etc.

A leitura é também uma grande fonte de diversão. O adulto que desenvolveu o gosto pela leitura “se diverte” lendo tudo àquilo que proporcione informação que lhe interesse; certos materiais de leitura como piada, anedotas específicas de entretenimento.

Nas leituras literárias, a função poética da língua tem grande importância. A função poética centra a atenção na própria mensagem: faz do texto uma obra de arte. Do ponto de vista do leitor, poderíamos falar de uma função estética da leitura que lhe permite captar a beleza do literário, tanto no manejo da linguagem como na escrita das obras.

Em resumo: a perspectiva de ver a importância da leitura por meio das funções que pode cumprir permite ao educador, e a todos os que têm a ver com o desenvolvimento de um ser humano, vincular a atividade de ler com as necessidades da pessoa. Assim, evita-se que a leitura se desenvolva como uma simples habilidade mecânica que tende a se extinguir por falta de aplicabilidade e se consegue que seja vista como uma habilidade relacionada com os mais importantes aspectos da vida pessoal e de relação.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

QUADRO_RESUMO: A LEITURA E SUAS FUNÇÕES

Funções da linguagem	Algumas funções características da leitura	Texto ou operações Típicas	
Função representativa (referencial, denotativa, cognitiva)	Função informativa (principal meio de estudo)	Alcançada por meio de textos filosóficos, históricos, literários, religiosos, científicos informativos, cartas, telegramas , anúncios informativos.	
Função expressiva (emotiva imaginativa)			
Função apelativa (ativa, conotativa, interativa)	Função pessoal	Estimula por meio de autobiografias, diários de vida, reflexões.	
	Função imaginativa e criativa	Textos literários narrativos e poéticos.	
	Normativa	Alcançada por meio de regulamentos, , leis, avisos.	
	Intencional	Cartas, convites, telegramas, comunicações, bilhetes.	
Função metalingüística	Instrumental	Instruções, receitas, indicações, manuais.	
	Heurística	Textos reflexivos, questionários, pesquisas.	
	Dramática	Obras dramáticas.	
	Léxica	Seu efeito é enriquecer o vocabulário e melhorar o seu uso.	
	Ortografia	Dar imagens visuais das seqüências gráficas das palavras permitindo a sua exata reprodução.	
	Morfossintática	Familiarizar o leitor com estruturas lingüísticas próprias dos textos escritos.	

Fonte: (CONDEMARIN, 2005, p. 20- 21)

3.3.7 Tipos de leitura

A **leitura decifratória** é aquela em que a atenção e o esforço do leitor se dissipam principalmente na decifração. É típica de indivíduo que estão se familiarizando com o código como os que estão sendo alfabetizados ou aprendendo uma segunda língua.

Esta dificuldade não ocorre somente entre leitores desqualificados. Fatores externam á leitura podem tornar o texto ilegível criando dificuldades mesmo para o leitor qualificado. A leitura silábica é um caso extremo da leitura decifratória.

A **leitura automática** é aquela em que emprega pequeno esforço na decifração. Supõe leitor qualificado e texto otimizado para a leitura.

Vocal e Mental

A **leitura vocal** pode ir de sua forma mais apurada á recitação com esmeros de entoação e até o murmúrio entre dentes.

A **leitura mental** pode simular uma recitação a plena voz ou se afastar disso rumo a uma leitura mais rápida que foge da entoação.

Fonológica e Ideogramica

A **leitura fonológica**, praticada tanto verbal como mentalmente, é a tradução de um código visual para um código acústico. O signo visual é convertido em fonema, palavra, frase.

Na **leitura Ideogramica** é um visual, o signo visual, que é grafemática, é captado como signo visual remetendo ao significado sem a passagem pelo lingüístico. É para assunto experimentação determinar a possibilidade de leituras integralmente visuais, a partir de signos grafemáticos.

A leitura Ideogramica é típica do leitor qualificado, que a prática associada á leitura fonológica tendendo mais para uma ou para outra dependendo da situação. Na leitura ideológrãmica á a tendência é de velocidades de leituras e seletiva maiores.

Integral e Seletiva

A **leitura intregal** feita palavra por palavra, linha a linha, sem qualquer pretensão.

Contrariamente, na leitura seletiva o leitor tem objetivos previamente estabelecidos, como encontrar palavras-chaves e elementos de seu interesse.

Após a busca ele realiza a leitura integral.

Leitura Produtiva

A leitura produtiva é rápida, com boa compreensão, dispensa releituras.

Para isto acontecer há fatores relacionados á leituras e fatores externos a ele. Começaremos com os inerentes ao ato. Fatores que influenciam a produtividade da leitura:

Fisiológicos: acuidade visual.

Psicológicos: atenção, motivação, estado emocional, tendência á replica, bloqueios psicológicos.

Intelectuais: divagação, preconceito, egocentrismo, atitude crítica.

Ambientais: iluminação, conforto ausência de ruídos.

Metodológicos: abrangências da zona nítida, automatismo, mentalização, leitura visual, leitura seletiva.

A zona nítida corresponde á região do campo total da visão captada pela fóvea do olho.

Embora muita pequena em relação ao campo total da visão, é a região mais nítida do campo visual. Certos leitores conseguem enquadrar mais grafemas na zona nítida, muna mesma fixação de olhos, que outros.

Esses leitores obtêm velocidades de leituras maiores. Se eles chegam á isto pelo treinamento ou pela natureza da visão que possuem é matéria para a fisiologia da visão.

Um maior automatismo aumenta a velocidade da leitura. Primeiro porque não se perde tempo com decifração consciente, depois porque a atenção não se dissipa diante da lentidão da entrada de signos.

O automatismo melhora com o treinamento e com a competência lingüística. É de se cogitar se depende de fatores como a inteligência verbal ou outras aptidões pessoais.

A leitura mentalizada tende a ser mais veloz que a vocal porque nela é possível ignorar apuros de entoação, abstraído tudo o que na entoação reduza a velocidade.

A leitura visual é mais rápida que a fonológica. Em princípio, a interiorização de um signo visual é mais rápida que o tempo para a elocução da palavra que o designa.

A leitura seletiva é mais rápida que a integral, óbvio. Desde que se aceite uma pela outra, com a conseqüente perda de compreensão envolvida, a leitura seletiva é mais produtiva.

A **leitura mais produtiva** ocorre quando os fatores externos que influenciam a leitura estão otimizados, quando o leitor é qualificado para o nível do texto, sua acuidade visual é boa, está atento, motivado, tranqüilo, sem tendência à réplica, sem bloqueio psicológicos contra a leitura em si ou ao assunto do texto, não divoga, não se fecha em si, mentalizada, controla o ímpeto à crítica, a abrangência da zona nítida é máxima, sua leitura é automática, mentalizada, tende para o visual, é seletiva.

3.3.8 O Leitor

- Leitor da imagem: desenho, gravura, pintura, fotografia.
- Leitor do jornal e de revista.
- Leitor da cidade, dos signos, símbolos e sinais.
- Leitor da imagem em movimento.

Leitor das telas eletrônicas.

Tipo Romântico: Preferência pelo mágico.

Tipo Realista: Rejeita o conto de fadas.

Tipo Intelectual: Busca Explicação para tudo.

Tipo Estético: Dar preferência a poesias por gostar do ritmo e do som das palavras. Tomando por base os tipos de habilidades sensoriais, perceptivas e cognitivas envolvidas no ato de ler, os leitores foram agrupados em três tipos: **Contemplativo**
Movente e Imersivo

3.3.8.1 Tipos de Leitores

Expandiu-se a forma de ler, entretanto, há uma reação contrária á expansão do emprego do termo “leitura”, que antes Distinguimos o leitor século XXI pela sua habilidade de ler, interpretar e decodificar variados signos. Na idade Média, tínhamos um leitor meditativo de um livro, de uma figura fixa. Já, após a massificação livresca, surgiu um leitor fragmentado, que vê e sente os estímulos do seu contexto

Segundo Santaella (2004), existem diversos tipos de leitores. Antes de entrarmos na explicação do perfil de cada um deles, é necessário entender que: “O leitor do livro é o mesmo da imagem e este pode ser o leitor das formas híbridas de signos e processos de linguagem, incluindo nessas formas até mesmo o leitor da cidade e o espectador de cinema, TV e Vídeo” (SANTAELLA, 2004, p.16)

Somente se restringia á leitura, á decifração de letras. Vêm-se incorporando, contudo, cada vez mais, as relações entre palavra e imagem, desenho e tamanho de tipos de gráficos, texto e diagramação. Além disso, com o surgimento, nos centros urbanos, da publicidade e da propaganda, o escrito inexplicavelmente unido á imagem, veio colocar-se diante de nossos olhos na vida cotidiana, muito embora as situações em que praticamos o ato de ler ocorram de modo tão automático que nem chegamos a nos dar conta disso.

O primeiro tipo, como já foi mencionado acima, é o leitor contemplativo, meditativo da idade pré-industrial, o leitor do livro impresso e da imagem fixa. O segundo é o leitor do mundo em movimento, dinâmico, mundo híbrido, de misturas signicas, um leitor que é filho. O terceiro tipo de leitor é aquele que começa a emergir nos novos espaços incorpóros da virtualidade.

Antes de caracterizar cada um desses tipos com mais detalhes, é importante ressaltar que, embora haja uma seqüencialidade histórica no aparecimento de cada um desses tipos de leitores, isso não significa que um exclui o outro.

O Leitor Contemplativo (Meditativo)

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

O Leitor Contemplativo desprende de aptidões singulares, ele não precisa do auxílio do outro. Sua leitura é isolada e paulatina, pois depende dele a seqüência de sua leitura. Ser responsável pela leitura proporciona a capacidade de ler e reler inúmeras vezes e da forma que melhor lhe agrada, sem restrições sendo que “a leitura silenciosa criou a possibilidade de ler textos mais complexos” (CHATIER, 1999, p.24).

Ao delinear esse tipo de leitor, Santaella (2004) volta seu olhar à leitura individual, solitária, de foro privado, silenciosa, leitura e numerosos textos lidos em uma relação de intimidade, numa forma silenciosa e individual.

Ainda segundo a autora do manuseio, da intimidade, num espaço privado.

Acredita-se que durante a leitura a sua concretização se volta completamente para essa prática, visto que necessariamente envolve movimentos complexos:

“Envolve não apenas a visão e percepção, mas inferência, julgamento, memória, reconhecimento, conhecimento, experiência e prática” “[...] Ler, então, não é um processo automático de capturar um texto como papel fotossensível capturar a luz, mas um processo de reconstrução desconcertante, labiríntico, comum e, contudo, pessoal” (MANGUEL, 1996, p. 49-54).

Segundo Manguel (1996) e Orlandi (1996) consideram que a história de leitura do leitor determina seu grau de compreensão e interpretação na construção de outros sentidos. Sua bagagem cultural permite a intertextualização. “Ler é cumulativo e avança em progressão geométrica: Cada leitura nova baseia-se no que o leitor leu antes”. (MANGUEL, 1996, p. 33).

Na leitura do livro, essa dinâmica possibilita ao leitor conduzir a apreensão do conteúdo, adicionado textos afins etc.

Embora a leitura da escrita de um livro seja seqüência, a solidez do objeto livro permite idas e vindas, retornos, resignificação.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

E o leitor contempla e medita á sua maneira.

O Leitor Movente (Fragmentário)

Um novo cenário foi decisivo e, notavelmente, cúmplice do leitor fragmentário, um leitor capaz de compilar diversas imagens e novas formas de ler. Com o surgimento, principalmente, do jornal impresso, ligado á nova conduta social de consumo e amparada na publicidade espalhada por toda a cidade que impulsionou outra óptica, outras formas de ler, porém nenhuma menor que a outra.

Com o advento tecnológico em expansão, com a introdução dos cinemas e a instantaneidade da televisão, quebrou-se um paradigma e surgiu um leitor que acumula características do perfil anterior “contemplativo”, mas que passa a ser também movente; leitor de formas, volumes, massas, interações de forças, movimentos; leitor de direções, traços, cores; leitor de luzes que se acendem e se apagam; leitor cujo organismo mudou de marcha, sincronizando-se á aceleração do mundo.

De acordo com Santaella (2004)

È nesse ambiente que surge o nosso segundo tipo de leitor, aquele que nasce com o advento do jornal e das multidões nos centros urbanos habitados de signos. È o leitor que foi se ajustando a, novos ritmos da atenção, ritmos que passam com igual velocidade de um estado fixam para um móvel. “È o leitor treinado nas distrações fugazes e sensações evanescentes cuja percepção se tornou uma atividade instável, de intensidades desiguais.

As habilidades do novo tipo de leitor são inquestionáveis, pois ele é capaz de conviver com diferentes signos, além da velocidade e da intensidade que as imagens circulam nesse universo. Santaella (2004) acredita que a flexibilidade desse segundo leitor abriu caminho ao tipo de leitor mais recente “o imerso”, isto é, ele esteve preparando a sensibilidade perceptiva humana para o surgimento do leitor imersivo, que

navega “entre nós e conexões Aline ares pelas arquiteturas líquidas dos espaços virtuais”. (SANTAELLA, 2004, p.11)

O Leitor Imersivo (Virtual)

O Leitor Imersivo ou virtual, assim como citado acima, de multiplicidade de imagens significativas e ambientes virtuais de comunicação imediata. Esse novo tipo de leitor nasce inserido dentro dos grandes centros urbanos, acostumados com a linguagem e fêmea e provido de uma sensibilidade perceptiva cognitiva quase que instantânea.

De acordo com Santaella (2004), o receptor de uma hipermídia ou seu usuário coloca em ação mecanismo, ou melhor, habilidades de leitura muito distintas daquelas que são empregadas pelo leitor de um texto impresso como o livro. Por outro lado, são habilidades também distintas daquelas que são empregadas pelo receptor de imagens ou espectador de cinema, televisão. Essas habilidades de leitura multimídia ainda mais se acentuam, quando a hipermídia migra do suporte CD-ROM para transitar “mas potencialmente infinitas infovias do ciberespaço (p.11)

Com a proliferação crescente das redes de telecomunicação, especialmente da internet que liga todos os pontos do globo, surge um leitor que possui novas formas de percepção e cognição que os atuais suportes eletrônicos e estruturas híbridas e alienares do texto escrito estão fazendo emergir.

Nessa medida, Santaella (2004) não vê muitas diferenças entre os três tipos de leitores, porém há habilidades que os diferem. A sua pesquisa consistiu exatamente em conhecer e delimitar esse novo leitor, suas transformações sensoriais, perceptivas, cognitivas e, conseqüentemente, também transformações de sua sensibilidade.

Sendo assim, para a autora a essa multiplicidade veio se somar o leitor das imagens evanescentes da computação gráfica e o leitor do texto escrito que saltou do papel para a superfície das telas eletrônicas. Esse leitor está transitando pelas infovias das redes, constituindo-se como um novo tipo de leitor que navega nas arquiteturas líquidas e alienares da hipermídia no ciberespaço.

Quem é o leitor do século XXI?

O leitor que nasce no século XXI possui aptidões perceptivo-cognitiva muito variada do leitor do passado. Esse novo perfil condiz com a necessidade e o acúmulo de informações que são despejadas pelos espaços-multimídia de informações instantâneas.

Embora na sala de aula, gradativamente, tem se incorporado esses novos modos de ver o mundo, diversificadamente, e se comunica com a sociedade e a percebe em linguagens fragmentadas, ou seja, em aulas tão pragmáticas que exigem certos domínios lingüísticos que são ultrapassados e/ ou nunca foram apreendidos pelo novo tipo de leitor.

As habilidades que esse leitor desprende em grau podem ser parecidas com todas as competências praticadas/exercitadas pelos tipos de leitores anteriores a ele. No entanto, a sua necessidade lingüístico-discursiva de para quem me comunico?Em qual situação?Possuí outra finalidade.

Assim, faz necessário que, a escola como instituição formadora dos cidadãos, que serão porventura futuros interlocutores da sociedade,diagnostique qual perfil do seu aluno e como ele se comunica por meio da língua,seja na internet, oralmente ou na escrita,impedindo o silenciamento da sua voz.

3.3.9 A Formação do Leitor

Ao pensar a mediação de leitores acredita-se que essa função caiba somente aos profissionais da educação, em especial ao professor, e às políticas governamentais de leitura, entretanto, a mediação é muito mais abrangente. Existem muitos recursos que podem ser explorados em benefícios da leitura e formação de leitores. A mídia é um exemplo mais próximo e muito presente no cotidiano das pessoas. A leitura, segundo Paulo Freire, é um direito e uma forma de inclusão social, pois forma um sujeito crítico capaz de ver e ler a realidade do modo de múltiplas formas.

A leitura em voz alta, a leitura silenciosa, a leitura para um grupo ouvir, são aptidões que adquirimos por diversos meios, e surgiram em diferentes épocas. Em todas as sociedades letradas, aprender a ler tem algo de iniciação, de passagem ritualizada para além de um estado de dependência e comunicação primária. Ao aprender a ler, a criança reencontra-se nas passagens e familiariza-se com um passado comum que ela renova, em maior ou menor grau, a cada leitura.

As escolas, bem como os professores, exercem uma força muito grande no que diz respeito à formação de leitores. Porém, muitas vezes percebe-se que essa força é desconhecida ou não é prática por alguns professores. Além desses mediadores ainda existe um campo muito vasto de mediadores que precisam ser explorado: a família, revistas, jornais, livros didáticos, bibliotecas, editoras, contadores de histórias, jogos e inclusive obras literárias.

3.3.9.1 Hábitos interesses e mediação

Ninguém nasce leitor, assim como aprendemos a falar, escrever, ler, também nos tornamos leitores. Os pais são facilitadores no processo formativo do leitor, porém se ainda não são leitores nem tudo está acabado. O sujeito não leitor só precisa ser acordado, assim como a bela adormecida, através do encanto e do prazer que a leitura proporciona.

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não pela manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (FREIRE, 2006, p.8). Paulo Freire é um defensor do direito à leitura. Segundo ele, a leitura é uma das formas mais eficientes para a inclusão social das camadas excluídas das sociedades. Um indivíduo que não lê compreende melhor o contexto que o cerca e a partir dele é capaz de formular suas hipóteses e conclusões, sejam elas positivas ou não.

O mediador é a ponte, intermediário que aproxima liga o leitor e do livro através de sua paixão pela leitura e amor aos livros. Para Petit, o mediador “para transferir o

amor pela leitura, e acima de tudo pela leitura de obras literárias, é necessário que se tenha experimentado esse amor” (PETIT, 2008, p.145).

Podemos considerar como mediadores de leitura de modo geral familiares, professores, bibliotecários, entre outros. Poderíamos dizer que o primeiro mediador da leitura deveria ser a família, pois são os primeiros a estabelecer o elo entre a criança e o mundo; mas, em geral, os pais e demais membros da família, não tem a dimensão da influência que podem exercer sobre as crianças no sentido de motivá-las á leitura. E também, infelizmente, nem sempre as condições econômicas dos brasileiros permitem a inclusão do livro no orçamento familiar, resultado que a maioria passa toda uma vida sem nunca, ter comprado sequer um livro.

A escola bem como os professores em particular exerce uma força muito grande no que diz respeito à formação de leitores. Mas ainda é preciso desenvolver mecanismos apropriados para que se possa atingir o interesse pelo gosto da leitura em especial pelos nossos alunos. Para isso não é preciso grandes investimentos ou recursos financeiros, basta usar da prática da criatividade. Cabe aqui o papel do mediador de leitura que através de um ato simples pode fazer que surjam novo leitor, ou até indiretamente do nada pode acontecer. Desta forma a escola deve estar atenta a tais procedimentos e o professor deve ter um conhecimento sólido do quanto os processos cognitivos, e afetivos de cada leitor são acionados no ato de ler, desempenhando um papel fundamental na sua formação leitora.

Mas se a leitura da literatura traz todas essas possibilidades podemos nos perguntar. Por que a distância entre textos e leitores ainda é tão grande?Porque a escola muitas vezes parece exercer um papel crucial na formação do não leitor da seguinte maneira: livros obrigatórios e únicos para toda a turma; conhecimento de livros e autores, exercícios de interpretação que buscam um sentido único, tarefas específicas voltado para o conhecimento sobre os livros e não para a experiência de leitura; escolha de livros pautados em critérios pedagógicos que norteiam o exemplar certo para a idade certa entre outros elementos de análise.

De fato, apesar de tudo, a leitura ainda é vista a partir da dimensão do ócio, do não trabalho da fuga e talvez aí, para alterar essas imagens e pensar de outro modo a formação do leitor, venha se desenhando a figura do mediador de leitura. Cabe aqui a necessidade e o desafio dos mediadores para mudar esse quadro ou forma de pensar. Este papel necessário não depende somente do professor, mas sim de uma consciência maior, a da sociedade juntamente com pais, alunos, bibliotecários e a escola.

A leitura tem o poder de mudar o destino das pessoas. É a fuga daquele caminho traçado por gerações menos favorecidas da sociedade marginalizada. É dialogar com o tempo e viver experiências já vividas que só a leitura permite conhecer. Mas como fazer com que nossos alunos percebam a importância da leitura, já que os meios tecnológicos como TV, vídeo games permitem muito mais diversão do que a leitura de um livro?

O professor bem como os demais mediadores precisa se aproveitar desses meios tecnológicos a seu favor.

Apresentar um filme de qualidade pode ser uma boa oportunidade de levar o aluno a conhecer a obra de onde foi pensada a produção cinema gráfico.

3.4 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PEDAGOGIA DA LEITURA

3.4.1 A importância da formação do professor para trabalhar a leitura de maneira plural e reflexiva com alunos.

A profissão docente é permeada por inúmeras dificuldades encontradas no dia a dia de sala de aula. A maioria dos profissionais da educação que trabalham na fase do ensino fundamental possui uma carga horária, de quatro horas diárias, contabilizando um total de vinte horas semanais de atividades em sala de aula e dez horas de atividades extraclases.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Quando se fala em formação de professores para a 1ª fase do ensino fundamental, nos remetemos diretamente ao curso de Pedagogia. No que se refere às licenciaturas, estudos na área demonstram que os cursos, em sua maioria, são noturnos em finais de semana, ou até mesmo à distância, como foi ressaltado por Freitas em reportagem a revista Nova Escola, (NOVA ESCOLA, 2007 n° 16).

Adentramos, assim, em outro aspecto da formação bastante discutido no campo de sua formação: A qualidade.

A docência exige preparo, atenção e dedicação. Uma formação à maneira citada acima, muitas vezes deixa a desejar nos aspectos qualitativos, dificultando a preparação desses acadêmicos para o exercício de sua futura profissão.

Hoje, à parte das discussões sobre a educação não se pauta somente no acesso do aluno à escola, mas na sua permanência no espaço escolar e em sua aprendizagem. Nesse contexto, a formação de professores é assunto interessante, já que o avanço no processo ensino aprendido depende, em parte, da atuação do professor. Assim sendo, o assunto formação de professores seus desafios e dilemas são de suma importância quando nos propomos a discutir a profissão professor.

Por muito tempo, a formação docente não foi uma questão que merecesse atenção, sobretudo em se tratando da primeira fase do ensino fundamental, e não era exigida qualificação específica. Nesse sentido Damis (2002, p.102) ressalta que:

Para lecionar uma disciplina no nível secundário predominou, por vários anos, a exigência de, se possível, tê-la estudado em nível mais alto ou no próprio nível-mas houve época em que nem mesmo essa exigência era cumprida, e a única condição para o exercício da docência no ensino primário e no ensino secundário era a de não ter sido condenado por nenhum crime infante.

Claro que também era necessário ler e escrever relativamente bem. De acordo com Damis (2002) o estudo sobre pesquisa em educação ainda é recente, bem como o assunto da formação de professores para atuar na educação básica.

Amaral (2002) apresenta outra face acerca da formação de professores que muito nos interessa, a saber, a dificuldade que o professor enfrenta ao exercer suas atividades. A autora discute os problemas que o professor enfrenta no Brasil em sua prática pedagógica, em face das novas pedagogias. Pontua, ainda, sobre a formação do professor para a primeira fase do ensino fundamental e a trajetória dessa história de conquistas.

Outros autores também comentam sobre a atualização profissional de professores. Dentre eles: Delors (2003); Demo (2000; 2002 e 2004); Pimenta (1996 e 2002); Freire (1996; Bolzan (2002) Machado (1999); Martins (1999); Zabala (1998); Linhares (2004); Freitas (2004); Hengemuhler (2007); Fazenda (2002); Lomardi (2000); Cunha (2008; Chalita (2004) e outros.

Os quais destacaram a qualidade do ensino, a indissociabilidade entre a prática e a teoria, a importância do estágio supervisionado, o hábito de pesquisar, a formação continuada e a maneira como essa formação é feita, tanto no que se refere à responsabilidade das universidades e dos centros de formação docente, quanto dos próprios estudantes. Nessa perspectiva faz-se mister argumentar que a teoria e a prática na formação de professores é fator importantíssimo, visto as nuances da sala de aula e as exigências dessa atividade ao seu executor. a prática pedagógica é o corpo da ação do professor, é ela que efetiva os objetivos do ensino e fundamenta a educação como direito do cidadão.

Relacionar teoria e prática promove o comprometimento do docente na busca pela melhoria constante do ensino. Um dos pontos que possibilita essa melhoria é a disponibilidade que o mesmo possui para melhorar sua prática cotidiana. Essa necessidade também é prevista pela LDB, enfatizada no artigo 67, v; “Art.67. Os sistemas de Ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

assegurando-lhes, inclusive nos termos dos planos de carreira do magistério público; [...]”

V. Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (CARNEIRO, 1998, p. 154-155).

Outra observação importante é o auxílio de outro profissional mais experiente.

Estudos indicam que Professores, em início de carreira, trabalho junto com outros mais experimentados, conseguem lidar melhor com a realidade (DELORS,2003).

A profissão professor requer formação continuada, comprometimento, ética, pensamento crítico e amor pelo que se faz. Em qualquer profissão esses aspectos são necessários para o profissional alcance sucesso naquilo que escolheu fazer.

4 O PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

A formação de educadores é um assunto discutido e pensado por diversos profissionais da área da educação, ocupando um espaço de destaque nos questionamentos político educacionais.

A formação de professores é uma temática que, cada vez mais, ocupa um papel de destaque nas discussões político-educacionais, seja nas políticas públicas, seja nas corporações profissionais do magistério. Quase sempre vinculada á questão da melhoria da qualidade do ensino, apresenta-se como um dos importantes pilares das propostas de inovação curricular situando-se numa perspectiva transformadora da educação e do ensino (MACHADO, 1999, p.95).

As teorias e as práticas devem ter relações diretas durante a formação do professor, as quais são aprendidas durante o curso de formação de professores e nas práticas cotidianas ligadas a função do educar. Contudo, um dilema se apresenta quando o profissional da educação inicia suas funções: uma crise de identidade. Essa crise fica evidente em suas práticas desenvolvidas no interior da sala de aula.

Para que o professor seja reconhecido como o grande agente do processo educacional é necessário investir nele, pois todos os aspectos materiais oferecidos por

qualquer instituição não se compara a importância do papel do professor. Dessa maneira, a qualidade de sua formação é essencial para a transformação da educação e do ensino.

O professor é o grande agente do processo educacional. A alma de qualquer instituição de ensino é o professor. Por mais que se invista em equipamentos, em laboratório, biblioteca, anfiteatros, quadras esportivas, piscinas, campos de futebol - Sem negar a importância de todo esse instrumental-, tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparando ao papel e à importância do professor (CHALITA 2004, p.161)

Diante dessa afirmação cabe questionar a formação do profissional da educação, ao mesmo tempo em que evocar a luta pela valorização docente.

4.1.FORMAÇÃO PEDAGÓGICA VERSUS QUALIDADE

Sobre a formação de educadores a Lei de Diretrizes e Bases da educação, em seu artigo 62, faz saber que:

A formação dos docentes para atuar na educação básica faz –se- á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos, em superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

A partir dessa declaração da lei, observamos que a mesma garante a formação dos profissionais da educação, tendo como fundamentos:

- a)A formação em nível superior;

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

b) A livre associação entre teoria e prática;

c) Educação continuada para professores em diferentes níveis.

Contudo, a garantia de informação para os professores, nem sempre significa garantia de qualidade na educação. Desse modo, deve se atentar para a qualidade dos cursos de pedagogia, os quais são os responsáveis pela formação do professor da primeira fase do ensino fundamental.

A instituição do Ensino Superior que almeja formar educadores comprometidos com a humanização deve primar pela excelência do curso de pedagogia, a fim de que haja uma transformação no processo educacional. No entanto, a desvalorização dos educadores começa pelo curso ou na instituição que os formam, que não se preocupam em ter a pesquisa como princípio científico e educativo.

De acordo com Demo, curso de pedagogia, referência de a educação poderia ser concebida como um laboratório pedagógico que desenvolvesse a arte do aprender a pensar, do saber pensar e do olhar reflexivo sobre a prática docente.

A primeira providência está na revisão absolutamente exclusividade radical do que é hoje pedagogia, na direção do aprender a aprender, exterminando-se a exclusividade da didática “ensino/aprendizagem”, nela e em todos os outros cursos. Trata-se de recuperar e de institucionalizar a pesquisa como inspiração fundamental da vida acadêmica, inclusive da educação como um todo. Isso supõe que a mudança deve começar nas faculdades de educação (pedagogia), para dar o exemplo adequado de excelência e produtividade, ligação fecunda entre teoria e prática, compromisso com a humanização competente da modernidade. A faculdade de pedagogia deve construir, concretamente, o que é aprender a aprender, saber pensar, propedêutica básica, avaliação permanente do desempenho dos professores e alunos. Deve ser a usina teórica e prática do processo inovador pela via do conhecimento construindo (DEMO, 2004, p. 117).

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Contrariamente ao que foi abordado pelo autor, muitas vezes os cursos de pedagogia não engajam na pesquisa como ponto norteador das práticas. É de suma importância que as faculdades que lidam com os cursos de licenciaturas, de preferência pedagógica, almejam uma formação, voltada ao aprender a aprender, do saber pensar e conseqüentemente do saber fazer.

Diante disso, pode-se questionar a qualidade do ensino e das aprendizagens, visto o caráter teórico dos cursos. Portanto, a qualidade da educação reflete diretamente na forma como o profissional percebe e executa seu trabalho. Sobre isso (RONCA e TERZI, 2001, p.73) apresenta perfis diferenciados de profissionais da educação, a saber. "O que você está fazendo? Dando uma aula! E você faz o mesmo? Não! Construo um país, formo uma geração".

Sobre a educação têm-se muitas expectativas, logo se acredita que compete ao educador correspondê-las, mas é mister lembrar que a maior parte dos profissionais da educação não estão sendo ou não foram preparados para isso:

Deposita-se sobre a pedagogia a expectativa de se transformar no lugar estratégico de alimentação permanente da vocação inovadora. Sendo educação e conhecimento os fatores centrais do desenvolvimento humano, é mister construir com criatividade e autonomia tal relação, plantar a universidade como um todo nessa rota, manter monitoramento permanente do desempenho qualitativo, fazer a vanguarda pela renovação constante das didáticas (DEMO, 2004, p.118).

Não queremos afirmar que o professor é vítima de sua própria formação, visto que ele pode e deve como ator social, buscar melhorias à sua capacitação, mas o processo formativo muitas vezes o domestica afastando-o da pesquisa e da criatividade, lhe ensinando o "construtivismo" de Piaget, Freire, Ferreiro e tantos outros, como prática de uma hipocrisia sem fim. Dentro explica com clareza essa situação:

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Concretamente falando, o professor é vítima de um processo de treinamento que o estigmatiza como repassador copiado. Destituído de propedêutica básica, afastado da pesquisa, alheio á inovação pelo conhecimento, não sabe mais que “dar aula”, entendo por dar aula o repasse da cópia da cópia. Com certeza, há nisso uma forma de cultivar a ignorância, que coíbe a cidadania ou faz de segunda classe (2004, p.55)

O professor deve buscar a qualidade constante em sua formação, não se tornando um mero repassador de conhecimentos. A atualização do profissional da educação amplia sua condição de orientar e direcionar aprendizagens, que envolvem conhecimentos específicos e visão de mundo, ou seja, formação integral do educando. É preciso ressaltar a importância da pesquisa como algo que norteará a vida acadêmica de futuros profissionais da educação para posteriormente fazerem a diferença.

Na qualidade total da educação o professor tem que ser bem formado e bem remunerado, para Demo (2000 p.58) “a valorização do professor representa a estratégia principal da educação qualitativa”. Renuneração é algo que sempre iremos discutir, mas, não entraremos nesse mérito, o professor deve ser o centro como já foi dito anteriormente, deve ser valorizado e a valorização do profissional começa por uma boa formação, o salário é consequência.

4.2 “EU FINJO QUE ENSINO, VOCÊ FINGE QUE APRENDE”

Para iniciar o presente tópico, faz-se necessário salientar que:

A farsa do professor está em pretender como meramente treinado e com mero treinamento, educar. A farsa do aluno é imaginar que copiar seja aprender. Daí a consequência trágica: ”eu finjo que ensino, você finge que aprende” (DEMO. 2002 p.61).

A escola tem um papel fundamental na vida de qualquer pessoa. Por isso, há uma necessidade imediata de profissionais qualificados dentro das salas de aulas,

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

adeptos de uma prática educativa baseada no aprender a aprender, que esteve presente também na formação desses tais profissionais. ”Crise da escola? NÃO é somente uma crise resultante de uma inadequação de profissionais às novas tarefas impostas á escola, mas é também uma crise do saber que até agora construiu esses profissionais” (MARTINS, 1999, p.7).

A atuação do professor nesse momento de crise e de transições é uma tarefa árdua, visto que a sociedade lhe imputa o dever de educar. No entanto esses profissionais estão sendo formados para assumir tal responsabilidade, de professores para os educadores, de transmissores de conteúdos para construtores de um saber necessário á vida? Concordo com Demo (2004, p.27) quando afirma que: ”Podemos hoje dizer que esse processo transmissivo é instrução não propriamente educação”. Infelizmente esse processo transmissivo se da também na formação acadêmica do pedagogo.

Para Freire é necessário saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas possibilitar sua produção e construção

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, á curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições: um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho de ensinar e não a de transferir conhecimento. (DEMO, 1996, p.47):

Fingir que se ensina nada mais é que transferir o conhecimento seja em qual for o nível educacional. E a prática dessa didática transmissiva no curso de pedagogia comprometerá o exercício do profissional no processo educativo.

Nada é degradante na academia que a cunhagem do discípulo, domesticado para ouvir, copiar, fazer provas e, sobretudo “colar”. Marca o discípulo a atitude de objeto, incapacitado de ter idéias e projetos próprios. Mais degradante ainda é o professor que nunca foi além da posição de discípulo, porque

não sabe elaborar ciência com as próprias mãos. Como caricatura parasitária que e, reproduzir isso no aluno (DEMO, 2000 p.17).

E extremamente necessário que os alunos não se submetam ao apenas copiar, mas se preocupem com o saber que será pertinente em sua vida profissional. Deixar de ser discípulo domesticado e se tornar mestre.

4.3 A PESQUISA COMO UM ALICERCE PARA ENSINAR

A nova Lei de diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) destacou no art.43 a indissociabilidade entre ensino e pesquisa no ensino superior, com a seguinte finalidade:

III-incentivar o trabalho de pesquisas e investigação científica, visando o desenvolvimento da científica,visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

O papel das instituições de ensino na formação de educadores é de apontar cominhos, estabelecer elo entre sonho e realidade, para isso, necessita-se de pesquisa. Como afirma Freire, "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino" (1996, p.29).

Em um de seus livros, Demo (2000) afirma que, a universidade que apenas ensina como é o caso típico de instituições noturnas, nas quais os alunos comparecem somente para apreender e passar,onde a grande maioria dos professores só ensina,seja porque não domina técnicas de pesquisas ou porque admite a cisão como algo dado, e passam a vida contando aos alunos o que aprendeu de outrem, imitando e reproduzindo subsidiariamente (didática transmissiva e reprodutiva).

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Sobre o dito, pode-se afirmar que: "se transmitir conhecimento é ser favorável a cópia, o incentivo a pesquisa desconsidera totalmente a reprodução de saberes que impede os professores de teorizarem" (PIMENTA, 1996, p.62).

A atitude de pesquisar faz parte do processo de emancipação do professor.

Nessa perspectiva Pedro Demo coloca que: "pesquisa é processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como princípio educativo que é na base de qualquer proposta emancipatória" (DEMO, 2000, p. 16).

Lawrence Stenhouse dizia que todo professor deveria assumir o papel de aprendiz, e que o ensino mais eficaz está baseado na pesquisa e na descoberta.

Acreditava-o que todo educador tinha de assumir seu lado experimentador no cotidiano e transformar a sala de aula em laboratório, deveria lançar mão de estratégias variadas até obter as melhores soluções para garantir a aprendizagem da turma, e vai mais além quando afirma que, em condições ideais, todos seriam capazes de criar o próprio currículo adequado á realidade e as necessidades da garotada. Assim se o ensinar está baseado na pesquisa o aprender também dever estar (REVISTA NOVA ESCOLA, 2008). Contudo cabe ao acadêmico, descobrir o gosto do questionamento, lutando por uma formação que promova o avanço do saber e do saber fazer, e que tenham como suporte a pesquisa. Afinal "a pesquisa é um eixo essencial na formação de professores" (LINHARES, 2004.p.10)

Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenção, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p.29)

Genuinamente Freire faz essa colocação, ensinar é pesquisar é buscar, indagar, intervir, constatar, se isso acontece é para melhorar o ato de ensinar. Pesquisa é

bagagem que professor nenhum jamais deve esquecer pesquisar é algo singular na formação de qualquer educador.

4.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM ESPAÇO PARA COLOCAR A TEORIA EM PRÁTICA

O estágio supervisionado é algo que faz uma ponte entre o acadêmico e realidade de uma sala de aula, fazendo um paralelo entre acadêmico e realidade de uma sala de aula, fazendo um paralelo entre teoria e prática:

Defende o estágio como aproximação da realidade. A indefinição quanto a essas questões tem se traduzido algumas vezes em modalidades de estágio voltadas para o tecnicismo e o ativismo. Estados carregados de fichas de observação onde minúcias e detalhes da postura do professor são julgados e transformados em relatórios arquivados sem a devida discussão e análise, que podem trazer o risco de uma visão míope de aproximação da realidade. (GONÇALVES e PIMENTA *apud* ROSA e SOUZA, 2002, p.249)

O estágio supervisionado em pedagogia como componente curricular tem por finalidade aproximar o acadêmico da realidade de uma sala de aula, viabilizando um campo de conhecimento a ser investigado, onde será possível relacionar teoria e prática, no intuito de transformar meros relatórios exacerbados de pré - julgamentos sem nenhuma reflexão, numa ponte entre a licenciatura e o exercício da profissão (LIMA, 2002, p.251)

Com efeito, o estágio pode ser visto como processo investigativo e de pesquisa tratando-se de colher dados, mas também de trazer contribuições concretas a solução de problemas de fato constatados.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

De acordo com Pimenta (2002) o estágio como simples fato de introduzir o acadêmico na escola para observar o seu funcionamento, não o capacita para desvendar a complexidade desta. É fundamental que ele seja levado a conhecer e a refletir sobre o modo como tal realidade foi gerada, condição esta fundamental, mas não única para que venha a transformá-la pelo seu trabalho. De acordo com Lima, outros estudiosos falam sobre a reelaboração das práticas dos estágios supervisionados:

Os estudos desenvolvidos por Schon (1992), Alarção (1996), Perrenoud (1998), Nóvoa (1992), Pimenta (1994), Freitas (1994), Brezinski (1996), Zeichner (1993), entre outros, e a literatura pedagógica trabalhada atualmente, tem contribuído para que as práticas de estágios sejam repensados e novas perspectivas sejam abertas (Pimenta,2002,p.250).

Repensar as práticas de estágio supervisionado é valorizar o magistério, é possibilitar que futuros pedagogos teorizem sobre a ação pedagógica existente, através de um processo reflexivo que seja aplicado na prática. Moraes (1982), citada por Pimenta afirmam que:

O estágio deve ser um momento de síntese dos conteúdos das matérias de ensino, das teorias de aprendizagem e das experiências pessoais, bem como deve constituir-se em um processo de reflexão-ação-reflexão, que ultrapassa a experiência (restrita) no colégio da aplicação (MORAIS, 2002, p.75).

O estágio supervisionado do curso de pedagogia, sendo um processo de reflexão-ação-reflexão deve melhorar com plena certeza a formação de vários docentes, deixando de lado meras fichas de observação e se tornando mais concreto e principalmente reflexivo, auxiliando no futuro exercício da profissão.

4.5 A INDISSOCIABILIDADE DA TEORIA E A PRÁTICA NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Pimenta faz um breve comentário sobre a frase a seguir, que é afirmada diariamente:

“Na prática a teoria é outra”. No ceme dessa afirmação popular aplicada á formação de professores está à constatação de que o curso nem fundamenta teoricamente a atuação da futura professora, nem torna a prática como referência para fundamentação teórica. Que seja carece de teoria e prática (MORAIS, 2002, p.52).

È de suma importância que a teoria esteja interligada com a prática e que seja indubitavelmente condizente com a realidade vivida na sala de aula. Dessa forma, pode-se afirmar que teoria e prática não podem ser separadas. Vimos urgentemente uma aproximação entre teoria e prática.

Concordo com Martins quando afirma que: Construir um saber a respeito do fazer docente considerará a realidade das coisas e não de uma teoria, tem-se que ver a realidade da criança e não apenas saber por que é que vai aprender ou não... Minha crítica a universidade é esta: este entre desligamento entre teoria e prática (MARTINS, 1999, p.8)

Dessa forma, a teoria deve partir da prática sendo reconstruída por cada professor levando em conta o homem como ser social, afetivo e cognitivo. Tendo em vista que para considerar as realidades das coisas e das crianças Afirma Martins (1999), é pertinente estar o mais próximo dela possível, nesse caso ninguém melhor que o próprio professor para teorizar.

Ao educador em processo de formação é preciso reconstruir e transformar saberes em práticas, tornando-se o ser pensante da educação. A final, ele pisará o chão da sala de aula atuando sobre a teoria de outros. Uns pensam teorias, contudo educadores é que tentam praticá-las todos os dias.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

È importante frisar que o professor é estimulando, [...] a reduzir cada vez mais a sua parcela responsabilidade no que se refere a “pensar” e controlar o processo de produção do ensino. É lhe roubada a essência do homem e do profissional: o pensar e o sentir. Assim, ele é transformado num fazedor, num alienado, num dependente, numa máquina (FERNANDES, 1997, p. 108).

Apesar da formação adquirida nos cursos de licenciaturas, os futuros educadores não conseguem se encontrar no meio em que os cercam, defrontando com problemas que não conseguem, ou que lhes parecem impossíveis de resolverem.

Hengemuhler autor do livro “Formação de Professores: da função de ensinar ao resgate da educação”, afirma que:

Quando olhamos para o professor, sabemos que foram chamados para resolverem problemáticas sociais, tendo como perfil de pessoas um cérebro pensante e capaz de responder, com competência aos desafios propostos, e se apela de forma incisiva ao trabalho do professor “(HENGEMUHLER, 2007, p.85).

Deve haver profissionais qualificados para suprir as necessidades de conhecimento das acadêmicas e possíveis dúvidas dos mesmos, que se deparam com inúmeras tendências pedagógicas e agem sobre elas sem nenhuma crítica ou reflexão. Há ainda um agravante a ser acrescentado, “em cada estudante supomos um processo de aquisição do conhecimento individual e peculiar” (RONCA e TERZ, 200, p.20)

Afirma Pimenta: A educação é uma prática social. Mas a prática não fala por si mesma.

Exige uma relação teórica com ela. A pedagogia enquanto ciência (teoria), ao investigar a educação enquanto prática social coloca os “ingredientes teóricos”

necessários ao conhecimento e a intervenção na educação (PRÁTICA SOCIAL, 2002, p.93/94).

As instituições de ensino que se dedicam á formação de educadores precisam compreender a educação como uma prática social a fim de capacitar melhor àqueles que lidarão com problemas concretos, individuais e coletivos. Assim os profissionais que sairão das universidades representarão a visão que elas têm de educação, tornando-se o seu reflexo.

4.6 FORMAÇÃO CONTINUADA: PARA QUE TE QUERO?

Estado de formação sugere crescimento, desenvolvimento. O profissional da educação deve estar em constante movimento. Mas o que move o educador? A busca pelo saber.

Educar exige compreender que o homem é um ser totalmente mutável, e que resulta de experiências, das relações que estabelece com o outro. Se o homem muda, a forma de educar e de ensinar também precisa mudar, por isso, ao sair da universidade, o licenciado não deve pensar que sua vida acadêmica acabou, se isto acontecer não terá se formado um educador dinâmico e autônomo, mas sim um ser estável intelectualmente e perdido no seu próprio tempo. E os projetos

Sobre formação continuada, Machado (1999, 111), citado Nóvoa, propõe que:

No sentido individual a formação estimula uma perspectiva crítico-reflexivo que forneçam os meios de um pensamento autônomo e as dinâmicas de auto-formação participada, pois estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista á construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

Vale ressaltar que não se tem aqui, as pretensões de insinuar perfeição, mais sim de galgar patamares mais elevados de educação. "É necessário pensar-se a educação em termos de processo de formação total desse homem, mas, sempre a partir de um referencial seguro nas tentativas de renovação, caso contrário, o conceito pode esvaziar-se em seu significado" (FAZENDA, 2002, p.98).

Em vez de aspirarmos igualdade, temos que aspirar singularidade. Capacitar-se deve representar para qualquer licenciado em Pedagogia fazer diferença na sociedade na qual está inserido. E ainda escrever sua própria história, baseada em estudos teóricos e também numa prática docente, ciente que uma interfere na outra.

Para que se capacitar? Para se qualificar. "A mudança educacional depende dos professores e sua formação. Depende fundamentalmente da transformação das práticas pedagógicas em sala de aula. Um projeto de inovação é sempre no nível do sistema educacional e das suas políticas" (MACHADO, 1999, p.121).

È preciso inovar mesmo que isso signifique abalar as estruturas, do que se diz ser um sistema educacional.

4.6.1 Problemas do ensino aprendizagem

A área da educação nem sempre é cercada somente por sucessos e aprovações. Muitas vezes, no decorrer do ensino, nos deparamos com problemas que deixam os alunos paralisados diante do processo de aprendizagem, assim são rotulados pela própria família, professores e colegas.

È importante que todos os envolvidos no processo educativo estejam atentos a essas dificuldades, observando se são momentâneas ou se persistem há algum tempo.

As dificuldades podem advir de fatores orgânicos ou mesmo emocionais e é importante que sejam descobertas a fim de auxiliar o desenvolvimento do processo

educativo, percebendo se estão associadas á preguiça, cansaço, sono, tristeza, agitação, desordem, dentre outros, considerados fatores que também desmotivam o aprendizdo.

As dificuldades mais conhecida e que vem tendo grande repercussão na atualidade é a dislexia, porém, é necessário estarmos atentos a outros sérios problemas: disgrafia, discalculia, desvalia, dissortografia e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

O aluno com dificuldade de aprendizagem sente-se rejeitado pelos colegas.

Causas dos distúrbios de aprendizagem da leitura e da escrita.

Os distúrbios de aprendizagem na área da leitura e da escrita podem ser atribuídos ás mais variadas causas.

Orgânicas: cardiopatias, encefalopatias, deficiência sensoriais (visuais e auditivas), deficiências motoras (paralisia infantil, paralisia cerebral etc.), deficiências intelectuais (retardamento mental ou diminuição intelectual), disfunção cerebral e outras enfermidades de longa duração.

Psicológicas: desajustes emocionais provocados pela dificuldade que a criança tem de aprender, o que gera ansiedade, insegurança e auto-conceito negativo.

Pedagógicas: métodos inadequados de ensino; falta de estimulação pela pré-escola dos pré-requisitos necessários á leitura e a escrita; falta de percepção, por parte da escola, do nível de maturidade da criança, iniciando uma alfabetização precoce; relacionamento professor-aluno deficiente; não-domínio do conteúdo e do método por parte do professor; atendimento precário das crianças devido à superlotação das classes.

Sócio-culturais: falta de estimulação (criança que não faz a pré-escola e também não é estimulada no lar); desnutrição; privação cultural do meio;

marginalização das crianças com dificuldades de aprendizagem pelo sistema de ensino comum.

Dislexia: é a dificuldade que aparece na leitura, impedindo o aluno de ser fluente, pois ou omissões de letras, inverte sílabas, apresentam leitura lenta, dá pulos de linhas ao ler um texto, etc.

Devido à falta de informação aos pais, dos professores da pré-escola e à dificuldade de identificar os “sintomas” antes da entrada da criança na escola, a dislexia só vai ser diagnosticada quando a criança estiver na 1ª ou na 2ª série do Ensino Fundamental I. Nesse sentido, a dificuldade na leitura significa apenas o resultado final de uma série de desorganizações que a criança já vinha apresentando, no seu comportamento pré-verbal, não-verbal, e em todas aquelas funções básicas necessárias para o desenvolvimento da recepção, expressão e integração, condicionadas à função simbólica.

A dislexia, pois, segundo (Nicácio, 1998, p.87) “representando um déficit na capacidade de simbolizar, começa a se definir a partir da necessidade que tem a criança de lidar receptivamente ou expressivamente com a representação da realidade, ou antes, com a simbolização da realidade, ou poderíamos também dizer, com a nomeação do mundo”.

4.6.1.1 O processo de leitura

A leitura é um processo de compreensão abrangente que envolve aspectos sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como:

Culturais, econômicos e políticos. É a correspondência entre os sons e os sinais gráficos, através da decifração do código e a compreensão do conteúdo ou idéia.

O processo de leitura envolve:

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- A identificação dos símbolos impressos (letras e palavras) através dos órgãos da visão. Estes recebem os estímulos gráficos e os tramitem, através do nervo ótico, aos centros visuais do cérebro.
- O relacionamento dos símbolos gráficos com os sons que eles representam-a criança tem de diferenciar visualmente cada letra impressa e perceber que cada símbolo gráfico tem um correspondente sonoro.
- A compreensão e a análise crítica do que foi lido: o indivíduo percebe os símbolos gráficos, compreende seu significado, julga e assimila os fatos de acordo com a sua vivência (currículo oculto que traz do meio cultural e social em que vive).

No processo inicial da leitura ocorre o que chamamos de decodificação, ou seja, o envolvimento da discriminação visual dos símbolos impressos e a associação entre a palavra impressa e o som.

A visão, o tato, a audição, o olfato e o gosto são referenciais elementares na aquisição dos símbolos gráficos, pois essa leitura sensorial começa muito cedo em nossa vida. Iniciamos a leitura do universo adulto que nos cerca quando ainda somos bebês, e continuamos essa leitura por toda nossa vida.

Destacamos também a leitura emocional, em que contam os sentimentos, as emoções com as quais o leitor se vê envolvido, até inconscientemente. Trata-se de um processo de identificação, no qual o leitor às vezes tende a justificar ou negar seu envolvimento com o que leu. Nesse sentido, a criança é capaz de se envolver muito mais emocionalmente com um livro do que o adulto.

Na escola, o tipo de leitura mais comum é a leitura intelectual, caracterizada pela teoria dos fatos, pela rigidez da forma de apresentação e pela tendência a isolar o leitor do contexto pessoal.

Como vimos, para que a criança adquira os símbolos gráficos, ela precisa ter uma perfeita integridade sensorial e também a capacidade de integrar experiências não-verbais, isto é, de diferenciar um símbolo do outro, atribuir-lhe significado e retê-lo.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Ao adquirir a linguagem auditiva, a criança vai diferenciar, por exemplo, o símbolo **CASA** de outros símbolos que ouve e vai associar essa unidade auditiva ao objeto. A seguir, ela retém esse símbolo para uso futuro e, dessa forma, torna-se capaz de recordá-lo ao falar com outras pessoas.

4.6.1.2 Distúrbios de leitura

As características descritas a seguir podem ser encontradas em crianças que apresentam distúrbios de leitura, mas não é necessário que todas sejam detectadas em uma criança (classificação segundo (Smith, 1989, p.85e 86).

Memória: a criança apresenta dificuldade auditiva e visual de reter informações. Ela pode ser incapaz de recordar os sons das letras, de juntar os sons para formar palavras ou ainda de memorizar seqüências, não conseguindo lembrar a ordem das letras ou sons dentro das palavras. Esse distúrbio de memória resulta de disfunções do sistema nervoso central e freqüentemente se manifesta só no aspecto-visual ou só no auditivo.

Orientação espaço-temporal: a criança não é capaz de reconhecer direita e esquerda, não compreende as ordens que envolvem o uso dessas palavras e fica confusa nas aulas de Educação Física, por não entender as regras dos jogos. Quando ao tempo, mostram-se incapaz para conhecer as horas, os dias da semana etc.

Motricidade: algumas crianças têm distúrbios secundários de coordenação motora ampla e fina, o que atrapalha seu equilíbrio e sua destreza manual. Elas caem com facilidade, são desajeitadas, não conseguem andar de bicicleta ou mesmo manipular peças pequenas de material pedagógico.

Distúrbio topográfico: é a incapacidade que algumas crianças têm de compreender legendas de mapas, gráficos, globos e maquetes. Elas não conseguem entender a escala simbólica que está sendo usada para definir o espaço real.

Soletração: existem crianças que são incapazes de revisualizar e reorganizar

Auditivamente as letras, ou seja, têm dificuldades de soletrar. A limitação na escrita será resultado da incapacidade para ler.

4.6.1.3 Dificuldades na leitura oral

A leitura oral abrange tanto a visão quanto a audição da criança, pois ela precisa perceber as informações que seu cérebro processará. Se um desses dois canais estiver recebendo a informação de maneira distorcida, a criança apresentará distúrbios na leitura, devido a dificuldades de percepção visual ou auditiva.

4.6.1.4 Dificuldades de discriminação visual

Existem dois tipos de problemas ligados á discriminação visual: a criança pode apresentar um defeito de visão (corrigível com o uso de lentes apropriadas) ou uma incapacidade para diferenciar, interpretar ou recordar palavras, devido a uma disfunção do sistema nervoso central. Caso ela não se enquadre nos dois casos acima citados, poderá ainda apresentar dificuldades de discriminação visual no início da alfabetização, por falta de estímulo dessa habilidade na época pré-escolar.

Entre as dificuldades de discriminação visual destacamos:

- Confusão de letras ou palavras semelhantes: a criança não nota detalhes, não consegue ver configurações gerais. Exemplos: bola e bolo; folha e falha.
- Dificuldade no ritmo da leitura: a criança percebe a palavra quando ela é mostrada lentamente, mas não consegue ler as palavras mostrada com rapidez.
- Reversão: troca o b pelo d; o pelo q. Exemplo: bebo, a criança lê “dedo”.
- Inversão: lê o u em lugar do n; o p em lugar do b. Exemplo: pouco/ponco; pala/bala.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- Dificuldade em seguir seqüências visuais: a criança lê a palavra, mas quando é pedido para organizá-la em sílabas ou letras, erra a ordem e a soletração. Exemplo: ave-“vea”.
- Dificuldade em ler da esquerda para a direita: a criança não respeita o sentido correto da leitura, o que resulta na escrita especular ou em espelho. Exemplo: tatu-“utat”.
- Adição: a criança lê frases adicionando palavras que não estavam no texto. Exemplo:
 - O menino é grande.
 - O menino é bem grande.
- Omissão: lê omitindo palavras ou frases inteiras. Exemplo:

O vestido vermelho da menina é bonito.

 - O vestido é bonito.
- Repetição: repete palavras, linhas e parágrafos. Exemplo:
 - Eu vi um lindo cachorro no parque.
 - Eu vi um lindo lindo cachorro no parque.
- Substituição: troca as palavras, mantendo ou alterando o significado da frase. Exemplos:
 - A menina vestiu a blusa.
 - A menina colocou a blusa.
 - O gato subiu no muro.
 - O gato fugiu no muro.
- Agregação: troca: lê acrescentando letras às palavras. Exemplo: carderneta-“caderneta”.

4.6.1.5 Dificuldades de discriminação auditiva

Evolvem os problemas auditivos relacionados com as dificuldades em discriminar os sons, sobretudo aqueles que estão acusticamente muito próximos uns dos outros e que, por terem os pontos de articulação quase iguais, levam a criança a confundir os fonemas, como em vaca e faca.

Na leitura, as dificuldades de discriminação constatadas mais freqüentemente são:

- Troca de consoante surda por sonora f/v; p/b; ch/j; t/d; s/z; s/z; c/g. Exemplo: cama-gama.
- Troca de vogal oral por nasal: na/a; en/e; in/i; on/o; um/u. Exemplo: acendeu-acendeu.
- Pontuação ausente ou inadequada.
- Elocução hesitante ou inexpressiva.
- Incapacidade para ouvir sons iniciais ou finais das palavras. Exemplo: a palavra é dia e a criança ouve “deu”
- Análise e síntese auditiva deficientes: a criança não é capaz de separar uma palavra em sílabas ou em sons individuais e juntá-los na formação de outras palavras.

4.6.1.6 Dificuldades na leitura silenciosa

Leitura silenciosa é o ato de ler frente a uma estimulação escrita, mantendo o corpo na mesma posição, sem movimentar os lábios, usando apenas os olhos como elementos indicadores.

As dificuldades mais comuns nesse tipo de leitura são:

- Lentidão no ler, acompanhada de dispersão.
- Leitura subvocal (cochichada), através da emissão ou não dos sons
- Necessidade de apontar as palavras com lápis, régua ou dedo.
- Perda da linha durante a leitura, chegando a ocorrer salto de linhas.
- Repetição da mesma frase ou palavra várias vezes.

4.6.1.7 Dificuldades na compreensão da leitura

Compreender o que se lê quer dizer perceber integralmente o significado do que está escrito ou do que está sendo falado (ouvindo).

A compreensão da leitura pode acontecer em três níveis, como afirma Moraes:

Literal - engloba a compreensão das idéias propostas no texto.

Inferencial - pressupõe a análise das idéias que não estão contidas no texto, baseada na experiência do leitor.

Crítico- comparação das idéias do autor com os referenciais internos do leitor.

As dificuldades de compreensão da leitura são ocasionadas por:

- Problemas relacionados á velocidade, pois a leitura silabada impede a retenção do texto, mais que a leitura fluente.
- Deficiência de vocabulário oral e visual, o que impede uma perfeita compreensão, visto que o leitor não consegue ter uma visão global do texto lido.
- Utilização inadequada dos sinais de pontuação, que reduz a velocidade da leitura e pode provocar uma interferência no significado do que está sendo lido.
- Incapacidade para seguir instruções, tirar conclusões e reter idéias, aplicando-as e integrando-as á própria vivência anterior.

Disgrafia: normalmente vem associada á dislexia, porque se o aluno faz trocas e inversões de letras, conseqüentemente encontra dificuldade na escrita. Além disso, está associada a letras mal trançadas e ilegíveis, letras muito próximas e desorganização ao produzir um texto.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Discalculia: é a dificuldade para cálculos e números, de um modo geral os portadores não identificam os sinais das quatro operações e não sabem usá-los, não entendem enunciados de problemas, não conseguem qualificar ou fazer comparações, não entendem seqüências lógicas. Esse problema é um dos mais sérios, porém ainda pouco conhecido.

Dislália: é a dificuldade na emissão da fala, apresenta pronúncia inadequada das palavras, com trocas de fonemas e sons errados, tornando-as confusas. Manifesta-se mais em pessoas com problemas no palato, flacidez na língua ou lábio leporino.

Disortografia: é a dificuldade na linguagem escrita e também pode aparecer como conseqüência da dislexia. Suas principais características são: troca de grafemas, desmotivação para escrever, aglutinação ou separação indevida das palavras, falta de percepção indevida das palavras, falta de percepção e compreensão dos sinais de pontuação e acentuação.

TDH: O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade é um problema de ordem neurológica, que traz consigo sinais evidentes de inquietude, desatenção, falta de concentração e impulsividade.

Hoje em dia é muito comum vermos crianças e adolescentes sendo rotulados como **DDA** (Distúrbio de Déficit de Atenção), porque apresentam alguma agitação, nervosismo e inquietação, fatores que podem advir de causas emocionais. É importante que esse diagnóstico seja feito por um médico e outros profissionais capacitados.

Professores podem ser os mais importantes no processo de identificação é descoberta desses problemas, porém não possuem formação específica para tais diagnósticos, que devem ser feitos por médicos, psicológicos e psicopedagógicos. O papel do professor se restringe em observar o aluno e auxiliar o seu processo de aprendizagem, tornando as aulas mais motivadas e dinâmicas, não rotulando o aluno, mas dando-lhe a oportunidade de descobrir. Estudiosos afirmam que sua causa vem de fatores genéticos, mas nada foi comprovado pela medicina suas potencialidades.

4.7 LEGISLAÇÃO SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Ainda que a legislação federal sobre a criação de programas de Educação Especial tenha se desenvolvido a partir dos anos 60 nos EUA, inicialmente não se incluíam as pessoas com dificuldades de aprendizagem, conforme Hammill, (1993a); o mesmo ocorreu na Espanha, mas com a diferença de que isso não mudou aqui, e sim nos EUA. Uma amostra disso reflete-se nas palavras de Sandra Marone, presidente da Associação Espanhola de Crianças com Dislexia(ver Minusval.Publicação do Ministério de assuntos Sociais,nº89m 1994,p.46):

“Preferiria falar de inabilidades no caso de crianças com problemas de dislexia ou com dificuldades de aprendizagem. Essas crianças necessitam de pais responsáveis e preparados para suprir as carências ainda existentes no sistema educativo espanhol.

Por carência não me refiro a que a LOGSE não contemple as exigências dessa temática, senão ao fato de que o apoio garantido pelas equipes multiprofissionais é completamente insuficiente. Sendo assim, os pais devem colaborar ativamente e com enorme paciência para diminuir as inseguranças e a falta de auto-estima dessas crianças. A sociedade do ano 2000 é de uma complexidade extrema. Seus problemas são precisamente aqueles aos quais as crianças de hoje deverão fazer frente. “Essa é a tarefa que incumbe à família.”

Outra questão será se o mais desejável, ou melhor, será um enfoque baseado nas necessidades educativas e no conceito de adaptações curriculares como é o caso da Espanha.

As pressões do movimento de dificuldades de aprendizagem nos EUA começaram a dar frutos.

Em 1965, aprovou-se a P.L.89-10(The Elementary and secondary Education Act), sem incluir o campo das dificuldades de aprendizagem, o que faz com que o

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

senador do Texas, Yarborough Bill, promovesse uma emenda aceita em 1969(The Children With Specific Learning Disabilities, Act of 1969).

As crianças com dificuldades de aprendizagem deveriam receber a educação adequada e gratuita, tal como as outras crianças com dificuldades ou transtornos, dentro do sistema educativo público, e isto foi acolhido e recomendado pela P.L.94.142(The Education for All Handicapped Children, Act of 1975),As características reunidas nessa lei foram muito difundidas,e foi dado lugar a discussões e aplicações diversas:o programa de desenvolvimento individual(PDI),a educação no entorno menos restritivo possível, a ou culturais implicação dos pais nas decisões,a avaliação livre de prejuízos raciais ou culturais e multidisciplinar.Exige-se,PDI,a determinação de objetivos educativos cada ano,de objetivos instrucionais,a curto prazo do início e duração e duração das intervenções,critérios objetivos e avaliação adequada.

Em 1983, publicou-se a P.L.98-199(The Education of. The Handicapped, Act of. 1983), que reforça a legislação federal de 1975, sobretudo estendendo-se os programas para as dificuldades de aprendizagem á Educação Infantil, Secundária e Pós-Secundária, além de enfatizar a formação dos professores, os programas de intervenção precoce (Meisels e Shonkoff, 1990), os programas dirigidos aos pais, assim como a difusão da informação relativa ao campo das dificuldades de aprendizagem.

Em 1990, publicaram-se leis importantes, agrupadas na P.L.101-476(The Education of the Handicapped, Act Amendments of 1990), que propuseram uma emenda á lei, os centros educativos teriam de facilitar a transição ao trabalho. Nos DCB da LOGSE espanhola, desenvolveram-se programas, os quais deveriam ser aplicaram ser aplicadas no secundário, de transição á vida ativa, etc.

A outra lei de 1990 é a P.L.101.336(The Americans with Disabilities, Act of 1990),

Que estabelece uma proteção eficaz dos direitos civis das pessoas com dificuldades da aprendizagem contra a discriminação, determinado, por exemplo, que, a

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

partir de 1994, as empresas deveriam obrigatoriamente contratar 15 ou mais empregados com transtornos, tendo de realizar, para isso, as adaptações necessárias.

4.7.1 Limitações Legislativas

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº228, DE 2014

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, quando necessário, assegurar ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

ART.1º O ART.58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a redação:

“ART.58.....
.....

§4º Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino.

§5º A ocupação de cuidador escolar caracteriza-se pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considerada assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas da vida diária.

§6º O cuidador escolar deverá ter como formação mínima curso técnico de nível médio em enfermagem ou em cuidados.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

§ “7º O piso salarial dos cuidadores escolares é fixado em setenta por cento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de quarenta horas semanais”. (NR)

ART.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos moldes do art.205 da Constituição federal, a educação, direito a todos e dever do Estado, deve ser promovida visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ademais, prevê o art.208, inciso III, da Carta, que o dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Por sua vez, a Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDB, conceituam como a educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação (art.58, caput). Ainda, determina que haja serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (art.58,§1º).

Observa-se, pois, que é dever do Estado proporcionar meios para favorecer o desenvolvimento pessoal e a emancipação social das pessoas com deficiência. A chamada sociedade inclusiva exige ampla acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, não só por meio da adaptação dos ambientes físicos, mas também através do suporte humano e da construção de valores que lhes assegure o exercício de direitos.

No campo educacional, é imprescindível, para a materialização da acessibilidade que, além da oferta de equipamentos e ajudas técnicas, sejam disponibilizados cuidadores nas instituições de ensino àqueles que necessitam de tal suporte. Tais profissionais poderão viabilizar o ingresso e a permanências nas escolas de alunos que

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

apresentam necessidade de auxílio em razão de limitações para a prática de atividades da vida diária, tais como locomoção, higienização, alimentação ou comunicação.

Saliente-se que o professor não possui condições de trabalho que lhe permitam exercer essa função de cuidador. Assim, a disponibilização nas escolas de cuidador para auxiliar aqueles que necessitam será fundamental para promover a inclusão dessas pessoas na rede regular de ensino e, conseqüentemente, garantirá o direito básico á educação tutelado constitucionalmente.

Ademais, a presente proposição busca assegurar aos cuidadores escolares piso salarial proporcional á extensão e á complexidade do trabalho a ser por eles desempenhada, como forma de valorização desses profissionais, em atenção ao comando do art.7º, inciso V, da Constituição.

Feitos esses apontamentos, considerando a relevância social e educacional deste projeto, que pretende, quando preciso,assegurar ao educando com o apóio dos nobres Peres para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Citado pelo Senador VICENTINHO ALVES

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9. 394, DE 20 DE DEZEMRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAPITULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art.58. Entendem-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, classes comuns de sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

(AS COMISSÕES de DIREITOS Humanos e Legislativos Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo á última a decisão terminativa)

Publicado no DSF, de 16/7/2014

Secretária de Editoração e Pulicações-Brasilia-DF

OS: 13109/2014

4.7.2 O plano nacional de Leitura

O governo brasileiro nos dois mandatos do presidente Lula retomou a luta pelo livro, a leitura, as bibliotecas e a literatura com a necessária perspectiva e escala de política publica. Esta retomada, comandada pelo ministério da cultura e o da educação, criou em 2006 o plano nacional de livro e leitura – PNLL – que se estabeleceu, após 4 anos de implantação e forte atuação indutora junto aos governos, como uma real possibilidade do nosso pais obter uma política de Estado para o setor.

Há muitos anos Brasil esperava uma política que pudesse se pleitear duradoura e permanente, mais abrangente e inclusiva do que qualquer outra que já tivesse sido realizada nos pais, respeitando os avanços e sabedorias acumulados desde as primeiras lutas para que a leitura se tornasse parte do cotidiano dos brasileiros. Uma política que pudesse, finalmente, romper a barreira que considera o letramento uma questão apenas de alfabetização, sem considerar os inúmeros aspectos culturais que acompanham a aquisição do direito à leitura, conciliando a Educação e a Cultura como partes indispensáveis ao processo de construção de leitores. E que, da mesma maneira que

conciliasse Cultura e Educação, pudesse também se apoiar em outro binômio indispensável a esta luta pela leitura: a ação coordenada do Estado com a Sociedade.

Com o PNLL e seu desdobramento nos planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura que já começam a acontecer desde 2009 em muitos cantos dos pais, o Brasil pode afirmar que está próximo de conquistar uma política de Estado para a Leitura.

O Brasil alcançou com o PNLL um patamar político e conceitual que é imprescindível para se consolidar uma Política de Estado para o setor, isto é, o desejado consenso entre governo e sociedade tanto no diagnóstico do que é preciso fazer quanto nos objetivos a alcançar para se tornar um país de leitores.

A obtenção deste consenso foi o que mais projetou o PNLL para os países ibero-americanos, tornando-o referência para muitos dos planos de leitura que também se desenvolvem nos países irmãos do continente americano e no mundo ibérico. Os entrelaçamentos conceituais e práticos da ação do Estado com a sociedade e a indissociabilidade entre cultura e a educação na formação de leitores são pontos referências que o PNLL do Brasil possui e foram intensamente debatidos e assimilados como necessidade da política pública de leitura inúmeros foros internacionais. Nesses anos o plano brasileiro de leitura foi intensamente debatido e assimilado em dezenas de convenções, seminários, congressos e reuniões de especialistas de inúmeros países, particularmente aqueles organizados pelo Cerlalc/UNESCO (Red de Dirigentes de Planes de Lectura) e pela OEI (Comite de expertos en Lectura y bibliotecas).

O debate amplo e nacional do que seria preciso fazer iniciou-se em 2005 com a ativa participação da sociedade no Ano ibero-americano da leitura, o VIVALEITURA, e não parou mais. Os resultados colhidos nas Assembléias Setoriais de livro, leitura e literatura, que precederam a Conferência Nacional de Cultura em março de 2010, garantem a continuada aprovação no PNLL e seus eixos após 4 anos de implantação, fato relevante em políticas públicas. O engajamento organizado da cadeia do livro e da leitura na antiga Câmara Setorial, agora colegiado Setorial do livro, Leitura e literatura,

garante a saudável permanência do debate sobre os rumos dos programas pró-leitura e a fidelidade aos 4 eixos consensuais do PNLL.

O plano que o Brasil tem hoje é fruto do esforço de milhares de pessoas que, num ato de apoderamento civil maravilhoso considera-o patrimônio do esforço coletivo que é de cada um e de todos que lutam pela leitura. Por todos os cantos do Brasil por onde passei o PNLL é chamado de “o nosso plano!”. E de fato ele pertence a todos os Brasileiros, principalmente daqueles que mantêm a esperança de uma nação livre, com cidadãos conscientes formados para o bem comum e o gosto pelo belo.

Mas acertos e avanços pontuais não devem obscurecer nosso raciocínio estratégico nem esmorecer o esforço para alcançar os objetivos maiores que poderão ser implementados, realizando as mudanças que desejamos.

Os quatro primeiros anos do PNLL fez com que a esperança de que o governo federal pudesse ir além de programas pontuais de compra de livros, migrando para um patamar superior, o das políticas públicas de livro, leitura, literatura e bibliotecas, se tornassem uma realidade ao menos parcialmente. Em diversos programas governamentais orientados estrategicamente pelos conceitos e objetivos de longo prazo do PNLL, há uma nítida orientação inovadora. Mas a consciência de quanto se avançou principalmente na democratização do acesso à leitura, precisa se somar no próximo quadriênio do governo federal às ações e iniciativas que ampliem e fortaleçam definitivamente o que já se alcançou até agora.

Avançamos mas ainda estamos muito frágeis! A ordem das razões aponta para a consolidação do caminho seguido até aqui e rumo a uma política de Estado, permanente e durável, suficientemente sólida para ser a diretriz dos programas da leitura dos governos que virão nas futuras gerações. O objetivo maior é alcançar em longo prazo e com ação contínua e estrategicamente coerente, a fruição dos livros em todos os seus suportes técnicos, do prazer da literatura e da democratização do acesso à leitura, talvez tudo isso possa ser sintetizado no Direito à leitura, de toda leitura, de toda literatura, sem censuras e peias, num país de homens e mulheres alfabetizados, cidadãos plenos

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

em seus direitos democráticos. Estes objetivos são permanentes, valores intrínsecos à democracia, aos direitos fundamentais da pessoa, à liberdade.

Se hoje vivenciamos um movimento que encontra nas políticas públicas apoio e parceria contra a reserva da informação, do conhecimento e da reflexão para poucos e a favor da luta tão sonhado direito à leitura para todos, sempre haverá o grande risco de retrocesso se apostarmos na ocultação das discordâncias que ainda persistem e não no debate construtivo. Há que se superar o conflito acima do razoável entre os interesses do Estado e os dos setores produtivos. Há que se superar desentendimentos paróquias e mesquinhos que atrasam o avanço do setor para o lugar que merece o escopo cultural do país: a leitura como item imprescindível para o desenvolvimento de todas as manifestações culturais. Se à hora é agora e se concordamos todos em avançar e consolidar os patamares ainda mais elevados e ambiciosos, superando atos menores que criam obstáculos e impedem que o livro e a leitura alcancem o patamar de prestígio e influência que deveriam ter no cenário político, social e econômico do Brasil.

Este é o momento de todas as lideranças políticas comprometidas com o setor, das lideranças associadas, culturais e do povo da leitura e da literatura juntarem forças para dar o grito que seja finalmente ouvido pelos que dirigem os países e comandam seus recursos.

Governos mostram que têm uma política efetiva para um setor quando criam marcos de legalidade e instrumentos gerenciais para sustentar investimentos suficientes para que aquele setor se desenvolva na escala necessária ao país. Sociedade civil se afirma quando demonstram quais são os valores e bens culturais que são mais essenciais ao desenvolvimento do país e da cidadania.

Após os 4 primeiros anos do PNLL há ações referenciais mínimas que clamam pela urgência na sua efetiva implementação, consolidando o caminho percorrido e viabilizando-o como Política de estado.

Cito as principais:

- Fazer avançar o PNLL viabilizando maiores e continuados investimentos nos seus quatro eixos estratégicos de ação, principalmente no que se refere à democratização do acesso a leitura em seus vários suportes tradicionais e tecnológicos, abrangendo as diversidades e as literaturas de todas as regionalidades brasileiras. Neste processo de democratização da leitura reforçar as bibliotecas públicas e escolares nas cidades e no campo, como centro irradiador de recursos de informação conhecimento e fruição estética, com profissionais capacitados para o efetivo exercício da mediação da leitura.
- Para além dos investimentos, garantir a necessária perenidade dos objetivos do PNLL, enviando ao congresso nacional um projeto de lei para sua institucionalização definitiva, tornando-o uma determinação política que emane das autoridades maiores da nação, a presidência da República e o Congresso Nacional.
- Consolidar os programas gerados pelo esforço de leitura do governo Lula, reforçando os binômios Cultura/Educação e Estado/sociedade, ampliando radicalmente os investimentos públicos em leitura e, ao mesmo tempo, dando uma solução superior e qualificada à contribuição da iniciativa privada no fundo setorial de livro, leitura e literatura, o fundo Pró-leitura.
- Para dar a devida capacidade gerencial ao estado para atuar eficaz e republicaneamente sobre os avanços já conseguidos e dialogar com a enorme diversidade de manifestações literárias, além de enfrentar problemas historicamente persistentes, é preciso avançar na estrutura político-administrativa deste setor dando-lhe a musculatura institucional e política necessária. Objetivamente seria a criação de uma Secretaria Nacional do Livro, leitura e literatura ou do instituto Nacional do Livro, leitura e literatura, este último uma autarquia vinculada ao MinC, que agregaria todas as ações que envolvessem políticas públicas de leitura naquele ministério e pudesse se tornar forte interlocutor perante os outros ministérios, governos estaduais e municipais e com instituições da sociedade nos assuntos que lhe são pertinentes. Amplamente reivindicado pelo setor criativo, produtivo, distributivo e mediador do livro e da leitura, este novo órgão superior recuperaria ferramentas administrativas e recursos eficazes de gestão que

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

dariam conta dos novos patamares alcançados pelo Brasil após a implantação do PNLL. Enfrentaria também os desafios de crescimento de leitores tais faria parte da busca pela plena cidadania dos brasileiros na sociedade da informação e do conhecimento.

Muitas aeronaves decolaram em várias épocas neste país com tripulação disposta e com programas e projetos de incentivo á leitura. Todas elas não resistiram após aterrissarem ao final dos períodos dos seus respectivos governos.

Nenhuma delas alcançou o patamar de Política de Estado em seu conjunto.

Espero e luto, e a todos convosco, para que no próximo quadriênio de governo comandado pela mulher, mãe, avó e leitor-característica emblemáticos dos grandes mediadores de leitura - presidente Dilma Rouseff, a aeronave do PNLL siga sua rota, sempre para cima, decididamente rumo ás estrelas que iluminam, onde estão os poetas e a cidadania plena dos homens livres. È, hora de avançar e não permitir retrocessos porque há ainda muito por se fazer e o Brasil não permite mais que o direito á leitura lhe o direito á leitura lhe seja negado!

Após quatro anos como secretário executivo do PNLL, este é meu depoimento! Estive em todos os cantos do país, conversei e debati com centenas e centenas de pessoas-Ministros, governadores, secretários, profissionais de todas as ordens, militares da leitura e da escritura, leitores, gente do meu país-sempre na certeza de que o PNLL se constrói com crítica honesta e diálogo permanente entre o Estado e a Sociedade.

Ao oferecer ao país uma segunda edição de CADERNO DO PNLL, texto que é fruto do consenso mais uma vez logrado e consagrado na 2º Conferencia Nacional de cultura em março de 2010, o PNLL atualiza suas argumentações em prol de uma política pela leitura, pela literatura e pelas bibliotecas. É importante frisar que este texto reeditado reforça os quatro eixos constitutivos acordados em dezembro de 2006 e que originou o primeiro Caderno do PNLL, confirmado, aqui pela prova do tempo, a certeza

que o Brasil alcançou um patamar sólido para construir sua Política de Estado neste setor.

Ao esforço a segunda edição do CADERNO DO PNLL segue-se este livro. Os textos que constituem essa obra sobre memória do que se produziu nos quatro anos de implantação do PNLL se somam aos depoimentos e opiniões de muitos que fazem o trabalho cotidiano pelo Brasil leitor que todos queremos. Como organizadores, procuramos contemplar todas as vertentes desse rico e diversos universos do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. De certa forma, expressam-se aqui trinta autores, representações das vozes dos milhares que redigiram o texto do PNLL em dezembro de 2006 e o ratificaram em março de 2010. Escritores, bibliotecários, editores, agentes culturais, livreiros, dirigentes públicos, acadêmicos, responsáveis por projetos de leitura e do terceiro setor, todos deram sua visão do que significa e qual o lugar do PNLL nesta fase da luta pela leitura e pela cidadania em nosso país.

Temos um bom mosaico, representativo da diversidade de opiniões que faz riqueza de nossa cultura, mas que está unida em torno da idéia expressa naqueles quatro eixos do plano nacional do livro e leitura. Como disse um dos nossos grandes contadores de historias, Francisco Gregório Filho, “nós temos os eixos”. Portanto, sabemos por onde o Brasil deve caminhar nesta área tão estratégica para o desenvolvimento e a plenitude democrática do nosso país.

Este livro é, portanto, memória e guia opinião e consenso, lembrança talvez impertinente do que os nossos futuros governantes devem fazer para continuar essa saga leitura iniciados em 2005 e que representa a contemporaneidade de décadas de luta por um país de leitores.

Sabemos que a leitura é fundamental para a plena realização da nossa condição humana e da nossa capacidade de entender o mundo. É também condicionante para a promoção de valores democráticos, porque é base uma cultura do discernimento e do diálogo, tanto individual como coletivo.

Quem lê aumenta seu repertório de atuação sobre o mundo à sua volta. E, naturalmente, uma sociedade leitora ampliar suas possibilidades de qualificar as relações humanas e resolver os problemas cada vez mais complexos que a elas se apresentam. É preciso dar conta do texto do mundo e, como dizia Paulo Freire, ante a este mundo enigmático, nós precisamos aprender a dizer a nossa própria palavra

4.7.2.1 Pela Transformação do Brasil em Um País de Leitor

Sabemos que a leitura é fundamental para a plena realização da nossa condição humana e da nossa capacidade de entender o mundo. É também condicionante para a promoção de valores democráticos, porque é base para uma cultura do discernimento e do diálogo, tanto individual como coletivo.

Quem lê aumente seu repertório de atuação sobre o mundo à sua volta. E, naturalmente, uma sociedade leitora amplia suas possibilidades de qualificar as relações humanas e resolver os problemas cada vez mais complexos que a elas se apresentam. É preciso dar conta do texto do mundo e, como dizia Paulo Freire, ante a este mundo enigmático, nós precisamos aprender a dizer a nossa própria palavra.

Neste sentido, a palavra autonomia perpassa todas as ações na promoção da leitura. Um governo preocupado com o empoderamento de seus cidadãos, com a autonomia dos sujeitos individuais e coletivos da nação, investe em livros, em leitura. Isso porque entende que a leitura não só qualifica a relação com as outras áreas da cultura como também, com o trânsito e a cidade, com o ambiente natural e social, possibilitando a superação de limitações físicas e simbólicas.

Nosso grande desafio é fazer com que a experiência da leitura, ainda pouco vivenciada no cotidiano, seja um momento de prazer e fruição. No Brasil lê-se, em grande medida, por obrigação. Considerando-se somente os livros não indicados pela escola, é apenas 1,3 livro por ano (Retratos da Leitura, 2007), número bem inferior aos índices (2,4) e da França (7) 2. É preciso, portanto desenvolver o gosto pela leitura desde a infância. É nós, do Ministério da Cultura (MinC), temos nos empenhado em estimular

crianças, jovens, adultos e idosos a participar dessa viagem imaginativa proveniente da leitura.

Mas sabemos que essa responsabilidade não é exclusiva do governo ou da comunidade escolar, mas deve ser compartilhada com a família e toda a sociedade civil.

È pensando nesta ação conjunta, que precisa ser estabelecida entre Estado e Sociedade para o desenvolvimento da leitura no Brasil, que o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) apresenta-se com uma das experiências mais em - sucedidas de construção coletiva e participação social na área cultural. Ele é fruto de um imenso debate entre a sociedade civil e o Estado, estabelecendo as diretrizes para as políticas do setor. Ele simboliza não apenas a mobilização social em torno do tema, mas a consolidação de uma atualização conceitual, a partir da visão da cultura em três dimensões. Para o MinC, as palavras livro, leitura e literatura referem-se, respectivamente, às três dimensões precisam ser desenvolvidas articuladamente. È, portanto, dever do Estado não apenas propiciar o aprendizado da escrita e da leitura, mas também disponibilizar os instrumentos que faltam para a prática social de uma leitura em sentido mais pleno.

È sobre estes fundamentos que o governo brasileiro tem investido em uma política cultural que se faz com um plano e, também, com um programa - o Mais Cultura.

Quem nasce em uma família dos pais leitores, quem é apresentado ao livro por bons professores, quem experimenta o prazer de um livro bem lido, o prazer e o deleite estético de um belo texto, sabe da importância da leitura para a plena realização da nossa humanidade. Sabemos que a família é, de fato, o lugar por excelência para a formação de novos leitores. Depois da família, vem à escola, a necessidade de bons professores, que saibam abrir a porta para o mundo encantado da leitura e desenvolvam o hábito da leitura entre seus alunos, despertando a curiosidade intelectual desde as mais tenras idades e valorizando o livro como um tesouro. O terceiro ambiente é a biblioteca, um suporte acessível para ampliar o acesso aos livros. Por isso, os princípios nas casas e nos núcleos familiares. Além disso, no Conselho do PNLL, o MinC tem chamado a atenção para a necessidades de tornar a escola um espaço para a formação de leitores e

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

não, como ocorre muitas vezes, um espaço de desencantamento. A leitura não pode ser uma obrigação, o livro precisa ser apresentado como algo prazeroso, que enriqueça os que se relacionam com ele. Essa é uma preocupação nossa e do Ministério da Educação (MEC). Precisamos ampliar, levar e garantir o acesso ao livro e à leitura para as crianças das famílias pobres. Por fim, com o Programa Mais Cultura, temos investido tanto na implantação de bibliotecas quanto na qualificação desse importante espaço cultural.

O Ministério da Cultura entende a agenda do Livro, da Leitura e da Literatura como algo estratégico para o desenvolvimento do país e compreende que programas e projetos de incentivo à leitura desenvolvidos pela sociedade civil também compõem sua política pública. Nesse sentido, por meio de editais, são reconhecidos e premiados projetos de pessoas físicas e jurídicas. Uma política intrinsecamente alinhada ao PNLL.

Quatro anos depois de consolidado, o PNLL foi reavaliado pela sociedade civil e governo. Temos, portanto, um plano mais vigoroso, na medida em que se reflete sobre ele e se fazem proposições para a sua melhoria. Trabalharemos, agora, para que o PNLL seja institucionalizado por lei e garanta as conquistas da sociedade.

Mas não basta apenas transformar o PNLL em lei para que as políticas do setor não dependam somente de vontades governamentais. Queremos o PNLL como política de Estado. Para isto, devemos recriar um órgão para gerir as políticas públicas do livro e leitura do governo federal - o Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura (INLLL). Paralelamente, neste rumo à institucionalização de uma política para o livro e a leitura, incluímos na reforma da Lei Rouanet um fundo setorial, dentre os oito criados no Fundo Nacional de Cultura (FNC). O Fundo Setorial do livro, Literatura e literatura e Língua Portuguesa terão recursos da União, mas também dos agentes do setor, como previa a lei nº 10.865/2004, que desonerou a cadeia produtiva do recolhimento das contribuições do PIS/COFINS.

Não podemos pensar em desenvolvimento sem trabalharmos a dimensão estratégica da cultura e o direito ao livro e à leitura como direitos básicos de cidadania e de formação. Podemos dizer com isso que um país se faz com cidadãos leitores capazes

de compreender seus problemas, desafios, soluções e alternativas para a construção de uma nação justa, sustentável e democrática.

Nesse campo, a cultura e a educação assumem papel estratégico na formulação e execução das políticas públicas fundadas no acesso ao livro e na formação de leitores como ações de cidadania, inclusão social e desenvolvimento.

Juca Ferreira é Ministro de Estado da Cultura

4.7.2.2 Desafios A Vencer

O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) é uma iniciativa que agregou esforços dos Ministérios da Educação e da Cultura e de instituições comprometidas com a promoção do livro e da leitura. A organização do PNLL teve por objetivo inicial mapear as ações em curso no país cujo foco era o livro e a leitura, tanto no âmbito dos governos como da sociedade civil. Os resultados foram extremamente animadores e motivaram os participantes a procurar fortalecer sua institucionalidade por meio da formalização da cooperação entre os ministérios e também pela organização de instâncias de promoção dos objetivos do Plano.

A iniciativa veio atender a expectativas presentes tanto nas políticas públicas quanto nas ações da sociedade civil, incluindo o setor editorial que abraçou o PNLL e lhe deu apoio para avançar. E há avanços: os estados, os municípios e o Distrito Federal foram convidados a formalizar e implementar seus planos estaduais e municipais, sempre dentro da perspectiva de somar esforços e agregar compromissos para a promoção da leitura, a difusão do livro. Hoje a realidade do PNLL ultrapassa seu impulso inicial e já se consolida como estratégia adequada para os objetivos propostos.

O PNLL reúne projetos, programas e ações de ministérios, instituições públicas dedicadas à educação e à cultura, empresas estatais de todos os níveis de governo e ainda, empresas e entidades privadas como as organizações não governamentais (ONGs) que apóiam a educação e, gradativamente, vão aderindo ao plano que estruturou em quatro eixos:

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- Democratização do acesso.
- Fomento á leitura e á formação de mediadores
- Valorização da leitura e comunicação³
- Desenvolvimento da economia do livro

A educação no Brasil vive um momento importante: a ampliação dos investimentos, em todos os níveis e modalidades, veio acompanhada de inovações constitucionais como a escolaridade obrigatória na faixa etária de 4 a 17 anos, o estabelecimento do piso salarial nacional dos professores e a determinação de que.

Haverá um percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinado ao atendimento das metas que constarão do novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020. Essas conquistas contaram com amplo apoio do Congresso Nacional e da sociedade brasileira que, a cada dia, manifesta a convicção de que a educação é o fator-chave para o desenvolvimento sustentável do país.

A melhoria dos indicadores da educação brasileira, sejam os de atendimento, de qualidade e de equidade, indica que temos um rumo a seguir, metas a alcançar, desafios a vencer. A leitura tem papel central em todas as dimensões: pela leitura desenvolvem-se habilidades que favorecem o aprendizado em todas as áreas do conhecimento; pela leitura motiva-se o estudante a seguir aprendendo, permanecendo na escola e nela alcançando melhores resultados; e, não menos importante, a leitura nos conduz a compreender melhor a diversidade da sociedade brasileira e a nos tornamos, desse modo, mais capazes de admirar, valorizar e promover nossa riqueza cultural.

Há muitos desafios: a formação de professores deve promover o gosto e o hábito pela leitura literária, de tal maneira que todos os nossos professores sejam leitores habituais. Um bom leitor tem o dom de motivar outros leitores. As escolas, em obediência á determinação legal, precisam contar com bibliotecas e acervos para seus estudantes. Nossos alunos das escolas públicas - são 48 milhões, em mais de 160 mil escolas - devem ter acesso aos livros, de modo o mais livre possível, e precisam

naturalmente adquirir na escola a capacidade de ler de modo fluente. O Ministério da Educação tem trabalhado para superar todos esses desafios, garantindo que a escola seja, de fato, um ambiente formador do cidadão, no sentido pleno desta palavra.

Hoje os programas do MEC para os livros atendem desde a pré-escola ao ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos e programas de acessibilidade. E não são apenas livros didáticos: o Programa Nacional de biblioteca Escolar vem diversificando seus acervos e atende todos os níveis e modalidades. O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos mais importantes instrumentos de trabalho dos programas de pós-graduação, também tem se ampliado. Além disso, com o desenvolvimento do Portal Domínio Públicas importantes obras da tradição literária brasileira e estrangeira estão disponíveis, gratuitamente, na internet.

O desafio de tornar a leitura literária um patrimônio de todos os brasileiros exige ações como as que o MEC vem promovendo e precisa ir além. Este é um dos sentidos do PNLL: agregar todos os esforços disponíveis para superar históricas desigualdades no acesso ao livro e à leitura, formar mediadores, estimular a produção editorial e fortalecer, na sociedade, o valor do livro como instrumento de promoção de uma vida melhor para todos e para cada um.

No momento em que a sociedade brasileira passa por importantes transformações, enfrentando a herança da pobreza, promovendo a inclusão social e econômica de milhões de pessoas, é fundamental que o livro e a leitura também façam parte desta agenda de conquistas e, assim, contribuam para a sustentabilidade cultural de uma nação que se renova.

Fernando Haddad É Ministro de Estado da Educação

4.7.2.3 Princípios Norteadores

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

O conjunto de dados aqui evocado, ainda que constituísse apenas um esboço da questão da leitura e do livro no país, oferece elementos suficientes para contextualizar e justificar a proposição de um Plano como este, dada a gravidade da situação apontada e a premência de sua superação. Mas, para que se delineie com mais precisão o contexto em que insere a Política de Estado aqui defendida, é importante, ainda, explicitar alguns pressupostos básicos sobre os quais se assenta o plano, uma vez que correspondem a uma tomada de posição conceitual em relação á leitura e ao livro e, particularmente, traduzem o horizonte das muitas contribuições do tema:

4.7.2.4 UNESCO

*O Plano valoriza particularmente três fatores qualitativos e dois quantitativos identificados pela UNESCO como necessários para a existência expressiva de leitores em um país.

Os fatores qualitativos são:

A) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de fonte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;

B) Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem praticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura; e

C) Deve haver escolas que sabiam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Os fatores quantitativos são:

D) Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um numero suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;

E) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

Alem disso, é importante frisar que esse destaque à leitura e ao livro esta estreitamente associada à questão geral da competência em informação (information literacy) e do aprendizado ao longo da vida, aspectos que tem merecido especial atenção por parte da UNESCO em diretrizes e políticas mundiais para os próximos anos. Sob essa perspectiva, a competência em informação encontra-se no cerne do aprendizado ao longo da vida, constituindo direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social.

4.7.2.5 Práticas sociais

- A leitura e a escrita são percebidas aqui como praticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo, esforço de interpretação que se reporta a amplos contextos; assim, a leitura e a escrita são duas faces diferentes, mas inseparáveis, de um mesmo fenômeno.

4.7.2.6 Cidadania

- A leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, na pluralidade e no exercício da cidadania; são direitos de todos, constituindo condição necessária para que cada individuo possa exercer seus direitos fundamentais, viver uma vida digna e contribuir na construção de uma sociedade mais justa.

4.7.2.7 Diversidade cultural

- A leitura e a escrita são, na contemporaneidade, instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver de maneira plena seu potencial humano e caracterizam-se como fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecidos todo tipo de intercambio cultural; são requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos; apresentam-se como condição necessária para o desenvolvimento social e econômico. A leitura e o livro são vistos neste plano, não apenas em uma dimensão educacional, mas também, em uma perspectiva cultural, na qual se reconhecem três dimensões trabalhadas pela atual gestão do ministério da cultura. A política cultural em voga no Brasil parte de uma perspectiva sistemática, que se desdobra em três dimensões, as quais são absorvidas por este plano para o setor de livro e leitura: a cultura como valor simbólico, a cultura como direito de cidadania e a cultura como economia. Não há preponderância de uma dimensão sobre a outra, embora os focos da acessibilidade e do valor simbólico contemplem mais definidamente, as dimensões educacionais (direito de cidadania) e culturais da leitura. A dimensão econômica deve, assim, estar equilibrada por essas duas outras, gerais e geradoras de bens públicos.

4.7.2.8 Construção de sentidos

- A concepção de leitura focalizada pelo pleno é aquela que ultrapassa o código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordens social, psicológica, fisiológica, lingüística entre outras. Uma perspectiva mecanicista da leitura quer pretende reduzir o ato criativo de construção de sentidos realizado pelos leitores a partir de um texto criado por outro(s) sujeito(s).

4.7.2.9 O verbal e o não verbal

- Ao reafirmar a centralidade da palavra escrita, não se desconsidera a validade de outros códigos e linguagens, as tradições orais e as novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais.

4.7.2.10 Tecnologias e informação

- No contexto atual, é imperativo que a leitura seja tratada no diálogo com as diversas tecnologias de gravação, entre os quais o livro se encontra. “Como defende Renato Janine Ribeiro, a maneira adequada de difundir a leitura no Brasil não é a de sua tradição”, mas aquela que considera que o sujeito contemporâneo só consegue ser interativo com a mídia sendo, ele mesmo, “multimeios”, necessitando da leitura para lê-lo; no mundo de hoje, não apenas a prática leitora deve passar pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, mas o usuário dessas tecnologias deve desenvolver, por intermédio da família, da escola e de uma sociedade leitora, a prática de leitura. Neste sentido, deve-se ter atenção às questões contemporâneas acerca dos direitos autorais, fortemente impactados pelas novas possibilidades tecnológicas e seus avanços em termos de possibilidade de gravação e cópia. O plano nacional de livro e leitura defende uma perspectiva contemporânea do livro e da leitura e propõe um diálogo fecundo com as novas licenças de copyrights não restritivos, no que essas ajudam a equilibrar os direitos de acesso.

Alem disso, não se pode deixar em um plano secundário a questão da inclusão digital, aspecto ao qual estão profundamente ligados a leitura e o livro, ainda mais em tempos em que o suporte papel começa, aos poucos, a competir com o livro eletrônico, multiplicando-se a possibilidade de difusão das informações em níveis nunca antes imaginados.

4.7.2.11 Biblioteca enquanto dínamo cultural

- A biblioteca não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulado a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações.

4.7.2.12 Literatura

- Entre as muitas possibilidades de textos que podem ser adotados no trabalho com a leitura, a literatura merece atenção especial no contexto do plano dado a enorme contribuição que pode trazer para uma formação vertical do leitor, consideradas suas três funções essenciais, como tão bem as caracterizou Antonio Candido: a) a capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa a dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência.

4.7.2.13 EJA

- A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser objeto de especial atenção em relação às políticas e ações ligadas à leitura, considerando-se imperativo criar condições favoráveis de letramento e de acesso ao livro para os jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensino fundamental e médio, hoje freqüentemente denominados neoleitores. Trata-se de pessoas que iniciam sua trajetória como leitores, mas já possuem um

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

nível razoável de experiência adquirida, no trabalho, no cotidiano, na vida afetiva. E o aspecto particularmente relevante é que essa experiência se acumulando antes da alfabetização do sujeito, implicando uma relação diferenciada com os livros e a leitura, na comparação, por exemplo, com as crianças recém-alfabetizadas, mas inexperientes em outros setores da vida.

4.7.2.14 Necessidades Especiais

O Plano considera fundamental garantir que as pessoas com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento (impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), tenham acesso a livros e outros materiais de leitura, valorizando ações como a versão ou a tradução, em libras e em braile das obras em circulação, permitindo a inclusão desses potenciais leitores nas escolas regulares.

4.7.2.15 Meios Educativos

O Plano defende a produção de meios educativos (livros, periódicos e demais materiais de leitura utilizados como instrumentos para a educação na escola), tal como vem fazendo o MEC (por meio de implementação de políticas de produção e distribuição de materiais didáticos e literários que atendam às especificidades dos diversos públicos), a fim de assegurar o acesso a bens culturais produzidos em diferentes linguagens e suportes, sobre temas diversificados, gerados em contextos culturais variados, para leitores de diversas modalidades e faixas etárias; não só estudantes, mas também professores, bibliotecários e demais membros da comunidade escolar.

4.7.2.16 Estado da Questão

Políticas públicas para as áreas da leitura, do livro, da biblioteca, da formação de mediadores e da literatura devem ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, e experiências sobre as formas mais efetivas de promover a leitura e o livro e de formar leitores, existentes nas esferas municipal, estadual e nacional. Devem ser implementada sociedade, tanto pelo

poder Público como pelas organizações da sociedade, atentando-se, ainda, para o contexto internacional, em particular o ibero-americano.

4.7.2.17 Políticas Públicas

A leitura e a escrita devem ser consideradas base em processos de formulação e implementação de políticas de educação e cultura dos governos em todos os seus níveis e modalidades de ensino e de administração, e junto com o tema das línguas, perpassá-la estruturalmente, tal como proposto no Plano nacional Cultura (PNC), elaborado pelo Ministério da Cultura. A consolidação de políticas e programas de fomento á leitura deve ser pensada a curto, médio e longo prazo, com ênfase no caráter permanente. Nesse processo, o fomento e a elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura articulados com o Plano Nacional se tornam fundamentais.

4.7.2.18 Integração

È pressuposto deste Plano a fundamental integração entre o Ministro da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação(MEC), demais ministérios e outras agências públicas federais para otimizar os esforços em prol da leitura e do livro no país.O Plano se integra ao Plano Nacional de cultura(PNC) e ao Plano de Desenvolvimento da Educação(PDE),como base para o texto do capítulo específico sobre o tema.Da mesma forma,o Plano poderá indicar diretrizes para outros documentos oficiais sobre o tema.

4.7.2.19 Autores, Editoras e Livrarias

A política para o livro e a leitura deve considerar também as diversas autorias e a criação literária, além das questões de fomento do setor editorial e livreiro, de forma a criar condições para que a produção das obras necessárias aconteça de forma a criar condições para que a produção das obras necessárias aconteça de forma cada vez mais eficaz, barateando os custos de produção e distribuição, eliminando gargalos e debilidades, tudo convergindo para a produção de livros em quantidade necessária e a preços compatíveis com a capacidade de consumo da população. Deve manter, no

entanto, a perspectiva sistêmica, exposta anteriormente, em que o econômico se equilibra com o direito de cidadania e a dimensão simbólica.

4.7.2.20 A Leitura e o Livro

Este Plano procura contemplar, de forma dialética, um processo de dupla face: tanto aquele moldado pelas questões que envolvem a leitura, quanto o que se configura pelos problemas relativos à cadeia produtiva do livro, buscando evitar polarizações que a tradição tem revelado inocuas, no que diz respeito aos papéis a serem cumpridos pelo Estado e à dinâmica específica do mercado.

4.7.2.21 Avaliação Contínua

São necessários mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas e das ações desenvolvidos para verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes, remodelações no processo.

4.7.2.22 Objetivos e Metas

O objetivo central da Política de Estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, o indivíduo exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, seja indivíduo exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça os valores e modos de pensar de outras pessoas e culturas e tenha acesso às formas mais vertical do conhecimento e à herança cultural da humanidade. Trata-se de intensa valorização dos caminhos abertos ao indivíduo pela cultura escrita, sem que se deixe de reconhecer e se tente apoiar e preservar a cultura oral de nosso povo.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Busca-se criar condições necessárias e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte do Estado em suas diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil, lastreada em uma visão republicana de promoção da cidadania e inclusão social e de construção de um projeto de nação que suponha uma organização social mais justa.

São estabelecidos aqui alguns objetivos que devem ser alcançados no curto, médio e longo prazo:

a) Formar leitores, buscando, de maneira continuada, substancial aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas;

b) Implantação, modernização e qualificação de acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nas municípios brasileiros;

c) Fomentar a formação de mediadores e agentes de leitura;

d) Incentivar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias;

e) Realização bienal de pesquisa nacional sobre leitura;

f) Implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e do livro em universidades e outros centros;

g) Concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;

h) Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura;

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

i) Identificação e cadastro contínuos das ações de fomento à leitura em curso no país;

j) Identificação e cadastro contínuos dos pontos de vendas de livros e outros materiais impressos não periódicos;

k) Elevação significativa do índice de empréstimos de livro em biblioteca (sobre o total de livros lidos no país);

l) Aumento do número de títulos editados e exemplares impressos no país;

m) Elevação do número de livrarias do país;

n) Aumento da exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior;

o) Aumento do índice per capita de livros não didáticos adquiridos; ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com o hábito de leitura e que possuam ao menos dez em casa;

p) Estimular continuamente a criação de planos estaduais e municipais de leitura;

q) Apoiar o debate e a utilização de copyrights não restritos (copyleft e creative commons), equilibrando o direito de autor com direitos de acesso à cultura escrita;

r) Assegurar o acesso a pessoas com deficiência, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros contidos neste Plano.

4.7.3 Eixos de Ação

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

No caso dos eixos e linhas de ação que são descritos a seguir, é preciso enfatizar que não se trata aqui da explicitação de um conjunto de iniciativas e ações a serem efetivamente desenvolvidas pelo governo federal. Trata-se da fixação, do delineamento e da sistematização dessas iniciativas e ações, de tal modo que o conjunto dos eixos possa servir como uma baliza clara para que as mais variadas instituições e entidades planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza.

4.7.3.1 Eixo 1 - Democratização do acesso

a) Implantação de novas bibliotecas

Implantação de novas bibliotecas de acesso público, estaduais, municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela UNESCO, incluindo livros em braile, livros digitais, audiolivros etc, computadores conectados a internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.).

b) Fortalecimento da rede atual de bibliotecas

Fortalecimento e consolidação do sistema nacional de bibliotecas públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos. Instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, com funções de gerenciamento entre união, estados e municípios. Criação do sistema de estatísticas das bibliotecas. Conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de aquisição e atualização de acervos. Transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias. Biblioteca pública com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado.

c) Conquista de novos espaços de leitura

Criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (Ônibus, vans, peruas trens barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, livrarias, aeroportos, estações de metro, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças em situação de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho.

d) Distribuição de livros gratuitos

Programas para distribuição de livros didáticos e não didáticos, não apenas para alunos e professores, mas escolas, mas também para crianças, jovens e adultos inseridos em outros contextos, tais como hospitais, asilos, presídios, zona rural etc. Projetos de educação para a cidadania com livros (saúde, meio ambiente, transita trabalho, juventude etc.). Distribuição de livros em cestas básicas, estádios, ginásios etc.

e) Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura

Circuito nacional de férias do livro. Coedições de livros em braile, livros digitais e audiolivros para atender a pessoas com deficiências, especialmente as de natureza visual. Projetos editoriais com jornais e revistas. Campanhas de doações de livros.

f) Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação

Formulação e aprimoramento de técnicas que visem facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias para a preservação de acervos, ampliação e difusão de bens culturais, como livros digitais, informatização de bibliotecas e bibliotecas digitais, entre outros. Instalação de centros de leitura multimídia, voltados para a pesquisa e divulgação, em especial nas áreas da leitura e do livro.

4.7.3.2 Eixo 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores

a) Formação de mediadores de leitura

Programas de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura. Projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Cursos de formação de educadores com estratégia de fomento a e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infanto-juvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distancia para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades.

b) Projetos sociais de leitura

Projetos para fomentar a leitura. Rodas da leitura, atividades de formação do leitor na escola, clubes de leitura. Atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas quilombolas etc.). Projetos de formação de neoleitores jovens, adultos e idosos em diversos contextos. Mediadores de leitura e contadores de histórias, performances poéticas, rodas literárias e murais. Oficinas de criação literária para crianças e jovens. Encontro com autores. Banco de dados de projetos de estímulo à leitura, com avaliação e formatação para sua replicação. Editais de órgãos públicos e empresas estatais para apoiar projetos. Continuidade e fortalecimento do PROLER/FBN e de suas ações.

c) Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura

Diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro. Pesquisas sobre hábitos de leitura e consumo de livros, bem como pesquisas qualitativas sobre a recepção dos mais variados gêneros. Investigações sobre formação de base de conhecimento e sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas com leitura. Apoio às pesquisas sobre a história do livro no Brasil história editorial brasileira, história das bibliotecas, história das práticas sociais de leitura, história das livrarias nos núcleos universitários de pesquisa e fora da academia. Programas de financiamento à pesquisa nas áreas do livro

e da leitura e a publicação, com apoio de instituições oficiais e/ou da sociedade, dos resultados dessas pesquisas.

d) Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial

Estudos e pesquisas para conhecer a realidade das bibliotecas, das editoras, das livrarias e do consumo de livros no Brasil. Estudos sobre a cadeia produtiva do livro e projetos e programas para a política pública setorial. Levantamento de dados para apurar os números de bibliotecas, livrarias, investimentos no setor editorial brasileiro, de investimentos das políticas públicas etc. portal de projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área.

e) Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura

Concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura e da literatura. Prêmios para ações de fomento à leitura desenvolvidas em escola, biblioteca, comunidade, empresa etc. prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de leitura existentes.

4.7.3.3 Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico

a) Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado

Programas governamentais de fomento à leitura (como o colegiado setorial do livro, leitura e literatura – CSLL, o programa Nacional de Incentivo à leitura – PROLER etc). Formulação de planos Estaduais e Planos Municipais de livro e leitura (PELL e PMLL), formulação de políticas nacionais, estaduais e municipais. Marcos legais (leis do livro federal, estaduais e municipais; decretos e portarias). Realização e fóruns, congressos, seminários e jornadas para propor agendas sobre o livro e a leitura. Pesquisas e estudos sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca pública.

Estruturação da área de formulação, coordenação e execução da política setorial. Criação de fundos e agências para financiamento e fomento à leitura. Criação de grupos de apoio entre parlamentares e formadores de opinião.

b) Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura

Campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, radio jornal, internet, revistas, outdoors, cinema e outras mídias. Campanhas com testemunhos de formadores de opinião sobre suas experiências com livros e leitura. Publicações de historias de leitura e dicas de personalidades e pessoas anônimas da comunidade sobre livros. Campanhas de conscientização da importância da biblioteca publica.

c) Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura

Publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura. Resenhas em jornais e revistas com lançamentos do mercado editorial. Programas permanentes e especiais na televisão e no rádio.

4.7.3.4 Eixo 4 - Desenvolvimento da economia do livro

a) Desenvolvimentos da cadeia produtiva do livro

Linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias e para a edição de livros. Programas governamentais de aquisição que considerem toda a cadeia produtiva e os interesses das praticas sociais de leitura no país. Programas de apoio às micro e pequenas empresas. Fóruns sobre políticas do livro e da edição. Programas de formação para editores, livreiros e outros profissionais do mercado editorial. Programas para ampliação das tiragens, redução de custos e barateamento do preço do livro. Programas de apoio ao livro universitário.

b) Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura

Política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as existentes. Livrarias em praças públicas. Livros em bancas de jornal. Programas de formação de livreiros-empREENDEDORES. Apoio e financiamento ao setor livreiro. Programas de apoio à abertura de pontos alternativos de venda. Programas de educação continuada aos profissionais de livrarias. Programas de tarifas diferenciadas para transporte e circulação de bens de leitura.

c) Apoio à cadeia criativa do livro

Instituição e estímulo para a concessão de prêmios nas diferentes áreas e bolsas de criação literária para apoiar os escritores. Apoio à circulação de escritores Por escolas, bibliotecas, férias etc. Defesa dos direitos do escritor. Apoio à publicação de novos autores. Programas de apoio à tradução. Fóruns de direitos autorais e copyrights restritivo e não restritivo.

d) Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada

Participação em férias internacionais. Programas de exportação de livros e apoio para a tradução de livros brasileiros para edição no exterior. Difusão da literatura e dos escritores brasileiros no exterior. Reedição de obras importantes, mas fora de circulação.

4.7.4 Educação e Leitura: Contextos de intervenção.

4.7.4.1 O que são intervenções pedagógicas?

A intervenção pedagógica é uma interferência que um profissional, tanto o educador quanto o psicopedagogo, faz sobre o processo de desenvolvimento ou aprendizagem do sujeito, o qual no momento apresenta problemas de aprendizagem.

Entende-se que na intervenção o procedimento adotado interfere no processo, com o objetivo de compreendê-lo ou corrigi-lo. É preciso, introduzir novos elementos para o sujeito, pense, elabore de uma forma diferenciada, quebrando padrões anteriores de relacionamento com o mundo das pessoas das idéias.

4.7.4.2 A gestão escolar na intervenção pedagógica

As ações de natureza pedagógica devem ser colocada como eixo do trabalho da equipe gestora escolar. Essas ações dizem respeito á Proposta Pedagógica da Escola, do Currículo Básico, do Plano de Intervenção Pedagógica, do desenvolvimento profissional e da avaliação, ou seja, dos próprios elementos que constituem a natureza da atividade escolar. Todos os membros da equipe escolar devem estar envolvidos nessas ações, mas a responsabilidade direta sobre elas é da competência de quem dirige a escola.

Nessa perspectiva, cada unidade escolar deverá, por meio do Comitê de Implementação do Currículo, assegurar a efetivação do currículo e da intervenção pedagógica, bem como garantir o estudo dos roteiros quinzenais. Nesse contexto, complete:

a) Ao Gestor Escolar:

- Conhecer, apropriar-se e divulgar os resultados das avaliações externas para toda comunidade escolar, conscientizando-a e sensibilizando-a da necessidade da intervenção pedagógica;
- Coordenar e mobilizar a equipe escolar para elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica Escolar;
- Articular as ações de planejamento ás ações avaliativas, tendo como ponto de partida os resultados da aprendizagem dos estudantes;
- Definir, no coletivo escolar, propostas de intervenção pedagógica que melhor atendam á sua realidade, considerando as ações de implementação do currículo e os roteiros de estudos;
- Dar suporte necessário para o desenvolvimento das ações planejadas no âmbito da intervenção pedagógica;

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- Monitorar e acompanhar as ações de execução do plano de Intervenção Pedagógica;
 - Promover um trabalho compartilhado com o conselho da escola durante todo o processo de implementação do currículo, da intervenção pedagógica e dos roteiros de estudos;
 - Garantir ambiente de trabalho acolhedor, possibilitando que cada indivíduo possa exercer seus direitos, seus deveres e suas responsabilidades, de acordo com as atribuições de cada cargo/função;
 - Conscientizar estudantes, professores e família quanto à importância de sua participação nas avaliações sistêmicas;
 - Promover, junto aos membros da equipe escolar, momentos de reflexão/avaliação sobre os resultados obtidos após a intervenção pedagógica para redefinição de metas;
- b) Ao Pedagogo:**
- Coordenar e articular o processo de elaboração do Projeto de Intervenção Pedagógica Escolar, sendo corresponsável com a direção da escola;
 - Conhecer e apropriar-se dos resultados dos estudantes nas avaliações externas e das metas propostas e pactuadas com a escola;
 - Assessorar o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais relativas à intervenção pedagógica;
 - Promover os momentos de integração, estudo, reflexão a partir dos roteiros quinzenais, num constante repensar da prática pedagógica;
 - Conhecer os princípios norteadores de Currículo Básico Estadual para garantir a articulação de ações que promovam a interdisciplinaridade e a contextualização do trabalho participativo dos docentes;
 - Coordenar, acompanhar e articular, juntamente com o corpo docente, o planejamento e a implementação pedagógica, garantindo que a realidade do educando seja o foco para (re) dimensionamento das atividades;
 - Acompanhar sistematicamente o processo de aprendizagem a partir do interesse e da necessidade do corpo docente e discente, sugerindo medidas práticas inovadoras que contribuam para a melhoria da qualidade dessa aprendizagem;
 - Assessorar a ação do professor na orientação e observação quanto aos registros da intervenção pedagógica;

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- Garantir a circulação de informação sobre o acompanhamento e os resultados da intervenção pedagógica;
- Coordenar as ações de avaliação do processo de aprendizagem, visando a garantir um clima favorável ao seu desenvolvimento e a participação e o envolvimento com os pais e a comunidade.

c) Ao Professor:

- Conhecer e apropriar-se dos resultados das avaliações externas e das metas definidas para sua escola, bem como do desempenho recomendável;
- Considerar as características dos estudantes de cada turma e as intervenções necessárias para melhor atendê-los, sensibilizando-os para a necessidade de pactuar o compromisso pela melhoria da aprendizagem;
- Identificar as competências e habilidades específicas a serem trabalhadas e o nível de entendimento desejável a ser alcançado pelos estudantes;
- Participar da elaboração do Plano de Intervenção Escolar, planejando ações para melhoria da aprendizagem que atendam às necessidades da cada turma;
- Desenvolver uma rotina diária de trabalho pedagógico em sala de aula, a ser elaborado sobre coordenação e orientação do pedagógico;
- Respeitar a especificidade de cada disciplina em função da sua natureza, o que exige tempo, estratégias e formas de abordagens diferentes;
- Romper com a tradicional linearidade dos planos de ensino, reforçando a interdisciplinaridade e contextualização;
- Planejar e desenvolver metodologias inovadoras, a exemplo das seqüências didáticas, entre outras;
- Promover à auto e heteroavaliação num processo contínuo de ação-reflexão;
- Manter registros das ações desenvolvidas no âmbito da intervenção pedagógica;
- Participar de momentos de avaliação/reflexão dos resultados alcançados após a intervenção pedagógica.

d) Ao Estudante:

- Conscientizar-se de que a educação é um direito constitucional e a aprendizagem é o princípio orientador da ação educativa preconizada no Currículo Básico Estadual;

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- Conhecer os resultados das avaliações sistêmicas de sua escola, sensibilizar-se da necessidade de mudança e pactuar com a escola o compromisso com a melhoria de sua aprendizagem;
 - Participar das atividades de intervenção pedagógica desenvolvidas na sala de aula e outras destinadas á sua formação promovidas pela escola, tendo assegurado o seu direito de aprender;
 - Receber assessoramento e apoio pedagógico do professor quando apresentar necessidade;
 - Receber informações sobre o seu aproveitamento escolar e sua freqüência ás aulas;
 - Ser assíduo e pontual ás atividades desenvolvidas pela escola, respeito à carga horária vigente;
 - Participar de atividades de estudos desenvolvidas pela escola, no âmbito da intervenção pedagógica, bem como freqüentar os espaços de aprendizagens disponíveis no ambiente escolar;
 - Participar de momentos de avaliação/reflexão dos resultados alcançados durante a intervenção pedagógica para redefinição das metas da escola.
- e) **A Família:**
- Conhecer os resultados das avaliações sistêmicas divulgadas pela escola de seu filho;
 - Informar-se e acompanhar as ações desenvolvidas pela escola no âmbito da intervenção pedagógica, estabelecendo relações de apóio, cooperação e confiança, sobretudo no desenvolvimento da responsabilidade do estudante pelo seu próprio aprendizado, com vistas á melhoria da aprendizagem de seu filho;
 - Participar de reuniões escolares sempre que convocado;
 - Receber e ter acesso a informações relacionadas à freqüência, ao comportamento e ao desempenho escolar de seu filho;
 - Valorizar a escola, incentivar e criar no filho o hábito de estudo diário, primando pelo cumprimento das tarefas escolares;
 - Incentivar o filho a freqüentar espaços de leitura.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

O trabalho do orientador, acompanhamento, implementação e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem é de fundamental importância, pois tem por objetivo criar condições para o bom desempenho dos envolvidos para que ocorram mudanças de fato na prática pedagógica. Diante essas mudanças, está a possibilidades de consolidação de uma cultura de avaliação, análise de dados e intervenção pedagógica, para que os estudantes melhorem sua aprendizagem.

Nesse contexto, o Plano de Intervenção Pedagógica, em estreita relação com o Projeto Pedagógico da Escola, o Currículo Básico Escola Estadual e demais documentos norteadores da ação escolar, consiste na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido pela escola no âmbito geral e pelo professor em cada série/turma e disciplina. A intervenção em sala de aula deve ser planejada de forma contextualizada, imersa em uma proposta coletiva maior: o Plano de Intervenção Escolar.

Potencializar a gestão democrática é acreditar que todos podem encontrar caminhos para atender melhor aos anseios da comunidade escolar. É assim, compartilhando planos, decisões e ações, avaliando e replanejando processos, que o gestor escolar possibilitará a sua escola e a todos que aí somem esforços atingir as metas pactuadas, interagir idéias e ações que possam solidificar o compromisso com as famílias e comunidades envolvidas.

4.8 PROPOSTAS PARA A OTIMIZAÇÃO DO ATO DE LER: MOTIVAÇÃO E PROMOÇÃO.

4.8.1 A importância da leitura para o indivíduo e para a sociedade

Um exame das variações dos hábitos de leitura de uma nação para outra demonstra que o lugar ocupado pelos livros na escala de valores dos responsáveis pela sua promoção é de primeira importância: todas as autoridades do Estado, da comunidade e da escola, todos os professores, pais e pedagogos precisam estar

seriamente convencidos da importância da leitura e dos livros para a vida individual, social e cultural, se quiserem contribuir para melhorar a situação. Essa mesma convicção deve ser então transmitida aos que estão aprendendo a ler de modo apropriado á fase do seu desenvolvimento.

Nos tempos antigos, antes da invenção da imprensa, reservar-se a pouquíssimos o privilégio da leitura, e, mesmo depois do Século do Humanismo, ela só era acessível a uma elite culta.

Só nestes últimos decênios, com o desenvolvimento tecnológico e econômico exigindo continuamente a colaboração intelectual da maioria das pessoas, surgiu a pergunta: Como poderá tornar-se realidade a extensão a todos do “direito de ler”?

A pesquisa sobre leitura, um dos ramos mais jovens da ciência, projetou nova luz sobre o seu significado, não só em relação ás necessidades da sociedade, mas também ás do indivíduo. O “direito de ler” significa igualmente o de desenvolver as potencialidades intelectuais, o de aprender e progredir.

4.8.2 Leitura-Processo Cognitivo e de Linguagem

A leitura foi outrora considerada simplesmente um meio de receber uma mensagem importante. Hoje em dia, porém, a pesquisa nesse campo definiu o ato de ler, em si mesmo, como um processo mental de vários níveis, que muito contribuiu para o desenvolvimento do intelecto. O processo de transformar símbolos gráficos em conceitos intelectuais exige grande atividade do cérebro; durante o processo de armazenagem da leitura coloca-se em funcionamento um número infinito de células cerebrais. A combinação de unidades de pensamento em sentenças e estruturas mais amplas de linguagem constitui, ao mesmo tempo, um processo de linguagem. A contínua repetição desse processo resulta num treinamento cognitivo de qualidade especial. Esse treinamento cognitivo consiste em trazer á mente alguma coisa anteriormente percebida, e em antecipar, tendo por base a compreensão do texto precedente; a repetição aumenta e assegura o esforço intelectual.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Por todas essas razões, a leitura é uma forma exemplar de aprendizagem. Estudos psicológicos revelam que o aprimoramento da capacidade de ler também redonda no da capacidade da aprender como um todo, indo muito além da mera recepção.

A leitura é uma confrontação crítica com o texto e as idéias do autor. Num nível mais elevado e com textos mais longos, tornam-se mais significativas a compreensão das relações, da construção ou da estrutura e a interpretação do contexto. Quando se estabelece a relação entre o novo texto e as concepções já existentes, a leitura crítica tende a evoluir para a criativa, e a síntese conduzirá a resultados completamente novos.

A leitura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade. Trabalhar com a linguagem é trabalhar com o homem. Se psicólogos de Viena descobriram que, atualmente, a aptidão das crianças vienenses para a linguagem retrocedeu, ao passo que aumentou seu talento técnico, isto é algo que deve nos inquietar como seres humanos, do ponto de vista da educação geral. Significa que o elemento humanitário está enfraquecendo e a capacidade de compartilhar uma experiência, por simpatia e valorização, está diminuindo.

O talento tecnológico maior dificilmente compensará essa lacuna. Constatamos todos os dias o fato de que as realizações tecnológicas do presente - da energia atômica à pesquisa espacial-pouco contribuem para a solução dos problemas da coexistência.

A regressão da aptidão para a linguagem certamente não decorre apenas do crescente interesse pela tecnologia. Fator igualmente é a torrente de estímulos visuais que satisfazem a criança na forma de histórias em quadrinhos e restringem o potencial de experiência lingüística, enfraquecendo os poderes imaginativos da mente. O fato de os poderes de linguagem do homem estarem empobrecendo – e, por conseguinte, os seus poderes intelectuais – pode ser contrabalançado por um aumento da capacidade de responder à experiência literária. Como a oportunidade de fazê-lo raramente se apresenta no relacionamento cotidiano, dependemos dos recursos da literatura. Por conseguinte, a leitura iniciada precocemente deve ser considerada, também, do ponto de vista de sua influência para contrabalançar a deformação e o empobrecimento

lingüístico. Se conseguirmos fazer com que a criança tenha sistematicamente uma experiência positiva com a linguagem, antes que as histórias em quadrinhos, as revistas ilustradas e a torrente de imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa tomem conta dela, estaremos promovendo o seu desenvolvimento como ser humano.

A leitura favorece a remoção das barreiras educacionais de que tanto se fala, concedendo oportunidade mais justas de educação principalmente através da promoção do desenvolvimento da linguagem e do exercício intelectual, e aumenta a possibilidade de normalização da situação pessoal de um indivíduo.

Os livros, portanto, não tem importância menor hoje do que tiveram no passado, mas ao contrário. É o que tem sido há séculos: portadores do conhecimento de uma geração para outra (e dificilmente poderão ser ultrapassados por qualquer outro meio de transmissão das descobertas intelectuais), pedras angulares da vida intelectual e emocional. Para os jovens leitores, os bons livros correspondem às suas necessidades internas de modelos e ideais, de amor, segurança e convicção. Ajudam a dominar os problemas éticos, morais e sociopolíticos da vida, proporcionando-lhes casos exemplares, auxiliando na formulação de perguntas e respostas correspondentes (e a pergunta é, por si mesma, uma forma básica de confrontação intelectual), para nos são um auxílio na tarefa de atingir nossa meta educacional de desenvolver a personalidade dos jovens e de ajudá-los a estabelecer um conceito global do mundo.

2.8.3 O lugar do na educação permanente

A sociedade do futuro não raro tem sido descrita como a “sociedade do aprendizado”. Acredita-se que será necessário o aprendizado contínuo, para garantir a continuidade do desenvolvimento econômico. Hoje, contudo, em face da poluição ambiental e das crises de energia, talvez se dê maior importância à proteção da vida; não obstante, subsistem as tarefas de aprender e reaprender e de ajustar-se a necessidades que estão sempre mudando. O desenvolvimento tecnológico continua a determinar a transferência total do trabalho manual para o trabalho intelectual. Os sociólogos acertaram, sem dúvida, ao calcular que exerciam ofícios manuais, mas que, num futuro

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

próximo, acontecerá exatamente o contrário: para cada vinte operários não-especializados haverá oitenta pessoas exercendo profissões intelectuais.

A essa luz, portanto, a leitura e os livros têm hoje um novo significado e já não basta a uma pessoa completar sua educação escolar. O progresso da ciência e da tecnologia se processa num ritmo tal que a instrução que hoje ministramos será considerada insuficiente amanhã. A tarefa do futuro é a educação permanente ou, melhor ainda, a auto-educação permanente.

Os livros desempenham inúmeros papéis nessa auto-educação. Primeiro há a necessidades e aspirações individuais através da seleção individual do material de leitura. Todo ser humano poder ser ajudado pelos livros a se desenvolver à sua maneira, pode aumentar sua capacidade crítica e aprender a fazer escolha entre a massa da produção geral dos meios de comunicação.

Se os meios de comunicação oferecem um estímulo inicial mais forte – na direção certa –, os livros são indispensáveis no sentido de aprofundar essa noção e promover a pesquisa do assunto por conta própria.

Pela primeira vez na história, a leitura deixa de ser privilégio de uma pequena parcela da nossa sociedade; tornou-se indispensável que um número maior de pessoas leia. Além disso, em face da riqueza infinita e constantemente ampliada de assuntos e áreas de informação a serem publicados, a escolha individual é cada vez mais importante.

Comparada ao cinema, ao rádio e à televisão, a leitura tem vantagens únicas. Em vez de precisar escolher dentre uma variedade limitada, posta à sua disposição por cortesia do patrocinador comercial, ou entre os filmes disponíveis no momento, o leitor pode escolher dentre os melhores escritos do presente ou do passado. Lê onde e quando mais lhe convém, no ritmo que mais lhe agrada, podendo retardar ou apressar a leitura, interrompê-la, reler ou parar para refletir, a seu bel-prazer. Lê o que, quando, onde e como bem entende. Essa flexibilidade garante o interesse contínuo pela leitura, tanto em relação à educação quanto ao entretenimento... (Coreth,1973,p.43).

Todo bom leitor é bom aprendiz – eis uma das conclusões fundamentais da pesquisa sobre a leitura –, e esse fato é importante para o êxito tanto na escola quanto na vida ulterior, quando precisamos estar preparados para nos adaptarmos a novas circunstâncias. Os livros modernos que não são de ficção constituem uma excelente ajuda nesse sentido.

4.8.4 A não-ficção no processo educativo

Os livros de não-ficção naturalmente são utilizados, durante a ano letivo, principalmente como complemento ao trabalho do professor, intensificando o interesse por determinando assunto e encorajando o aprendizado independente – mesmo depois de terminado o tempo de escola.

As pesquisas realizadas pelo instituto internacional de literatura infantil e pesquisa sobre leitura, por solicitação da UNESCO, evidenciaram esse ponto e acentuaram também que a não-ficção desenvolve o interesse pelo saber nos estudantes. A leitura de obras de não-ficção representou uma melhora aproximada de 30%, num caso mencionado no estudo, no desempenho acadêmico no campo da geografia.

A incorporação da não-ficção ao ensino ajuda a desenvolver aptidões e interesses permanentes e a obtenção de conhecimento sólido, e é, sem dúvida alguma, um meio de desenvolver o caráter. A relatividade das opiniões causou incerteza, mas o conhecimento profundo num determinado campo encoraja firmes e decididas atitudes pessoais.

Bons autores de obras de não-ficção, além de despertarem interesse por certa área e apresentarem informações sobre ela, também estabelecem relações entre essa área e outras. Dessa maneira, suplementam o conhecimento de assuntos e sistemas em campos específicos do conhecimento e confirmam as relações entre estes, a ciência e a vida.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

A abordagem correta da literatura de não-ficção, tendo o professor sempre em mente o aprendizado independente, é fator importante para que os alunos aprendam noções e processem seu próprio conhecimento. Só assim o emprego do tempo livre, depois que o aluno se forma, poderá contrabalançar a inevitável especialização no adestramento profissional e na própria profissão.

É evidente que a literatura de não-ficção suscita alguns problemas: pode resultar num conhecimento superficial, ou mesmo não passar de um frívolo encontro com a matéria, minando o respeito pelo saber arduamente conquistado. Dai que a seleção da não-ficção e o treinamento na sua utilização assumam uma importância especial. O professor, antes de qualquer coisa, deve apresentar aos alunos os fundamentos e instrumentos necessários ao aprendizado independente. Utilizada com precisão, a obra de não-ficção ocupa uma posição-chave na transição entre a educação geral na escola e a educação popular viva. Os valores que se podem adquirir através dos livros e da leitura só serão acessíveis, é claro, a quem tiver dominando as habilidades técnicas da leitura e possuir capacidade intelectual para ler. Em todo o mundo estão sendo feitas tentativas para melhorar o ensino da leitura, e também, através de experiências escolares e projetos de pesquisa, para verificar que métodos asseguram o maior sucesso. As dimensões deste trabalho, no entanto, não nos permitem mais que uma breve referência a tais esforços.

4.9 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS INTERESSES E MOTIVAÇÃO DA LEITURA E DO HÁBITO DE LER.

Como em qualquer outra tarefa didática, o primeiro passo consiste em conhecer a criança, ou seja, conhecer-lhe os interesses, baseando neles o trabalho que há de ser feito e desenvolvendo-os ao máximo. Nem mesmo as motivações, interesses ou hábitos valiosos devem ser “impressos” na criança, e se as suas inclinações ameaçarem criar problemas para o seu próprio desenvolvimento ou para a sociedade será preciso sublimá-las, derivando-as para outros interesses positivos. Esses interesses tampouco devem ser impostos à criança; urge descobrir-lhe as propensões, tentar expandi-las e, finalmente, ajudá-la a seguir o caminho desejável.

Isso não significa, naturalmente, que não é lícito a criança interessar-se por assuntos ou metas para as quais lhe faltam condições. Ninguém pode desejar uma coisa se não souber da sua existência, e cumpre oferecer a cada criança tantas possibilidades, na esperança de que ela expanda o seu círculo de interesses.

Na história da educação muitas vezes os jovens são tão completamente desviados do seu caminho por um novo encontro que passam a perseguir interesses inteiramente novos, às vezes positivos, mas freqüentemente de efeito negativo sobre os outros e sobre a sociedade. Seja como for, os psicólogos descobriram que quanto mais cedo se influenciarem as crianças, tanto mais eficaz será a influência: pois “a criança é o pai do homem”.

4.9.1 Desenvolvimento interesses e hábitos de leitura em vários níveis de idade

As sugestões apresentadas a seguir para cada grupo de idade só são válidas, é óbvio, num sentido geral, e muitas das possibilidades expostas para determinados grupos podem ser experimentadas com êxito – às vezes com pequenas variações – nos grupos seguintes.

- a) *O período pré-escolar.* Durante esse período a prontidão para a leitura deve ser estimulada pela concentração do interesse no conteúdo do livro e pelo treino da linguagem. Se os pais e professores do jardim de infância se compenetrarem de que o estímulo precoce é o mais eficaz e de que o treino da linguagem é especialmente necessário, incentivarão as crianças a folhear livros de gravuras (que incutem o desejo de ler e proporcionam também o “contato com o livro”) e a praticar com maior assiduidade a narrativa de histórias e a leitura oral. Discos radio, televisão e vários jogos didáticos também favorecem a prontidão para a leitura. Uma das principais tarefas do período pré-escolar é incentivar na criança a expectativa de aprender a ler, o que tornara mais fácil o ensino da leitura no primeiro ano de escola. Em todas

as atividades nessa área, entretanto, é preciso tomar sempre cuidado para não sobrecarregar a criança em idade pré-escolar.

b) *Os primeiros anos de escola.* Nesses anos a criança, acima de tudo, é também a “criança voltada para a brincadeira” e que passa grande parte do tempo num mundo de fantasia. Tal é o ponto de partida para as influências educacionais, ainda que logo seja necessário apresentar ao educando informações fatuais condizentes com o seu desenvolvimento intelectual e com os seus interesses.

Os êxitos subseqüentes – e também os malogros – dependem, em grande parte, do primeiro ano de escola. Se o professor puder observar, louvar e desenvolver cada progresso feito na leitura, a criança assumirá uma atitude positiva, otimista, em relação ao assunto. Mas se ela fracassar na leitura e, o que é pior, for censurada ou ralhada Por isso, rejeitará a leitura e desconfiará dela como a causa da sua desagradável experiência. A ajuda do professor no desenvolvimento de interesses e do hábito da leitura é especialmente necessária, em se tratando de leitores fracos. Nos primeiros anos de escola cumpre das especiais atenções ao seguinte:

1. As atividades do período pré-escolar não de ser continuado, mormente o relato de histórias e, com ele, o “coleccionamento de palavras”, ou seja, a expansão do vocabulário como o fundamento mais importante para o ensino da leitura.

2. Como passos iniciais no aprendizado da leitura, jogos com exercícios técnicos também agradam muito as crianças. O prazer proporcionado pelas novas habilidades técnicas deve logo combinar-se com o interesse pelo conteúdo do que se lê. Nessas condições, o material terá de corresponder às necessidades e interesses gerais da criança.

3. O exemplo e a “imagem” do professor exercem grandes influências nos primeiros anos de escola. E se, ao identificar-se com o professor, a criança se identifica com uma pessoa que gosta de ler, o desenvolvimento da sua leitura será favoravelmente influenciado.

4. Na seleção do material de leitura serão levados em consideração a fase do desenvolvimento e o interesse dominante das crianças.

5. A sincronização do material de leitura com unidades definidas do currículo não é a maneira ideal de conquistar novos leitores.

6. Entre as varias atividades que desenvolvem os interesses e o habito de leitura nos primeiros anos da escola figuram:

- Sempre que possível, os encontros com livros devem ser experiências realmente dinâmicas para as crianças. Exposições de livros na sala de aula, desenhos de livros e composições escritas sobre eles constituem um interessante acréscimo ao currículo normal. Às vezes, o mesmo livro apresenta “material de jogo” para leitura, desenho, ginástica, aritmética e canto, ensinado às crianças que o contato com o livro nunca se esgota.

- Além do prazer que encontram no conteúdo do livro, as crianças devem interessar-se também pelo autor: leituras feitas pelos próprios autores desenvolvem o interesse das crianças e as induzem a ler muitos livros do autor que elas conheceram pessoalmente.

- A leitura oral, em lugar de um “teste”, deve ser a experimentação de um texto em companhia de outros.

- As crianças podem assumir o papel do ilustrador e desenhar figuras para as historias que lêem. Exposições e discussões dos desenhos estimulam novas iniciativas.

- A fim e ganhar tempo para uma leitura animada e interessante, os exercícios de compreensão devem ser quase sempre transferidos para a hora da gramática, linguagem oral ou composição.

- Nesses primeiros anos, os pais se interessam particularmente pela escola e pelos filhos. Eles aceitam de boa vontade conselhos sobre a escolha de livros para as crianças e devem ser convidados a comparecer à escola por ocasião das “comemorações de leitura”, exposições de livros etc.

- Os leitores atrasados apresentam um problema especial nesses anos. A superênfatização dos exercícios mecânicos poderá estragar o prazer que lhes advém da leitura. O principal é encontrar um material muito simples em que se repitam as estruturas da língua. Letras grandes e linhas curtas consistentes em unidades cognitivas simples também são muito eficazes, assim como os exercícios para fixação rápida: *descura; leia – Cubra; fale.*

c) *O quarto e o quinto ano de escola.* Os anos de transição entre a “idade do conto de fadas” e a “idade das aventuras” são especialmente importantes no ensino da leitura e no desenvolvimento do habito de ler. Baseados em uma vasta experiência,

podemos dizer que, se a criança por volta de quinto ano de escola não for um leitor entusiasta e não tiver criado interesses especiais de leitura, são poucas as esperanças de que a situação venha a modificar-se mais tarde.

O mais problemático, no tocante a esses anos, é grande variação de aptidões e interesses: muitas crianças são verdadeiras “crianças de contos de fadas”, ao passo que outras já alcançaram a “idade das aventuras”, entre elas se situa a maioria, que costuma preferir histórias realistas sobre crianças interessantes. Histórias de animais e livros interessantes de não-ficção também agradam aos leitores-mirins:

1) Tarefa importante é combinar a “conquista do ambiente”, aspecto importante dessa fase de desenvolvimento, com os livros. Da mesma forma, cumpre ensinar as crianças a escolher entre as possibilidades apresentadas pelos meios de comunicação de massa e os livros, e combiná-las de modo significativo.

2) As crianças assumem o papel de “críticos” e muitas vezes emitem opiniões sobre os livros que mais lhes agradaram, assim como sobre aqueles que as aborreceram.

3) Durante esse período, não se deve fazer na escola nenhum esforço especial na área da “educação literária”, visto que o senso estético ainda não está bem desenvolvido. A literatura estética, por conseguinte, deve ser cuidadosamente selecionada, e os livros escolhidos devem versar sobre experiências infantis.

4) O ensino diferenciado e individualizado da leitura precisa levar em conta não só vários níveis de rendimento, mas também os vários interesses. Dessa maneira, os alunos não se sentem vítimas de nenhuma discriminação, embora o mestre possa observar, à revelia deles, os diversos níveis de atingimento na seleção do material de leitura que eles fazem.

5) A formação de “panelinhas”, característica do período, deve ser aproveitada na organização de grupos de leitura. Vários grupos preparam, em separado, suas contribuições para uma “comemoração de leitura” ou para as “noites dos pais”, por exemplo.

6) Além de se dar importância às habilidades de leitura e aos grupos de leitura sobre temas especiais, é mister empregar sempre material de leitura de quantidade a fim de conscientizar melhor a criança acerca da importância que ela tem. Urge, contudo, que esse processo dependa menos da educação literária consciente do que da cuidadosa seleção do material e da habituação a ele. É preciso cuidar para que as crianças sejam desafiadas a “darem o máximo”, a fim de evitar o que costumeiramente ocorre: seguindo a lei do menor esforço, ela procura material fácil, que em grande medida, é também inferior.

d) *O sétimo, o oitavo e o nono ano de escola.* Nos anos da adolescência é importante que tanto os meninos quanto as meninas quase não percebam a presença de ajuda externa. Não obstante, eles precisam dessa ajuda mais do que em qualquer outra fase do seu desenvolvimento, porque as várias crises desse período os tornam inseguros. Para um jovem em tais condições pode ser de grande ajuda a escolha dos próprios livros.

1) Precisamos tentar inculcar nos jovens dessa idade a idéia de que os estão à sua espera, que eles poderão ajudá-los a encontrar respostas para suas perguntas e indicar soluções.

Também se deve dar atenção especial às motivações para a leitura que se baseiam nos interesses individuais dos estudantes. Através de discussões, composições e observações, descobrem-se os interesses de cada aluno e a discussão é levada a um ponto em que surge automaticamente a questão de aumentar os conhecimentos acerca de determinado assunto.

O esporte, por exemplo, interessa a muitas crianças dessa idade (e a adultos também). Os amantes do esporte dominarão livros sobre recordes mundiais, tipos individuais de esportes etc., ainda que sejam um pouco mais difíceis do que o seu costumeiro material de leitura. Os livros que tratam de animais e bichinhos de estimação também exercem uma atração especial e a leitura se integra, nesse caso, às atividades das horas de lazer.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

A leitura motivada sobrepujará, pouco a pouco, a leitura acidental. A discussão dos livros traz à luz o que o livro ofereceu a cada leitor.

2) As motivações para ler nascem de discussões sobre assuntos de ordem geral, carreiras, ou acerca de dificuldades especiais. Os jovens devem também conhecer biografias.

3) A discussão dos livros conduzira ao inventário da linguagem de que eles precisarão para o resto da vida, nas conversas sobre livros. Termos como *conteúdo*, *forma*, *temas*, *estrutura*, *idéia*, *tensão etc.* serão facilmente trazidos à baila.

4) A leitura literária e crítica desempenha um papel importante; nessas circunstâncias, é significativa a seleção que se faz entre a grande quantidade de material de leitura existente em forma de brochuras.

Os livros de bolso são livros de “dinheiro miúdo” – esse *slogan* é também um atrativo para a compra planejada de livros.

5) Um bom meio para desenvolver o interesse pela leitura nessa idade e posteriormente fortalecer esse interesse consiste em compilar com os estudantes listas de leitura que apresentam descrições curtas dos livros. Uma tarefa dessa natureza tem também um aspecto social, quando se utiliza a lista de livros a fim de comprar livros para a biblioteca ou aconselhar os pais através da associação de pais.

6) Uma visita à sala de trabalho de um autor quase sempre interessa muito a estudantes dessa idade. A classe pode escrever uma carta a um autor, indagando, por exemplo, das experiências de sua própria vida que ele contém.

7) Podem organizar-se certames para a escolha de um “livro da semana” ou de um “livro do mês”, sendo o livro vencedor afixado no quadro de avisos da escola com uma breve descrição do seu conteúdo.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

e) *Jovens e adultos*. O desenvolvimento de interesses e hábitos que terão influencia nos últimos anos de escola. Antes de qualquer coisa, porém, devemos concentrar-nos na estimulação dos interesses existentes.

Se os livros apresentarem o tipo de idéias e valores que preocupam os jovens nesta fase – isto é, questões sobre como encontrar-se a si mesmo, sobre o conhecimento do mundo, sobre uma filosofia de vida –, eles se interessarão. Os problemas e responsabilidades sociais também encontram eco. Essas questões, todavia, são de interesse fundamental para os alunos mais talentosos, e a maioria dos jovens – tem interesses muito primitivos e necessita ainda de livros de aventuras simples, como acontecia na puberdade. Quando não encontram esse tipo de livros na escola nem na biblioteca, as histórias primárias de crimes e detetives constituirão o seu único material de leitura, e isso pode perdurar toda a vida.

Tarefas e atividades especiais

1) Os jovens dessa idade também revelam interesse por trabalhos de grupos, que podem ser combinados com livros. Clubes de leitura, sobretudo clubes de livros de bolso, são muito populares entre eles.

2) Ao lidar com esse grupo de idade, o professor devesse fazer-se notar o menos possível. Permitira, por exemplos, aos alunos que travem discussões sob a liderança de um deles, discussões essas de que ele mesmo só participará como parceiro.

3) No contexto da idéia de clube, os livros também podem relacionar-se com os hobbies dos jovens e ser usados como base de discussões, exposições e outras atividades (fotografia, esporte, filme etc.). Muitas vezes, jovens de dezesseis anos, que até então mal haviam olhado para um livro, começam de repente a ler a respeito dos seus hobbies ou dos seus interesses profissionais ao descobrir que os livros lhe podem ser de grande valia.

f) Para todos os níveis. Os livros não devem ser considerados como "trabalho escolar", mas como companheiros.

Não se deve fazer tentativa alguma para “esgotar” um livro, ao discuti-lo. Os próprios estudantes precisam descobrir o que um livro tem para dizer-lhes a respeito de sua vida, de seus problemas e de suas perguntas. As discussões acerca de livros devem conduzir também ao auto-reconhecimento, e o papel do professor aqui não é o de instrutor nem o de examinador, mas o de uma pessoa para a qual os livros são importantes, que não somente quer que os alunos lhe falem sobre suas experiências com livros, mas também relata, de vez em quando, o que os livros lhe deram.

Nunca será demais repetir que os hábitos só se formam através da atividade regular. Mais importante do que toda a atividade baseada em livros, mais importante do que a melhor discussão, é a própria leitura. È preciso se tornar um princípio o pensamento de que é melhor ler por quinze minutos todos os dias do que meia hora um dia sim, outro não. È melhor ler por quinze minutos todos os dias do que meia hora um dia sim, outro não. È melhor ler meia hora um dia sim e outro não do que ler uma hora por semana, e assim por diante. A prática regular é a precondição para a formação do hábito.

Os hábitos são mais em incorporados se têm como base modelos de comportamento tirados do meio, ”idéias” apresentadas pelos pais, professores e, sobretudo, pelo grupo que o jovem frequenta. O hábito é um dos resultados mais importantes da socialização.

È claro que o hábito, atividade regular, só será realidade se o individuo sentir que vale a pena; no caso em questão, se ele se der conta do que a leitura poderá fazer pelos seus interesses pessoais, profissionais e sociais. Isso começa com a satisfação de interesses e necessidades inatas, passa percepção dos benefícios proporcionados pela leitura, para chegar finalmente a uma ligação regular com os livros. Só assim a leitura e os livros atingirão uma posição firme e permanente na hierarquia dos hábitos.

Influências educacionais e ambientais na promoção do interesse pela leitura.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

a) Promoção pelos pais. A promoção para a leitura é determinada, em grande parte, pela atmosfera literária lingüística reinante na casa da criança.

Através da educação dos pais (noites de palestras, televisão, livros especiais, conversas com o professor etc.), estes aprendem a reconhecer que o ensino da leitura começa no primeiro ano de vida da criança. Uma das primeiras coisas que as crianças devem pegar e ver são livros de gravuras. Antes mesmo que a criança seja realmente capaz de compreender o texto, os pais devem ler em voz alta e falar-lhe sobre o livro, contemplando com ela as gravuras e nomeando as coisas que nelas se vêem.

Dessa maneira, a linguagem da criança se desenvolve juntamente com o seu interesse pelos livros de gravuras, também despertarão o interesse pela leitura e assim se formará o primeiro “vocabulário ocular”, o que já é uma boa preparação para a leitura.

Favorecendo dessa maneira e através do desenvolvimento do vocabulário a prontidão para a leitura, facilita-se para a criança o começo da alfabetização. A criança será bem-sucedida, e a experiência do êxito é a melhor motivação para desenvolver o interesse. A ajuda dos pais continua a ser necessária mesmo depois que ela tenha aprendido a ler. A criança deve ser capaz de sentir o interesse dos pais pelo que está lendo, mas nunca em forma de interrogação e testes a respeito daquilo que leram.

Formar uma pequena biblioteca para a criança, com livros presenteados ou comprados com o seu próprio dinheiro, é um dos melhores meios de promover o desenvolvimento da leitura.

“Quem ama os livros deseja possuí-los;

quem os possui acaba por amá-los.

Os pais também devem diligenciar para que os filhos passem logo a freqüentar as bibliotecas públicas.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Se a mãe e o pai lerem os livros dos filhos de vez em quando, isso não só os incentivará a ler como também proporcionará uma base para discussão. Os pais poderão compreender melhor os próprios filhos e a significação dos livros para o seu desenvolvimento.

Conselhos aos pais:

1) Contar histórias e ler e filhos voz alta para os filhos com a maior frequência possível.

2) Organizar uma biblioteca pessoal para o filho, apropriada à sua idade, aos seus desejos, às suas necessidades e à fase de desenvolvimento em que ele se encontra.

3) Instruir os filhos para gastarem parte do seu dinheiro miúdo em livros (Livros de bolso são livros de “dinheiro miúdo”!).

4) Zelar para que se reserve algum tempo para a leitura no maior número de noites possível, no qual cada membro da família lerá o seu próprio livro.

5) Participar da leitura dos filhos, isto é, conversar sobre o que eles estão lendo.

6) Ajudar os filhos a reconhecer que podem aplicar e usar o que lêem; que os livros dão segurança, luz e beleza às suas vidas.

Da mesma forma que os professores, a função dos pais como modelos é decisiva, isto é, se eles mesmos gostarem de ler, induzirão facilmente os filhos a ler regularmente. O esclarecimento e as informações prestadas pelos pais são uma pré-condição do ensino eficaz da leitura. Existem inúmeras maneiras de fazê-lo, experimentadas com êxito em vários países:

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- As revistas de pais, como a popularíssima revista publicada pela Associação Suíça de Pais, ou as revistas publicadas pela Associação Norte-Americana de Pais e Mestres.
- Obras introdutórias de Nancy Larrick, Orientação para os pais sobre a leitura dos filhos, publicado nos Estados Unidos. Listas de livros comentados, semelhantes a essa, com introduções informativas, podem ser encontradas em muitos países.
- Os livros do ano para os pais, como os editados na Áustria pelo Clube Austríaco do Livro Infantil, que incluem um exame de livros recomendados para crianças, assim como artigos sobre as várias possibilidades de promoção.
- Fundamentalmente, são poucos os pais que não consideram como sua tarefa mais importante interessar-se pelo filho; muitos, porém, embora cheios das melhores intenções, perdem-se na excessiva oferta contemporânea de estímulos. Os pais, portanto, precisam dedicar mais tempo ao filho, não para lhe dar simplesmente um padrão de vida melhor, como acontecer freqüentemente, e sim para interar-se dos interesses dele e poder levá-los em consideração, jogando e lendo com o filho e comprando livros para ele.

b) *Possibilidades de promoção em escolas maternais e jardins de infância.* No jardim de infância e na escola maternal fazem-se tentativas para substituir os pais da melhor maneira possível. Fundamentalmente, os educadores têm aqui as mesmas tarefas que os pais: promover a prontidão para a leitura, ajudando as crianças a se acostumarem a ouvir e a observar livros de gravuras, ampliando o vocabulário e despertando o interesse por livros. Os meios dessa promoção devem ser um pouco alterados. No moderno trabalho pré-escolar, a criança recebe muita atenção individual, de modo que se estabelece uma autêntica situação familiar. Mas também é possível usar o trabalho de grupo para desenvolver a prontidão e os interesses de leitura.

A atmosfera da escola maternal ou do jardim de infância é de importância fundamental; gravuras nas paredes, coleções de livros de gravuras, muitas horas de relato de histórias e de folheio de livros de figuras dão à criança a sensação de que suas experiências mais agradáveis com a linguagem estão associadas aos livros.

Ainda se discute se o ensino da leitura deve ou não ser iniciado sistematicamente no período pré-escolar e no jardim de infância (ou com a assistência dos pais). Obteve-se êxito na Inglaterra, no Japão, em Israel e em outros países. Experiências feitas com o processo de iniciação da leitura bem cedo mostraram que se podem ensinar as crianças a ler com êxito depois dos três anos de idade se aplicar o método certo. Baseado em sua experiência pessoal, o autor é favorável a uma promoção cuidadosa, divertida, antes de iniciar-se a escola.

Regras principais: a fim de evitar inibições ou bloqueios, que exercem efeito negativo sobre o desenvolvimento ulterior, nunca sobrecarregue a criança. Esta, contudo, precisa ser suficientemente induzida a encontrar prazer no próprio progresso e a fazer novos esforços para que não se lhe iniba o desenvolvimento. (A regra vale também para os primeiros anos de escola.)

c) *A influencia do professor.* O professor precisa perguntar a si mesmo por que algumas crianças se tornam leitores graças aos esforços da escola e por que outras permanecem não-leitores para todas as finalidades praticas. Ele sabe que quase toda criança entra na escola com a esperança de logo poder ler. Algumas não tardam a ver satisfeita essa expectativa, mas outras são obrigadas a esperar muito tempo, e algumas desistem de esperar. O desenvolvimento das crianças em relação à rapidez e ao grau de compreensão difere enormemente e tais diferenças se acentuam ainda mais no decorrer da vida escolar.

Os professores que ministram aos alunos “pequenas doses” da importância da leitura todos os dias – em seu encontro com a literatura, como apoio ao trabalho escolar e aos interesses pessoais dos alunos em todos os assuntos escolares –, os professores que procuram dar eficácia a essas pequenas “doses de hábitos” nas atividades diárias das horas de lazer e como tarefa de casa, os professores que assim procedem sistematicamente durante toda a carreira escolar da criança, sem forçar, mas com naturalidade, terão acostumado, de tal maneira, a maioria dos alunos a trabalhar com livros que eles não desistirão mais tarde. Isto é importante, sobretudo no último ano da atividade escolar formal, quando os estudantes, pensando no futuro, se compenetram da assistência que os livros podem oferecer na profissão que planejam abraçar. Dai que o

momento mais adequado à apresentação da leitura utilitária seja ao se aproximar o fim da vida escolar. Está visto que o trabalho do professor não se limita a despertar a fé na importância dos livros e o entusiasmo por ela: cumpre que ele esteja em condições de apresentar às crianças livros específicos e é preciso, portanto, que tenha lido um número suficiente de livros infantis. Se as crianças sentirem, nas discussões travadas na sala de aula, que o professor não está apenas generalizando, senão animando-as a ler um ou outro livro, o seu contato com os alunos será fortalecido e eles não só lhe aceitarão confiantes, o conselho, como também o procurarão.

Treinamento prévio e contínuo do professor

Esta claro que a personalidade do professor e, particularmente, seus hábitos de leitura são importantíssimos para desenvolver os interesses e hábitos de leitura nas crianças; sua própria educação também contribui de forma essencial para a influência que ele exerce. Infelizmente, o treinamento do professor no período de sua formação e quando já no exercício da profissão, na maioria dos países, não dá ao papel desempenhado pela leitura a mesma atenção que dá ao ensino da ortografia ou da composição. (É possível que, nessas matérias, seja mais fácil avaliar o rendimento.)

As áreas abaixo devem ser tratadas meticulosamente durante o treinamento do professor:

- Métodos de avaliação do rendimento e do aperfeiçoamento da leitura;
- Formas modernas de trabalhar com livros (leitura na classe, leitura em grupo e leitura individual);
- Avaliação da literatura infantil e exame cuidadoso de cada um dos gêneros;
- Introdução a todos os auxílios disponíveis para o trabalho com os livros (listas de livros, literatura profissional etc.).

Uma pesquisa atualizada sobre o “efeito da leitura” (sobretudo no que concerne ao desenvolvimento do vocabulário e à melhoria do aproveitamento educacional através

dos livros, no ensino diferenciado) por certo fará com que se dê mais atenção à metodologia da leitura e ao trabalho com os livros.

Aos professores em exercício deveria ser oferecida a oportunidade de se informarem regularmente acerca dos livros infantis e da moderna pesquisa sobre a leitura, através de reuniões, cursos especiais, trabalho em grupos e seminários.

Experiências escolares realizadas na Áustria mostraram que a influência do professor pode ser decisiva no ensino da leitura, quando se compensam as oportunidades desiguais das crianças cujo processo não é estimulado em casa. Em consequência da intensiva promoção levada a efeito por professores em classes experimentais, o número médio de livros tomados de empréstimo por criança durante o ano foi de 36, cifra que, em outras circunstâncias, só os melhores leitores atingiram. Das 39 crianças dessas classes, praticamente nenhuma havia sido encaminhada para os livros em casa. As profissões dos pais eram: operários (5), funcionários e empregados (8), autônomos (5), lavadores (5), aposentados (2); 7 crianças não tinham pai, 4 provinham de famílias com muitos filhos.

Os professores também desempenham um papel importante na educação dos pais, prestando-lhes informações nas “noites dos pais” e em conversações.

Há vários temas que poderiam ser tratados em conferências pronunciadas em reuniões de pais e nas discussões que a elas se seguem: “O lugar da leitura no desenvolvimento intelectual da criança”; “Como posso ajudar meu filho a aprender a ler?”; “O livro no processo educacional”; “A leitura como entretenimento valioso”; “Os livros como auxiliares de todas as matérias escolares”; “A correta seleção do material de leitura para as crianças”; “A narração de histórias e a leitura em voz alta”; “Livros infantis – para os pais também?”; “Como reconhecer e desenvolver os interesses de leitura de nossos filhos”; “Fazer dos livros um hábito”.

d) *As bibliotecas – meios para o desenvolvimento dos interesses de leitura e do hábito de ler a meta desse desenvolvimento.* É quase impossível hoje em dia comprarmos todos os livros de que necessitamos para o nosso prazer e o nosso trabalho.

Os vários ramos da ciência também se desenvolvem tão depressa que a literatura profissional e a não-ficção logo se tornam antiquadas e precisam ser substituídas por uma nova literatura. Só uma boa biblioteca pode satisfazer a todas as exigências do leitor, e isso, em primeiro lugar, mediante um serviço de intercâmbio da biblioteca. Uma das metas principais do ensino da leitura, portanto é acostumar o aluno a utilizar a biblioteca.

A biblioteca da escola não é apenas o “aparelho de aquecimento central intelectual” da escola, mas é também o primeiro para a utilização ulterior de bibliotecas públicas. Em muitos países, naturalmente – além das bibliotecas escolares – existem bibliotecas públicas infantis ou departamentos infantis nas bibliotecas para adultos.

O problema “biblioteca escolar versus biblioteca pública” só pode ser aqui discutido rapidamente. Algumas pessoas acreditam que não se devem construir bibliotecas escolares, que é preciso, em vez disso, habituar as crianças a frequentar bibliotecas públicas desde o início.

Na república federal da Alemanha, por exemplo, a união das cidades alemãs recomendou aos seus membros que organizassem bibliotecas públicas em lugar de bibliotecas escolares. O resultado dessa atitude pode ser estudado pelo exemplo de Viena, onde, como já se disse, somente uns 17% das crianças frequentam bibliotecas públicas; quando, porém, as bibliotecas públicas funcionam no prédio da escola, a percentagem passa para 80%! As bibliotecas das salas de aula das escolas além disso, são usadas por todas as crianças, desde que os professores façam esforços nesse sentido.

Por esse motivo, foi adotada com êxito em alguns países (como, por exemplo, na Áustria), em lugar das bibliotecas escolares centrais, a solução das bibliotecas de salas de aula associadas a visitas a bibliotecas públicas. Também se discutiu em alguns estados do Estados Unidos se as bibliotecas públicas infantis devem ou não ser desativadas, em favor das bibliotecas escolares do que das bibliotecas públicas.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Entretanto, é tão importante aprender a usar a amar a biblioteca que julgamos proveitoso colocar ambas as formas as alcance dos jovens – a biblioteca escolar (contida, em parte, na biblioteca da sala de aula) e a biblioteca pública.

A tarefa primordial da biblioteca da sala de aula é complementar o ensino e proporcionar oportunidades para o uso de livros de consulta e não-ficção. Muitos professores também acham que a coleção da sala de aula deve incluir apenas livros cuja leitura cause prazer, de modo que possam levar, com maior facilidade, os estudantes a ler por interesse, e não por obrigação.

É verdade que uma atividade cuja importância se tornou evidente por si mesma também pode despertar interesse. Muitas crianças britânicas, por exemplo, certamente não se sentem entusiasmadas com a leitura obrigatória extensa, a redação de considerações sobre livros etc.; mesmo assim, o fato é que há poucos países em que se lê tanto quanto na Inglaterra. Essa referência a evidência por si mesma e à obrigação não deve ser considerada uma negação da importância do interesse e do prazer na leitura. Entretanto, quando é especialmente difícil despertar o interesse pela leitura, por serem muito mais fortes os outros interesses, muitas vezes convém que o professor esteja convencido de que todas as crianças devem usar a biblioteca da sala de aula e trabalhar com ela. A princípio, talvez, só em trabalhos escolares; mas depois os estudantes devem acabar lendo livros em casa ou trabalhando com eles.

Infelizmente, a biblioteca escolar ainda não se tornou um fato aceito em muitos países. Até nos Estados Unidos 50% das escolas não tem biblioteca. Desde que uma biblioteca de sala de aula não inclua livros em número suficiente para satisfazer a todos os níveis de interesses, necessidades e desenvolvimento dos estudantes, também é imprescindível a biblioteca escolar central. E aqui, naturalmente, as crianças devem aprender a técnica da biblioteca, isto é, como usar os vários catálogos etc.

A principal deficiência de muitas bibliotecas escolares é não oferecerem escolha suficiente. As crianças têm de pegar o que encontram, e, quando o livro não se ajusta aos seus interesses, sentem-se decepcionadas; em lugar de desenvolver-se, os hábitos de leitura são prejudicados.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Muitos entendidos em bibliotecas escolares, isto é, membros da Associação de Bibliotecas escolares, são de opinião que uma boa biblioteca escolar deve ter, pelo menos, dez livros por criança.

A biblioteca pública. O número de pessoas que se utilizarão de bibliotecas públicas no decorrer de sua vida dependerá muito de haverem ou não sido apresentadas a elas em sua juventude e da maneira como isso aconteceu, assim como da maneira como, em casa, essas pessoas foram levadas a sentir-se em relação a bibliotecas. Só umas poucas crianças vão por si mesmas à biblioteca por sugestão da família. É necessária a apresentação inicial, assim como a promoção regular do interesse. Em muitos países, uma expedição da classe à biblioteca proporciona a primeira apresentação, quase sempre combinada com a narração de histórias e horas de leitura, e com palestras de bibliotecários sobre a maneira de utilizar a biblioteca. As crianças também podem arranjar um cartão para empréstimo.

O orçamento destinado à propaganda dá uma boa idéia da importância que as autoridades públicas conferem à biblioteca. A biblioteca que vive e cresce precisa estar sempre conquistando novos leitores, sobretudo leitores jovens. Nos países em que o trabalho de biblioteca é altamente desenvolvido, organizam-se várias espécies de acontecimentos para colocar as crianças em contato com os livros: horas de histórias, relatórios sobre livros, comemorações literárias, exposições de livros, grupos de discussão, leitura feita por autores etc. Tais programas se destinam a apresentar livros ainda não conhecidos pelas crianças, a recomendar material para a leitura pessoal e a aprofundar a compreensão dos livros já conhecidos. A meta principal é despertar o interesse e o prazer da leitura e fazer dela um hábito. Tais eventos são anunciados por meio de cartazes, circulares, anúncios em jornais e anúncios feitos na escola. Seu êxito depende do planejamento e da preparação.

A hora das histórias. O objetivo da hora das histórias é a familiarização com a literatura. Como ouvir é mais fácil do que ler e como o leitor ajuda a tornar compreensíveis o significado e o caráter do texto com a voz e a expressão facial, até os que não gostam de ler se sentirão encantados.

Depois que à hora das histórias houver despertado o interesse das crianças pelos livros de um autor, elas, decerto, haverão de querer outros livros do mesmo autor.

Leituras feitas pelos autores. Está claro que estas não poderão ser tão freqüentes quanto às horas de histórias, mas se um autor substituir o leitor costumeiro em certas ocasiões, as crianças, muitas vezes, lhe comprarão os livros para que ele os autografe. Depois hão de querer também pedi-los emprestado.

Exposições de livros com discussões. A apresentação de um grande número de livros – espalhados sobre uma mesa ou mesmo sobre tabuas – é particularmente eficaz. O bibliotecário, em primeiro lugar, diz algumas palavras sobre os livros: Qual foi o critério da seleção – por assunto, hobbies etc.? Também podem ser expostos grupos de livros sobre determinados assuntos – cavalos, expedições polares, exploração do espaço sideral etc. em regra geral, todavia, se expõem as últimas aquisições, para mostrar às crianças que a sua biblioteca é um organismo vivo. O bibliotecário descreve em poucas palavras cada livro, talvez também indicando os leitores a quem ele pode interessar mais. Em seguida, as próprias crianças folhearão os livros.

Discussão sobre os livros. Aqui também existem diversas possibilidades. Uma simples obra “polemica” pode ser introduzida no meio de uma discussão (realizada, de preferência, entre adolescente, mais do que entre crianças) ou vários livros são comparados durante a discussão (p. 87).

4.9 ATIVIDADES PARA PROMOVER O INTERESSE PELA LEITURA

Para que se revelem vantajosas a pesquisa no campo da leitura e a experiência do ensino moderno da leitura, é preciso encontrar meios de aplicá-los no trabalho prático. São necessárias as atividades que põem os jovens em contato direto ou indireto com livros, sobretudo na escola, na biblioteca e nos grupos de jovens. Começaremos com as atividades já mencionadas:

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

a) *Leitura em voz alta e relato de histórias.* A leitura em voz alta e o relato de histórias que ofereçam vigorosa motivação para a leitura pessoal são empreendidos com facilidade na escola, nas bibliotecas, nas creches e nos jardins de infância. Ler em voz alta uma história até chegar a um trecho emocionante, de modo que a expectativa da criança seja de tal forma despertada que ela queira continuar lendo por conta própria, é um método que tem tido muito êxito. Na Áustria ele encontrou variações especiais nos programas de “indução à leitura”:

b) *Mostras de livros com discussões.* Na casa de livros infantis de Moscou realizam-se mostras regulares de livros, em que o bibliotecário apresenta diversos livros interessantes ao mesmo tempo.

c) *Autores lêem trechos de suas obras.* O contato pessoal com o autor aumenta o interesse. O internacionalmente conhecido autor de O dia da bomba, Karl Bruckner, descobriu que cerca de 70% do público jovem que lhe deu livros para autografar ainda não os lera, mas planejava fazê-lo depois de conhecê-lo pessoalmente, escolas e jardins de infância.

d) *Cursos, reuniões e outros acontecimentos informativos sobre o conteúdo da leitura das crianças.* Os livros deveriam ser levados em maior consideração tanto no treinamento prévio do professor quanto quando no exercício da profissão, assim como na educação dos pais. Reuniões e seminários, geralmente combinados com exposições e discussões, são altamente recomendados, e o campo de ação não deve limitar-se ao trabalho na escola e na biblioteca, mas deve também incluir o trabalho em grupos de jovens, clubes e nos meios de comunicação de massa.

5 ESTUDO DE CASO

5.1 INTRODUÇÃO: A LEITURA E A FORMAÇÃO DE LEITORES

Esse trabalho visa á formação de um leitor, consciente e capaz de criar seu próprio significado e, também, que possua autonomia para criar e recriar o seu pensamento, pois, a leitura é o processo pelo qual o leitor realiza um trabalho, ativo de interação, compreensão e interpretação, a parte de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que se sabe sobre linguagem.

Para tal, existem características fundamentais no processo de leitura a capacidade que o leitor tem de avaliar, de monitorar a qualidade de compreensão do que está lendo. Dito isto, verifiquei se o leitor recebe subsídios adequados para se tornar um bom leitor, ou seja, aquele que é capaz de adequar os dois tipos de processamentos, isto é, confrontar os dados do texto percorrendo as marcas deixadas pelo autor, com os conhecimentos prévios socialmente adquiridos, de modo a construir o sentido do texto através da interação texto x leitor x autor. Nessa visão interacionista, em que o leitor somente percorre o texto na busca das respostas, o leitor passa a ser visto como um sujeito ativo porque cabe a ele não só a tarefa de descobrir “o significado” do texto, mas de inferir sentidos a partir de sua interação com o texto.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Desse modo, irei observar como são abordados os tipos de leitura na turma de 4º ano, pois a motivação está ligada a uma leitura presa que limita a reflexão do aluno na construção de sua própria interação. Neste contexto, o leitor é submetido a responder questionários com, base em respostas “fechadas”, direcionado, desse modo as respostas, incapacitando-o desenvolver sua própria reflexão, sua construção de seu significado, ou seja, limitando-o.

Meu objetivo, com esse estudo, encontrar o motivo pelo qual, se ensina tanto a ler e não consegue formar leitores e não atinge a excelência na interpretação de textos, consequência de falhas na aquisição do significado.

Uma leitura tem que ser uma espécie de trabalho de busca por informações, conhecimentos e interesses em comum; não uma simples decodificação de códigos.

A partir daí, focalizarei a maneira como a leitura deve ser trabalhada a fim de formamos leitores com capacidades autônomas, de se guiarem, no processo da leitura.

A relevância do aprendizado da leitura é inegável. Não encontramos teoria, nem mesmo propostas práticas, que neguem a importância do aprender a ler e todas as suas implicações em termos do desenvolvimento escolar, cognitivo, social e emocional das crianças. Exatamente por reconhecer este papel fundamental da leitura é que a escola a coloca como um dos principais objetivos de sua ação educacional. Contudo, formar leitores, propriamente ditos, adquire um valor que não se restringe unicamente ao desempenho acadêmico. Sua importância reside, essencialmente, fora do âmbito escolar. É por esta razão que uma das principais missões atribuídas à escola é exatamente a de formar leitores capazes. Não é difícil concordar com a afirmação de que quando isso não acontece, a formação não terá tido sucesso.

O motivo de tal fracasso é simples de se compreender, uma vez que a maior parte do conhecimento que alguém pode obter em sua vida será através da leitura, principalmente fora da escola. Portanto, qualquer falha ou distorção na constituição de leitores, limita suas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Ler corresponde a um ato de extrema complexidade, envolvendo processos perceptuais, lingüísticos, cognitivos, comunicativos e também afetivos. Aprender a ler, portanto, não se reduz á capacidade de decodificar e dar sentido ás palavras. Mais especificamente, juntamente com o aspecto que podemos considerar cognitivo da leitura, deve ser levado em conta o elemento afetivo em relação a ela. Neste sentido, tem sido apontado que um dos aspectos mais relevantes da alfabetização é exatamente o de formar uma atitude afetiva favorável frente ao ato de ler, a qual possa garantir prazer e gosto pela leitura e o prazer de estar sempre motivado.

Julga-se necessário apontar ainda que, ao lado do analfabetismo funcional, podemos encontrar uma parcela significativa de crianças em idade escolar que apresenta reais dificuldades para aprender a ler ou escrever. Elas compõem o grupo de crianças com distúrbios de aprendizagem, no qual se incluem as alterações clássicas do desenvolvimento, como as deficiências mentais, os distúrbios invasivos, os quadros neurológicos, as deficiências motoras e assim por diante. Como fica evidenciado, existem razões diversas que podem prejudicar aprendizagem da linguagem da linguagem escrita. Dada tal realidade, nem todos conseguem usufruir as vantagens e até mesmo o prazer proporcionado pela leitura, como é o caso da aquisição de informações, conhecimentos e idéias, de experimentar sensações de prazer e diversão.

5.2 METODOLOGIA

Será aplicado questionário, com 19 questões a respeito de hábitos e atitudes em relação à leitura em uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental, de ambos os sexos, com idades que variam entre 8 a 12 anos, cursando desde a primeira série até o 4º ano do ensino fundamental regular, em uma Escola Municipal da rede de Curitiba PR. O presente estudo desenvolveu-se por meio da pesquisa qualitativa, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla no cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada. Assim, Ludke & Andre (1986, p.11) postulam que:

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento (...). A pesquisa qualitativa tem o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo campo. O significado que as crianças atribuem á realidade que os envolve e ás suas ações. A observação participante é muito útil para se descobrir aspectos novos de um problema.

Segundo Ludke & André (1986, p.30):

Os focos de observação nas abordagens qualitativa de uma pesquisa são determinados basicamente pelos propósitos específicos do estudo, que por sua vez derivam de um quadro teórico geral, traçado pelo pesquisador. Com esses propósitos em mente, o observador inicia a coleta de dados buscando sempre manter uma perspectiva de totalidade, sem se desviar demasiado de seus focos de interesse.

Paras isso, é particularmente útil que ele oriente a sua observação em torno de alguns aspectos, de modo que nem termine com um amontoado de informações irrelevantes nem deixe de obter certos dados que vão possibilitar uma análise mais completa do problema.

Segundo Ludke & André (1986) as vantagens que a pesquisa qualitativa oferece no âmbito da educação permite conhecer a realidade numa dimensão que o fator humano se apresenta na escola.

Questionário Informativo, que se integram o questionário respondido pelos alunos da sala do 4ºano. Gostaria que você respondesse as perguntas abaixo, fornecendo o máximo de informações possíveis. Caso seja necessário, acrescente informações adicionais.

Série:- 4º ano Idade 8 e 12 anos

1)Você gosta de ler: muito () mais ou menos () nada ()

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

2) Funções da leitura(O que você lê).

a) função unicamente()

b) escolar e acadêmica ()

c) função informativa ()

d) função de lazer ()

3- Pede para comprar livros: ”sempre” às vezes “nunca.

a) sempre ()

b) às vezes ()

c) nunca ()

4). Lê outras coisas além do que a escola manda:

a) () sim b) () as vezes c) () não

5. Frequência de leitura extraclasse: ”todos os dias não regularmente “nunca. O que sente quando lê: ”prazer/interessante e “chato/cansativo.

Revistas, jornais ou revistinhas de quadrinhos ()

Somente os textos que a escola manda ()

Revistas em quadrinhos ()

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Revistas em geral ()

Jornais ()

Livros ()

Mensagens e textos da Internet ()

Folhetos, cartazes de propagandas, embalagens de produtos, instruções ()

6- Que tipo de texto (leitura) é mais difícil de entender?

Livros didáticos (textos escolares) ()

Livros não didáticos ()

Revistas em quadrinhos ()

Jornais ()

Sem respostas ()

7) Quando você leva lição ou mesmo estudado ou fazendo lições escolares, seus pais precisam ler para que você entenda o que está escrito?

Sim

Não

Às vezes

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

8)- Seus pais e toda sua família explicam para você por que é importante aprender a ler?

Sim()

Não ()

9)- O que sua família fala em relação á importância de ler?

Finalidade cultural: para ter acesso ao conhecimento, á informação

Finalidade profissional: para ter um bom emprego

Finalidade acadêmica: para ir bem no colégio

Finalidade de lazer: para ter prazer

Finalidade lingüística: para ler, escrever, falar, interagir, produzir

Sem respostas ou respostas não categorizáveis

10- Para você o que é ler?

Aprendizagem e informação

Conhecer a língua: ler as palavras, para produção de textos

Conhecer as letras

Atividades ligadas ao lazer e outros

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

valores positivos que te motiva

Atividade vista como negativa:

Cansativa, chata, sem motivação

Não sabe refletir

11- Quais são as pessoas de sua família que tem o hábito de ler em sua casa?

Pai ()

Mãe ()

Irmãos ()

Sem respostas ()

Todos os dias ()

Quase todos os dias ()

Às vezes ()

Nunca ()

12-Com que frequência seus familiares costuma fazer leituras, estime uma média?

a)() diariamente

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

- b) () quatro vezes por semana
- c) () três a quatro vezes por semana
- d) () duas vezes por semana por semana
- e) () uma vez por semana
- f) () menos de uma vez por semana
- g) () uma vez por mês

13-Quais os tipos de textos que seus familiares gostam de ler com mais frequência?

Cite o que você lembrar.

14-Você tem um assunto preferido para ler?Qual se for mais de um assunto, quais?

15-Você considera um bom leitor? Por quê?

16-Para você, o que é ser um bom leitor?

17-Em que nível de leitura você se considera estar?

() baixo

() médio

() alto

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

18) Você procura ampliar o seu universo de leitura buscando textos com um nível maior de informação ou de dificuldade?

19- Como é sua atitude frente às atividades de interpretação de textos? Você responde as questões:

a) Procurando compreender a mensagem do texto. ()

b) Procurando compreender somente a questão que precisa responder, não se preocupando com outras informações aqui que podem estar relacionadas a ela ().

c) De outra forma. Qual? ()

5.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO 4ANOº DO ENSINO FUNDAMENTAL I, DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REGIÃO DE CURITIBA-PR.

5.3.1 Discussão

As respostas obtidas a partir do questionário permitem a análise de um conjunto de atividades e hábitos de leituras escolares do quarto ano do Ensino Fundamental I, desta forma, a obtenção de um perfil de leitores em formação.

As respostas às questões foram agrupadas de acordo com aqueles aspectos que elas mais evidenciam como é o caso de atitudes e sentimentos frente à leitura; sistematicamente e frequência; motivação e interesse; tipos de textos lidos; compreensão; concepções sobre a leitura; modelos de leitores e algumas atitudes incentivadoras por parte dos pais.

Aspectos Relativos a certas atitudes e sentimentos Frente À Leitura.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Determinados aspectos afetivos dos sujeitos frente ao ato de ler ficam evidentes nas questões.

Mais da metade das crianças afirmam que gostam muito de ler.

“Por outro lado, cerca 4,7 mostra sentimentos menos favoráveis, caracterizados por gostar “pouco” e nada”.

Se somarmos este segundo grupo àquele dos que gostam “mais” ou “menos,” encontrei dos sujeitos revelando um envolvimento com conotações negativas, os quais refletem graus variados de restrições em relação a leitura. Dentre eles, uma porcentagem significativa afirma, explicitamente, que ler é uma atividade “cansativa ou chata”. as leituras que a escola propõe nos livros didáticos.

Estes achados merecem uma atenção e cuidados especiais, como têm sido apontadas, muitas pessoas, apesar de alfabetizadas e até mesmo de terem completado etapas educacionais mais elevadas, não se tornam leitoras, elas acabam por não se tornarem leitoras de fato.

Elas acabam por não desenvolver uma atitude positiva ou favorável frente ao ato de ler, faltando-lhes o sentimento de prazer nesta situação. Todos aqueles envolvidos com a educação e com o desenvolvimento infantil devem ter em mente que a leitura prazerosa e o gosto por tal atividade devem ser considerados aspectos dos mais relevantes na alfabetização.

5.3.2 Frequência e sistematicidade de leitura

A frequência, e também o interesse pela leitura, podem ser relacionadas com as perguntas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 13, 14. Apesar de os sujeitos afirmarem que não se limitam a ler somente os textos que a escola indica, vi que somente 3, 9% respondem que estão acostumados a ler fora da escola todos os dias, ou seja, que não são leitoras sistemáticas ou assíduas. Embora muitas crianças possam estar realizando leituras diversificadas, a

maior parte tende a fazer-lo de modo não sistemático,respondendo que lêem somente “as vezes”.

Torna-se claro que certas respostas evidenciam atitudes que revelam baixo grau de envolvimento com a leitura: “nunca” ler fora da situação escolar () e não ler nada além daquilo que a escola manda().

5.3.3 Interesse e motivação

Certos interesses, que revelam a motivação dos sujeitos pela leitura, podem ser vistos a partir das respostas às questões 3, etc.Neste sentido,um bom indicador pode ser o fato de solicitarem aos pais que comprem livros .Entretanto,somente dos sujeitos afirmam fazer tal pedido de forma sistemática.Uma parcela,que parece significativa()refere nunca haver feito tal solicitação.Por outro lado,a ida a livrarias e a bancas de revistas também não é um fato sistemático.A maior parte refere ir “às vezes”.

Causam surpresas as afirmações de 37,7% dos sujeitos que referem nunca terem ido a uma livraria e 13,3% que afirmam não terem ido, até então, a uma banca de jornal e revistas. Para a maior parte dos sujeitos, a ida ao jornaleiro tem como finalidade a compra de revistas, jornais e revistas de quadrinhos. Por outro lado, para algumas crianças, a visita a tal local pode estar limitada á de outras “outras coisas”, que são para ler.

A análise destas questões indica que poucos sujeitos parecem ter a postura ou hábito de, sistematicamente, solicitar material para leitura.

A maioria, ao que parece, fica mais na dependência do que lhes é ofertado, sem tomar a iniciativas de escolher e pedir o que gostariam de ler. Alguns dos predados do que se pode considerar um bom leitor diz respeito á capacidade de escolher o próprio material de leitura á obtenção sistemática de livros e ao fato de sempre conseguir tempo para ler.

5.3.4 Tipos de textos mais frequentemente lidos

Preferentes de leitura puderam ser pesquisadas a partir das perguntas 5,6, 13,14. Em seguindo lugar, vêm os livros, seguidos por folhetos, cartazes, instruções e, juntamente, as revistas em geral. A Internet, por sua vez, parece ter aberto novas opções de leitura.

Chama a atenção o fato de os jornais serem os últimos colocados nesta escala de preferência. Isto é indicativo de que este tipo de texto não atrai estes jovens leitores, embora seja prática comum, em muitas escolas, a proposta de leitura de jornais. Contrariamente, embora as leituras em quadrinhos sejam nitidamente o tipo de texto mais lido, é comum encontrar escolas que são desfavoráveis a tal tipo de leitura.

No caso de livros, como pode ser visto pelas respostas do questionário, os preferidos são: gibis, Historinhas, livros diversos, Fábulas, livros com ilustrações, Conto Fadas e a Bíblia estão. Entretanto, para uma pequena minoria, a preferência está centrada em ajuda nos livros sem ilustração porque, curiosamente, segundo os sujeitos, a ausência de ilustrações aumenta o volume do texto. Este parecer ser um indicador de leitores provavelmente mais hábeis para lidar com o conteúdo de textos, sem apoio de imagens.

5.3.5 A compreensão dos textos

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Os dados referentes às questões 6, 10, 18, 19 permitem algumas reflexões a respeito da compreensão de textos. Para a maior parte das “crianças difíceis de entender”. Nesse sentido, dentre os diversos tipos de textos, os jornais são apontados como os mais difíceis. Este fato pode, de alguma forma, ser uma razão importante para que os jornais ocupem uma das últimas posições em termos de preferências de leitura..

Ainda quanto à complexidade da compreensão, os livros didáticos vêm em segundo lugar. São apontados como sendo de leitura mais fácil os livros não didáticos e, principalmente, as publicações em forma de quadrinhos. Os sujeitos referem que as revistas não são difíceis de entender, podendo ser levantada a hipótese de que, frente a este tipo de material de leitura, eles fiquem mais presos às ilustrações e fotos do que ao texto propriamente dito.

Quanto às dúvidas que a leitura possa trazer, a maior parte das crianças ainda refere que não precisa de ajuda para entender, o que lêem quando estão fazendo a lição de casa. Este item pode ser um indicador de nível de compreensão de leitura, caso a criança tenha, realmente, uma preocupação em entender o que está fazendo. Por outro lado, o índice de 32% de sujeitos afirmando necessitar de ajuda sistemática, pode estar indicando dificuldades para a aprendizagem da leitura ou limitações quanto aos conteúdos abordados.

Compreender o que está sendo lido não se resume a um processo de decodificação eficiente.

A compreensão depende também de fatores como o conhecimento sobre o assunto lido e de habilidades lingüísticas em nível lexical, sintático e pragmático. Por sua vez, as respostas das crianças ao questionário mostram que também deve ser levado em consideração o tipo de material para a leitura a ser oferecido (livros, quadrinhos, jornais, revistas). Deve-se considerar que os textos, tendo em vista suas características gráficas, podem ser em maior ou menor grau, facilitadores da compreensão.

5.3.6 Algumas idéias a respeito da leitura

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

A maior parte, ou seja, quase todos os alunos afirmam que seus pais falam sobre a importância do ato de ler, conforme a questão 8. Assim sendo, é surpreendente que destas crianças. Dentre as que responderam, evidente uma possível ênfase familiar na importância da leitura como uma questão ligada a aspectos sociais (ter acesso ao conhecimento, à cultura), ao sucesso profissional(e mais tarde ter um bom emprego) e acadêmico(englobando “ir bem no colégio” e “para ler melhor, escrever, falar, interagir, produzir melhor”).

A leitura, como uma atividade ligada ao lazer, ou seja, como algo que pode causar prazer é assim vista somente por uma pequena minoria (1,3%).

Este dado parece ser um objeto ou bem social, ela tem sido concebida, com muita ênfase, como um objeto escolar. A esta visão meramente acadêmica pode-se também acrescentar, a partir das respostas dadas pelas crianças estudadas, uma forte concepção da escrita como um meio para se obter, no futuro, sucesso em uma profissão.

Quando solicitadas, na questão 9, para que dessem suas próprias opiniões, dentre os que conseguiram elaborar respostas, encontrei uma maioria concebendo a leitura também em termos culturais e acadêmicos(aprendizagens e informação, para conhecer a língua). Por outro lado, neste item do questionário, há um aumento de afirmações a respeito da leitura como uma atividade ligada ao lazer. Encontrei ainda, uma pequena porcentagem de crianças que, ao invés de dar uma definição para a leitura, expressa sentimentos de aversão a ela. Ainda, de modo coerente com a tendência observada na questão observada na questão anterior, um número significativo de crianças que soube dar respostas, levando a crer que, para muitos, ainda não está claro o que é a leitura, seus usos e possíveis funções no dia- dia. Apesar de viver situações formais(no âmbito escolar) e informais de leitura(o que vêem e aprendem fora do contexto da escola), um número de alunos não está conseguindo compreender as funções e finalidades variadas que a leitura pode alcançar.

5.3.7 Modelos de leitores

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Em geral o número de crianças vive em diferentes situações nas quais têm contato com outros leitores que podem estar servindo de modelos para elas. A maioria afirma que vê ambos os pais lendo e até mesmo os irmãos mais velhos, havendo maior referência à figura materna, com uma porcentagem de 89%,9, enquanto os pais (figuras masculinas) fica com um percentual de 11,1%. Conforme os dados indicam, elas parecem vivenciar a leitura com as mães e os irmãos mais velhos em casa.

Quando as crianças falam de suas mães, a questão 11, também se somado os itens “todos os dias” “quase todos os dias” “podem estar tendo, nelas, modelos sistemáticos de leitor.

Por outra parte, para os demais, elas estariam sendo menos sistemáticas e até mesmo nulas, conforme a dos alunos.

De acordo com pesquisa realizada com os alunos, as mães aparecem liderando, como modelos mais sistemáticos na dupla de pais. Embora a razão para tal diferença não tenha sido pesquisada, algumas hipóteses, para futura comprovação, podem ser formuladas. As crianças têm menos oportunidade de ver seus pais (masculino) lendo porque eles podem estar no trabalho, enquanto um número de mães pode observar seus filhos e acompanhar durante a realização das atividades extraclasse e nos momentos de leituras.

5.3.8 Preferência de leituras e disponibilidade de textos

Os tipos de textos adquiridos pela família e que se encontra disponíveis em casa para ler é o que pesquisa a questão 13, Os mais citados são jornais e revistas diversas, a Bíblia Sagrada os quais aparecem praticamente juntos em primeiro lugar. A Bíblia Sagrada tem sua liderança em primeiro lugar, com 39,5%, das aquisições e as revistas em quadrinhos alcançam 9,2%. Por outro lado, foram encontradas 2,4% de crianças afirmando que seus pais não adquirem nenhum tipo de material para leitura. É possível observar, a partir destes dados, que as crianças encontram predominantemente à sua disposição, textos na forma de jornais e revistas, Bíblia Sagrada, que diz respeito às

preferências de leitores adultos, no caso dos pais. Por sua vez, as revistas em quadrinhos, que correspondem a um dos tipos de textos prediletos das crianças, têm um número significativamente menor de compra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que a pesquisa realizada em uma Escola da Municipal no Município de Curitiba Paraná trouxe-me resultados significativos acerca das questões da Leitura nas séries iniciais e a Prática Pedagógica do Curso de pedagogia. A experiência obtida com o trabalho relevante em todos os aspectos educacionais.

O estudo demonstrou que a maioria dos pais mesmo com restrições demonstra participar em casa e em parceria com a escola, das atividades escolares dos seus filhos, estando mais conscientes dessa parceria com a escola. Os interesses dos pais parecem estar voltados, principalmente, para a aprendizagem da criança e incentivo a leitura como ascensão social.

Considero ainda que o universo da criança por ter, como primeiro referencial, o contexto familiar e, à medida que ela se desenvolve, ele se amplia através de novas relações de amizade que acontecem de forma muito significativa no contexto escolar isto favorece a construção do conhecimento. Além disso, a leitura é tão importante na formação da criança que deve ser dirigida por pais e professores no sentido de se tornar

uma atividade cotidiana da criança, até que ela própria faça por livre e espontânea vontade, sendo uma fonte de prazer.

Os resultados obtidos neste trabalho permitem algumas conclusões em relação ao perfil de leitor que caracteriza a classe estudada, levando em consideração um conjunto de atitudes, hábitos e aspectos familiares que puderam ser constatados através do questionário aplicado na classe de seus filhos.

Os sujeitos desta pesquisa, em sua grande maioria, têm oportunidade de viver situações, que no geral, são consideradas favoráveis para a formação do que se considera um leitor, entre elas as condições econômicas, o contato com outros leitores e a possibilidade de escolarização.

Constatou-se, por outro lado, uma parcela dos sujeitos apresentando características gerais que podem ser consideradas favoráveis em termos de sua formação como leitores, como é o caso da frequência de leitura, da diversidade de textos lidos e da demonstração de prazer de prazer e interesse por tal atividade. Desta forma, uma parte dos sujeitos aqui pesquisados poderia ser considerada como “bons leitores”.

Entretanto por outro lado, a maior parte deles revela-se como leitores menos sistemáticos, com restrições em termos de seus interesses e envolvimento afetivo com a leitura.

Embora não estejam sendo considerados como “maus leitores”, o que os caracteriza é uma atitude de envolvimento afetivo e cognitivo somente parcial com a leitura. Tais achados indicam que não basta à criança ter uma situação econômica mais privilegiada, ter a presença de leitores na família e ir para uma escola, mesmo que seja da rede privada de ensino, para ter garantida sua formação como leitora, no sentido que está sendo discutido neste trabalho.

Pode-se pensar na importância de alguns aspectos qualitativos de tais condições, como ficou evidenciado nesta pesquisa. Neste sentido, uma grande parte dos sujeitos

parece não ter conhecimentos suficientes que permitam chegar a uma concepção, mais clara, do que é ler, de quais são seus usos e funções sociais.

Nas respostas melhor formuladas nota-se a influência de uma concepção escolar de leitura, ou uma idéia de que ela será importante no futuro, para garantir uma boa profissão, sendo que ambas podem ser consideradas como visões parciais ou distorcidas da realidade.

O papel que pessoas significativas podem desempenhar na medida em que sirvam de modelos de leitor para a criança parece bastante claro. Entretanto, há que se levar em consideração a sistematicidade de leitura, o tipo de texto que costumam ler, a qualidade literária dos mesmos é muito importante, o modo como apresentam a leitura e como envolvem a criança com esta atividade. Nem sempre uma criança tem a oportunidade de ver, de modo mais sistemático, seus pais lendo, na maior parte das vezes elas tem em mãos textos que não são atrativos para ela e, em geral, não criam situações que a envolva com a leitura que estão realizando. Por sua vez, o tipo de material de leitura que parece mais disponível nas casas refere-se a textos de maior interesse para os adultos e não para as crianças.

De modo geral, pode-se considerar que os esforços para desenvolver nas crianças hábitos e atitudes favoráveis em relação á leitura, tornando-os bons leitores, dependem de vários fatores, sendo de fundamental relevância o papel da escola e da família. No entanto, para atingir tal objetivo, há de se considerar os usos e funções que escola e família atribuírem á leitura, o modo como envolvem a criança em tal atividade, a disponibilidade de textos, os hábitos da própria família, assim como a diversidade e os tipos de textos que a elas são oferecidas.

Entretanto, por outro lado, a maior parte deles revela-se como leitores menos sistemáticos, com restrições em termos de seus interesses e envolvimento afetivo com a leitura.

Além do mais, o fato de poucos pais terem por hábito realizar leituras para seus filhos e, de modo mais freqüente, adquirem livros para eles, confirma que suas atitudes

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

em relação á formação de leitores tendem a ser pouco incentivadoras. Este dado também pode ser indicador de que, no meio destes sujeitos, a leitura pode não fazer parte da tradição cultural.

Considerando-se a ausência de efeitos positivos a partir da situação familiar e da situação de intervenção escolar, os dados obtidos apontam para o fato de que não estão sendo construídas condições eficientes que possam aumentar a produção de nos leitores.

A pesquisa foi realizada com 29 alunos, de ambos os sexos, com idades entre 8 e 12 anos, cursando em período normal desde a primeira série até o quarto ano do Ensino fundamental em uma escola Municipal do estado do Paraná.

Todas as crianças, orientadas pela pesquisadora, responderam a um questionário composto de 19 questões. Na primeira parte, elas referiram a si mesmas, respondendo a questões a respeito de seus hábitos e atitudes frente á leitura. Na segunda parte apontaram características de seus próprios pais em relação ao ato de leitura. Neste estudo, tomou-se como referência a visão das próprias crianças a respeito de si mesmas e de seus pais. As respostas obtidas permitiram descrever um conjunto de atitudes e hábitos de leituras dos sujeitos e de suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Maria, da Piedade. (2012). *Metodologia Científica*. Lisboa: Escolar Editora.

Amaral. A. L.(2002). *A Adjetivação do professor: Formação de professores: Políticas e Debates*. Campinas, SP.

Anderson, R.C. Santos, Ana Maria Martins da costa; Sousa, Renata Junqueira de. (2011) *As estratégias de leitura; atividades práticas no cotidiano escolar*. Porto Alegre: Mercado das Letras

Antonio. N. (2009). *Professores Imagens do Futuro Presente*. EDUCA, Lisboa, Instituto de Educação de Lisboa.

Artigo por Colunista Portal-educação - *O Que são intervenções pedagógicas?*

Bamberger, Richard. Como incentivar o hábito de leitura;

Bloom, Harold. (2001). *Como e por que ler*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Bolsan. D. P. V. (2002). *Formação de Professores: compartilhando e reconstruindo Conhecimentos*. Porto alegre: Mediação.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

_____. (1990). Alfabetização, encanto ou desencanto no aprender. *Cadernos da Aplicação*. Porto Alegre.

_____. (2003-2005). Atividades diversificadas em sala aula: Compartilhando e reconstruindo saberes e fazeres sobre a leitura e escrita. *Projeto de Pesquisa Internacional e Integrado*. Registro no GAP n. 13964, CE/ UFSM.

Carneiro. M. A. (1998). *Leitura crítico-compreensiva*: artigo. Petropolis. RJ

Chalita. G. (2004). Os atores do processo educacional. *In Educação: A solução está no afeto*. SP

Condemarim, Felipe Allende Mabel. (2005). *A Leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento*; 8ª ed. Porto Alegre: Artmend,

Cunha. M.I. (2008). *O bom professor e sua prática*. Campinas, SP.

DAMIS, Olga Teixeira. (2002). *Formação pedagógica do profissional da educação no Brasil: uma perspectiva de análise*. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia. (Orgs). *Formação de professores: políticas e debates*. Campinas, cap.4. Papyrus, SP:

Delors, Jacques (org). (2003) *Educação: um tesouro a descobrir*. 8ªed.. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO.

Demo, Pedro. (2004). *Educação e Qualidade*. 9ªed..Campinas: Papyrus.

Ens, Romilda Teodora; Behrens, Marilda Aparecida. *Políticas de formação do professor: caminhos e perspectivas*. 4ªed. Curitiba: Champagnat – PUCPR..

Fazenda, Ivani Catarina Arantes. (2002). *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. 5ªed. São Paulo: Loyola.

Fernandes, Maria. E.A, A. (1997). A formação inicial e permanente do professor. *Revista de educação AEC*, ano 26, nº102, p. 97-121.

Ferreiro, Emília. (1990). *A escrita antes das letras*. In: SINCLAIR, Hermine (Org.). *A produção de notações na criança*. São Paulo: Cortez.

_____. (1992) *Com todas as letras*. São Paulo: Cortez.

Ferreiro, Emília; Teberosky. (1987). Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre; Artmed.

Frany Smith. (2003). *Compreendendo a leitura, uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. 4ª edição-editora Artimend, 2003.

Freire, Paulo. (2001) *A importância do ato de ler; em três artigos que se completam*. 41ª ed. - São Paulo: Cortez.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

Freitas, Luiz C. (2004). Neotecnicismo e formação de educador. *In: ALVES, Nildas (Org). Formação de professores: pensar e fazer: 8ªed.* São Paulo: Cortez.

Hagemeyer, R, C. de. C, Dilemas e Desafios da função docente na sociedade atual: [HTTP://www.radames.manosso.nom.br/retori...](http://www.radames.manosso.nom.br/retori...) Lígia.

Jesus, Nicacio, Garcia, Manual de Dificuldades de Aprendizagem: Linguagem, leitura, escrita e matemática. 2ª,ed.Artime,1998.

José, Elisabete da Assunção; Coelho, Maria Tereza. (1990) *Problemas de aprendizagem*, 2ª ed. São Paulo: Ática.

Ludke, M.; Boing, L.A. (2004). Caminhos da profissão e da profissionalidade docente, *In: Educação e Sociedade*, p.1159.v.25, n.89, Campinas, set/dez.2004.

Machado, Ozeneide. (1999). Novas práxis educativas no ensino de ciências *In: SOLÉ Isabel Capelli; Lima, Luiz (Orgs.). Formação de educadores-pesquisas e estudos qualitativos.* São Paulo: Olho d'água.

Marcelo. C. (2012). *Ensinando a Ensinar.* Curitiba-PR

Marques, José Castilho; Guedes Rosaria; Vale Luciana de. *Plano Nacional do Livro e Leitura: Textos e história no Período de, 2006 a 2010.*

Oliveira, Maria Rita N.S. (2013). *Currículo, didática e formação de professores..* J. A. P. (orgs.)-1ª ed.-Campinas, SP: Papiros, 2013.

Os sentidos da mudança. *In: Educar*, p.67-85. Curitiba: UFPR, nº24, 2004.

PCNs. Parâmetros curriculares nacionais. *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.* Brasília: A Secretária, 2001.p.53 Aprovado pela Lei Nº10. 172.

Pimenta, S.G. (2002). *De professores, pesquisa e didática.* Campinas: Papirus.

Revista de Educação Autoria, v.4.p.19-25, 2009.

Revista de educação Autoria, v.4.p.19-25, 2009.

Silva, Ezequiel Theodoro da. (2011). *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova Pedagogia da Leitura*; 11ª ed. São Paulo: Cortez.

Solè, Isabel, (1998). *Estratégias de leitura.* 6º ed. Porto Alegre: Artmend.

Vaillant, Denise (2011). *Ensinando a ensinar: As quatro etapas de uma aprendizagem.*: 1.ed.Curitiba: ED.UTFPR,2012.

Villard, Raquel. (1999). *Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira.* Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
A INTERLOCUÇÃO COM O CURSO DE PEDAGOGIA

VISGOSTSKY, L.S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

XVI - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino-UNICAMP-Campinas-20.